



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.

AÇÃO DE COBRANÇA

ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE. OCORRIDO NO DIA **12/02/2013**. INDENIZAÇÃO NEGADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER SEGURADORA QUE OPERA NO SEGURO DPVAT. NATUREZA DE DIREITO SOCIAL E DIREITO FUNDAMENTAL DO SEGURO DPVAT ART. 5º, §2º DA CF. PREJUÍZOS DAS MPS 340/2006 E 342/2008, TRANSFORMADAS EM LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009. CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR FALTA DE REQUISITOS DA URGÊNCIA E RELEVÂNCIA ALÉM DA TRATATIVA DE ASSUNTOS DÍSPARES NO MESMO TEXTO LEGAL. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL POR DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO DE DIREITO SOCIAL. AFRONTA À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA EM OUTROS ESTADOS. APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74 SEM ALTERAÇÕES APÓS O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE. **PEDIDO ALTERNATIVO** DE ADEQUAÇÃO DA INVALIDEZ AOS CORRETOS PERCENTUAIS DE PERDA E VALORES DA TABELA, POR FALTA DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PELA SEGURADORA. PEDIDO DE INCLUSÃO DO PROCESSO NOS MUTIRÕES DPVAT

“Enunciado 26 – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil.” (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

ADAILTON CAMPOS UCHOA, brasileiro(a), solteiro, agricultor(a), portador(a) do **RG nº 20070104422-5 SSP/CE**, inscrito(a) no **CPF sob o nº 045.567.173-70**, residente e domiciliado(a) na **Rua José Leorne Leitão, 18, Alto do Motor, CEP 63870-000, Boa Viagem/CE**, vem, por intermédio dos(as) advogados(as) que a esta subscreve(m), propor **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT**, em face de **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sob o Código FIP nº. 05312, CNPJ nº. 92.682.038/0001-00, com endereço na Av. Desembargador Moreira, Nº 1250, Aldeota, Fortaleza-CE, CEP 60170-001, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Requer os benefícios da Justiça Gratuita por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, motivo por que firma a declaração anexa, com fulcro na Lei 1.060/50 acrescida das alterações estabelecidas pela Lei 7.115/83 e Lei 10.317/01, tudo consoante com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/1988.

1. RELATO FÁTICO:



O(a) requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia **12/02/2013** por volta das **19h20min**, na BR-020, povoado São José da Macaoca/CE, quando viajava na garupa da motocicleta **HONDA/POP 100**, de placa **HXO-9913**, em nome de Motocedro Comercial de M. LTDA. Constatada **invalidez permanente: CRÂNIO – comprometimento de função vital por TCE, com cefaleia, zumbido e amnésia leve; MEMBROS SUPERIOR E INFERIOR – comprometimento da funcionalidade dos membros por instabilidade articular no Joelho esquerdo; artrose, deformidade e limitação de movimentos por fratura de Cotovelo**. Em decorrência do referido acidente requereu a indenização do seguro DPVAT, nos termos do art. 3º, II da Lei 6.194/74.

Ao dar entrada no procedimento o(a) autor(a) encaminhou todos os documentos originais necessários à comprovação dos prejuízos sofridos em seu patrimônio físico, inclusive LAUDO MÉDICO. **Processo Administrativo Nº 483632**, espelho em anexo.

Todavia, não obstante o direito social do autor de receber a indenização garantida pelo Seguro ‘Social’ DPVAT, a SEGURADORA LÍDER CONSIDEROU QUE O REQUERENTE NÃO TEM DIREITO A QUALQUER VALOR INDENIZATÓRIO.

Isto demonstra que a seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT continua equivocando-se ao efetuar – **OU DEIXAR DE EFETUAR, ESTE É UM CASO** – pagamentos em sede administrativa, contrariando Lei Ordinária Federal. Esta realidade é comprovada pelo resultado do 2º Mutirão DPVAT ocorrido nesta Comarca nos dias 20 a 24 de agosto de 2012. Neste evento foram realizados 751 acordos, um percentual acima de 66% das audiências.

Mais relevante que a quantidade de acordos foi o fato de terem sido realizados com pagamento de indenizações no seu **NOVO** valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), isto conforme a Lei 11.482/2007, desconsiderando, inclusive, a tabela da Lei 11.945/2009, o que demonstra o reconhecimento de que administrativamente aqueles pagamentos haviam sido feitos de modo indevido, ou seja, apenas parcialmente.

Tem ocorrido, portanto, se não uma afronta à Lei, pelo menos um grave descuido para com ela, o que de pronto merece reparo, mister que certamente muito honra Vossa Excelência.

Conforme será demonstrado, a sequela sofrida pelo(a) autor(a), devidamente constatada através do competente laudo médico (invalidez permanente), cria o direito ao recebimento da indenização no seu valor máximo, equivalente a 40 salários mínimos.

Deste modo, ante ao equívoco cometido pela Seguradora ré, não restou alternativa, senão ajuizar a presente Ação de Cobrança.

2. SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA:

2.1. Da legitimidade passiva:

A requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, **sob o Código FIP nº 05312**, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

A legitimidade passiva da requerida está legalmente estabelecida pelo Art. 7º da Lei nº 6.194/74 e pelo Art. 5º, § 4º da Resolução nº 109/2004, que consolidam o princípio da solidariedade entre as seguradoras.

Neste sentido, além da legislação pertinente aqui apenas noticiada, é pacífico o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **ACIDENTE DE TRÂNSITO.**



LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

2. **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.**

(...)

6. Agravo regimental improvido.”

(AgRg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ **11/02/2008** p. 106).

2.2 – Do pagamento do seguro DPVAT

A natureza eminentemente social do seguro DPVAT é inquestionável; além de reparar os danos sofridos pelos envolvidos, direta ou indiretamente, em acidente de trânsito, **tem o condão de trazer alento e possibilitar, em muitos casos, a reorganização da vida familiar.**

Deste modo, a criação do Seguro Obrigatório DPVAT teve como finalidade garantir alguns recursos aos acidentados, vítimas de invalidez permanente ou aos dependentes de pessoas falecidas nesses acidentes, para seguir com suas vidas, reestruturá-la ou pelo menos redirecioná-la.

O Seguro DPVAT Obrigatório é, sem sombra de dúvidas, fruto do entendimento da Segunda Geração de Direitos Fundamentais, quando o Estado assumiu o papel de protagonista na obrigação de garantir o “bem-estar social”. Neste diapasão, surge um novo modelo político, no qual o Estado compromete-se a promover maior igualdade social e a garantir as condições básicas para uma vida digna. Neste sentido, MARMELESTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009, p 49:

Além dos direitos trabalhistas, o Estado do bem-estar social também se compromete a garantir os chamados **direitos econômicos, sociais e culturais**, que são aqueles direitos ligados às necessidades básicas dos indivíduos, independentemente de sua qualidade de trabalhador, como alimentação, saúde, moradia, educação, assistência social etc. (grifo original)

Foi neste sentido, também, que se criou a Assistência Social e a Previdência Social. O Estado impõe ao Cidadão a OBRIGAÇÃO de participar da Previdência Social e do Seguro Obrigatório DPVAT. Esta OBRIGAÇÃO, paradoxalmente, é garantia de liberdade, igualdade e de uma vida mais digna, quando eventualmente ocorrerem os sinistros previstos em cada caso.

O seguro obrigatório tem *status* de um *seguro social*. Ele foi criado para garantir às vítimas de acidentes de trânsito ou a seus dependentes, condições mínimas de indenização e reparação. Nesta modalidade de seguro, não existem *segurados* fixos estabelecidos; somente se determina o segurado quando este sofre um acidente de trânsito. O proprietário do automóvel, que é quem paga, ao contrário do seguro de responsabilidade civil, não é *segurado* propriamente dito, e sim o *estipulante em favor de terceiro*, podendo ser ele também, caso venha sofrer sequelas de acidentes de trânsito. Neste sentido, CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 153.

Sendo assim, toda a sociedade é responsável pelo pagamento do seguro obrigatório, cuja finalidade é garantir proteção em face de um súbito e imprevisível acidente pessoal, e quando este fatalmente ocorrer, a vítima terá direito a ver-se indenizada ou reparada. Isto não é senão uma ‘GARANTIA SOCIAL’ e como tal, deverá atender aos requisitos mínimos para a qual foi estabelecida.



Ocorre, Excelência, que atualmente, acontecendo o sinistro, ainda que a vítima faça provas de todos os requisitos necessários para fazer jus ao seguro, **corre o risco de não recebê-lo em sua integralidade**. Aliás, **sequer recebe o que estabelece a tabela da Lei 11.945/2009**. Assim, o que se constata é que estamos seguido na contramão dos objetivos sociais para os quais foi estabelecido o Seguro Obrigatório DPVAT. A impressão que se tem é que na verdade este seguro foi criado em benefício das seguradoras e não dos segurados.

Ressalte-se, neste sentido, que **em 2010 a Seguradora Líder dos Consórcios arrecadou R\$ 4.53 bilhões e gastou R\$ 2.29 bilhões** com pagamentos relativos ao Seguro DPVAT. (captado em www.jesocarneiro.com.br no dia 15/10/2012); **os valores de 2012 foram: arrecadação = R\$ 7.1413,9 bilhões, gastos com seguro DPVAT = R\$ 2.845,4 bilhões**. (captado em <http://www.seguradoralider.com.br/SiteAssets/sitepages/demonstracoes-financeiras/Balanco-Seguradora-Lider-Exercicio-2012.pdf>, no dia 22/10/2013).

Estes números serão mais expressivos se considerarmos o aumento da frota em circulação, fruto dos incentivos do governo federal e ainda o fato da majoração anualmente efetuada no Seguro Obrigatório. A título de exemplo, em 2011 o reajuste para motocicletas foi superior a 7%. (captado em www.moto.com.br do dia 15/10/2012); para o exercício de 2013, o reajuste médio, considerando todas as categorias de veículos, foi de 4,4%. (Resolução 274, de dezembro de 2012 que circulou no DOU de 24/12/2012). A isto, acrescente-se que em 2007 o valor do Seguro DPVAT foi congelado em R\$ 13.500,00.

A Lei 6.194/74 foi, para a sociedade, um marco no cumprimento da obrigação estatal de garantir o bem-estar social. Como dito, a partir dela, toda vítima de acidente de trânsito passou a gozar de uma indenização que lhe servia de reparação à perda sofrida em acidente de trânsito, bastando para isto comprovar o nexo causal e a invalidez permanente.

Todavia, de forma questionável e até agora sem explicações convincentes, as medidas provisórias 340/2006 e 342/2008 posteriormente transformadas nas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, modificaram substancialmente a Lei 6.194/74. A inconstitucionalidade que envolve a inserção deste conjunto de alterações na legislação pátria é de clareza meridiana. Em breve analogia, mudaram as regras do jogo em pleno correr da partida para beneficiar o time que sempre esteve em vantagem, em detrimento do time mais fraco, e o que é mais grave, sem uma consulta prévia aos diretamente envolvidos.

Como bem sabe Vossa Excelência, o valor da indenização em caso de morte ou invalidez permanente, à época da criação da Lei 6.194/74, era de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo. A intenção do legislador era proteger os acidentados com um valor pecuniário indenizatório razoável e reajustável junto ao salário mínimo.

A Lei 11.482/2007 **congelou do valor do Seguro DPVAT em R\$ 13.500,00**, em total afronta a relevância do instituto. Desde então, o valor da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT não teve qualquer reajuste, **ficando preso ao valor de R\$ 13.500,00, sofrendo uma defasagem monetária de mais de 40% em comparação à época da modificação da lei**, atendendo exclusivamente os interesses das Seguradoras Privadas.

Não bastasse o prejuízo perpetrado ao Seguro obrigatório pela citada Lei, em 2009, a Lei 11.945 efetuou um verdadeiro atentado contra a arquitetura principiológica da nossa Constituição, **que foi o loteamento do corpo humano**, fatiando-o como se tratasse de um animal de corte. Esta é a impressão que temos quando vemos a **TABELA de preços** das partes humanas.

Cada parte do corpo é insubstituível e tem sua função fundamental e sagrada. São dedos, olhos, pernas, pés: tão essenciais à vida que, não é possível discutir qual deles tem mais importância e, mais grave ainda, qual deles será avaliado com maior valor monetário. Como



explicar, por exemplo, para um cidadão que trabalha como digitador, que a amputação de um de seus dedos vale apenas 3% do seguro por invalidez permanente? Inaceitável e inexplicável. **Pela tabela da Lei 11.945/2009, um pé custa exatos R\$ 6.750.00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), não importando se o pé é de um atleta ou de operador de caixa de supermercado.**

Caso queiram graduar as situações de invalidez, os legisladores devem considerar, pelo menos, as particularidades da vida do Segurado. Esta é uma situação em que universalizar pode comprometer uma das razões fundamentais da Lei, que é realizar a justiça. Neste sentido, os **princípios da proporcionalidade e da razoabilidade**, devem ser considerados para estabelecimento do suporte lógico à TABELA no momento de mensurar o grau e a perda proporcionada ao segurado advinda daquela lesão. Não se pode considerar que a imobilidade de um dedo do pé é a mesma coisa que a imobilidade de um dedo da mão (vide tabela), como também, a imobilidade do joelho de um professor ou de um contador, não pode ser considerada a mesma perda sofrida com a imobilidade do joelho de um auxiliar de pedreiro ou de um motorista de ônibus.

Importa lembrar que tramitam ações espalhadas por todo o Brasil (inclusive a ADIN 4627 junto ao STF) a fim de que seja declarada a inconstitucionalidade das Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009, que alteraram a Lei 6.194/74. **Ressalte-se que em alguns Estados já foi reconhecida incidentalmente essa inconstitucionalidade, a teor do Enunciado de nº. 26 das Turmas Recursais do Estado do Maranhão.**

Pelas razões até aqui expostas é que se pretende afastar o entendimento da promovida, no que é pertinente ao pagamento administrativo com base no indigno tabelamento do corpo do autor. Por consequência, pede-se a declaração incidental de inconstitucionalidade das Leis **11.482/2007 e 11.945/2009**.

3. DA PREJUDICIAL DE MÉRITO: CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE:

Imprescindível e imperativo até, no caso em epígrafe, o controle incidental de constitucionalidade por este juízo, porquanto o(a) autor(a) teve seu direito ao recebimento do seguro DPVAT significativamente modificado com a entrada no ordenamento jurídico das MPs 340/2006 e 451/2008, posteriormente ratificadas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009. Existem, ainda mais, argumentos de ordem jurídica, hermenêutica, sociológica e filosófica, todos respaldados na Constituição Federal de 1988, suficientes para afastar a aplicação das referidas disposições normativas ao caso presente.

3.1 Da Inconstitucionalidade formal:

É do conhecimento de todos que militam na área securitária, que se consolidou nos Tribunais Superiores a fixação do quantum indenizatório em 40 (quarenta) salários mínimos. Isto possibilitou aos segurados buscar a Tutela Jurisdicional do Estado para haverem a diferença em valores, pagos a menor, ou não pagos, de forma manifestamente ilegal, na esfera administrativa.

O fato é que as seguradoras conseguiram fazer editar, em pleno recesso parlamentar de final de ano, as medidas provisórias de números 340/2006 e 451/2007. Este episódio tem levantado sérios e bem fundamentados questionamentos entre doutrinadores e todos os que militam no campo securitário, bem como na área dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

A inconstitucionalidade da Lei 11.945/2009, resultante da conversão em lei da MP 451/2008 é patente, seja do ponto de vista formal, seja do ponto de vista material.



Importa trazer à discussão o que dispõe o art. 59 da Constituição Federal acerca das espécies legislativas, *in verbis*:

“Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. **Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.**”

No caso presente, verifica-se que as disposições existentes até então sobre o seguro DPVAT foram alteradas mediante a espécie legislativa ‘medida provisória’, sendo assim, forçoso se mostra analisar os requisitos para sua utilização.

Prescreve a Constituição da República em seu art. 62, que são requisitos para a edição da medida provisória a **relevância e a urgência**, senão vejamos:

“Art. 62. **Em caso de relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

A respeito dos pressupostos da relevância e urgência, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, leciona:

“São pressupostos formais das medidas provisórias a urgência e a relevância da matéria sobre que versam, requisitos comuns às medidas cautelares em geral. Para que se legitime a edição provisória, há de estar configurada uma situação em que a demora na produção da norma possa acarretar dano de difícil ou impossível reparação para o interesse público.” (MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; GONET BRANCO, Paulo Gustavo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 838)

As MPs 340/2006 e 451/2008, portanto, **no que pertine a “urgência” e “relevância”** para tratar sobre o seguro DPVAT, **mostram-se destituídas dos requisitos, sobretudo porque pode ser tratado pelas regras ordinárias de legiferação**. A respeito das referidas MPs o Min. Celso de Mello manifestou-se afirmando que nenhum *periculum in mora* existia para a matéria. Pelo contrário, com a edição de referidas medidas muitos brasileiros passaram a ter seus direitos limitados, e o que é mais grave, sem uma prévia discussão da matéria com a sociedade.

Ora, a MP 451 tinha como objeto temas tributários, conforme seu preâmbulo, o que é correto por serem considerados de urgência e relevância. Todavia, como enquadrar o seguro DPVAT como matéria urgente, olvidando tratar-se de um seguro social e que beneficia milhões de brasileiros indistintamente, necessitando, portanto, de ampla discussão da matéria?

No que tange a primeira mudança da lei 6.194/74 por meio de medida provisória, em artigo específico sobre o tema Rafael Tárrega Martins demonstrou com profundidade a inexistência da relevância e urgência:

“Derradeiramente, e considerando que toda esta barafunda tem sua origem numa medida provisória, agora já convertida em lei, nos permitimos analisar em passant os requisitos que devem concorrer para sua plena validade e eficácia. A Magna Carta, em seu art. 62, disciplina que “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei...”. E aí estão os dois requisitos materiais da medida, cuja ausência de um, ou de ambos, reveste o ato de nulidade, por falta de pressuposto essencial para sua criação. (...) Desta forma, os dois elementos devem estar presentes para justificar a criação de uma medida provisória (o próprio art. 62 da Constituição Federal emprega a conjunção “e” entre os dois termos).

Transportando estas singelas apreciações à messe do DPVAT somos obrigados a reconhecer que a Medida Provisória 340/2006 não estava amparada pelos requisitos materiais mencionados, ao menos naquilo que respeita ao seguro obrigatório. Relevante para o jurisdicionado este seguro é; todavia, se encontra disciplinado em nosso ordenamento jurídico desde a década de 70, contando com um vasto e consolidado



repertório jurisprudencial que delimita sua aplicação. Não se trata de um instituto novo que necessite uma intervenção urgente por parte do Executivo, sob pena de desaparecer. Por conseguinte, ausentes os requisitos constitucionais de relevância e urgência, vislumbramos, salvo melhor juízo, que à medida provisória em comento falta o alicerce da constitucionalidade. Some-se a esta circunstância a falta de justificativa para cada uma das modificações realizadas e teremos formado o convencimento de que com o atual texto quem perde é a sociedade.”

O argumento transcrito acima foi produzido ainda quando da análise da MP 340/2006, que alterou a lei 6.194/74, ocasião em que reduziu os valores de cobertura, no entanto, é indiscutível que os argumentos narrados no excerto acima são aplicáveis à Medida Provisória nº 451/2008, que tampouco atende aos requisitos de relevância e urgência, sobretudo em relação às modificações da lei 6.194/74.

Assim, flagrante e indubitosa a inexistência dos pressupostos de relevância e urgência da MP 451/2009, em seus artigos 19, 20 e 21.

Ademais, importa trazer à baila trecho da ementa do RE 217162, da lavra do E. Min. Carlos Velloso, que pontificou a necessidade de reconhecer a ilegitimidade constitucional de medida provisória que não observou os requisitos da relevância ou urgência:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. MEDIDA PROVISÓRIA: REEDIÇÃO: POSSIBILIDADE. REQUISITOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO: CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS AO PSSSP. MEDIDA PROVISÓRIA nº 560, de 26.7.94. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL: C.F., art. 195, § 6º. I. - Reedição de medida provisória não rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional: possibilidade. Precedentes do STF: ADIns 295-DF, 1.397-DF, 1.516-RO, 1.610-DF, 1.135-DF. II. - Requisitos de relevância e urgência: caráter político: em princípio, a sua apreciação fica por conta do Chefe do Executivo e do Congresso Nacional. Todavia, se uma ou outra, relevância ou urgência, evidenciar-se improcedente, no controle judicial, o Tribunal deverá decidir pela ilegitimidade constitucional da medida provisória. (...). Precedente do STF no sentido da inconstitucionalidade de dispositivos das citadas medidas provisórias que não observaram o princípio: ADIn 1.135-DF, Velloso (vencido), Pertence p/acórdão, Plenário, 13.8.97, "DJ" de 05.12.97. IV. - R.E. conhecido e provido, em parte.” (RE 217162, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 14/12/1998, DJ 26-02-1999 PP-00017 EMENT VOL-01940-03 PP-00582)

Mais ainda, não bastassem as violações acima tratadas, não se pode desconsiderar a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que regulamentou o parágrafo único do art. 59 da Carta Magna, ao dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, *in verbis*:

“Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

[...]

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Em consonância com as disposições acima, o ato normativo deve ser elaborado com um único objeto. Isso não implica necessariamente na existência de uma única matéria a ser tratada, já que matérias afins poderão ser reguladas num mesmo diploma, **mas veda que assuntos**



dísparos recebam atenção num mesmo texto legal, objetivando evitar a frequente prática de inclusão inesperada de matérias que em nada correspondam ao objeto do texto normativo.

Nesse sentido, **atente-se ao que dispõe o preâmbulo e art. 1º da MP 451/2008:**

“Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

Art. 1º Deve manter o Registro Especial na Secretaria da Receita Federal do Brasil, a pessoa jurídica que”:

É evidente, portanto, que o texto tinha como objeto a disciplina da legislação tributária federal. Contudo, em seu corpo há dispositivos que alteram substancialmente o seguro DPVAT, modificando o tratamento da cobertura de invalidez permanente, inserindo uma tabela de danos pessoais, quantificando o valor de cada lesão, ou melhor, quantificando o valor de cada membro ou função do corpo humano.

Ora, todas essas inovações legislativas em norma supostamente voltada para tributos federais, sem qualquer relação com o ramo securitário, e o que é mais grave, sob alegação de urgência e necessidade, afigura-se totalmente inconstitucional.

Acerca deste tipo de inconstitucionalidade, ao abordar questão estranha ao contexto da lei, NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY são taxativos quanto à inconstitucionalidade da norma diversa:

“(…) Essa intromissão de assunto que nada tem a ver com o objeto da lei - que tem de ser um só (LC 95/98 7º I) - foi banida do sistema jurídico brasileiro pela LC 95/98 7º, que, como norma complementar à Constituição, deve ser entendida como extensão da CF, motivo por que suas regras têm de ser respeitadas pela legislação ordinária. Criando e regulando a cédula de crédito bancário, a LPAII desrespeitou flagrantemente o art. 7º da lei complementar que regula a elaboração de leis no País, ofendendo-se a garantia do 'due process of law', maculando-se de inconstitucionalidade, no tópico que cria e regula a cédula de crédito bancário. Essa inconstitucionalidade, por ofensa às regras do processo legislativo, é, a um só tempo, 'formal e substancial'. São inconstitucionais, portanto, os arts. 26 a 45 da LPAII. (Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante, 10a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, nota 26 ao art. 585 do CPC, p. 988). (grifo nosso)

Cabe ao Poder Judiciário pôr fim a práticas de tal natureza, práticas inclusive, claramente atentatórias ao Estado Democrático de Direito. Aliás, modificar a legislação faz parte da Democracia, o que não deve ser permitido é fazê-lo por interesses escusos, bem como, sem o devido debate legislativo. No caso aqui tratado, sem ouvir os afetados pela mudança, se não diretamente, pelo menos por seus representantes no Congresso Nacional.

Destarte, é flagrante o desprezo à regra democrática. As MPs 340/06 e 451/08 convertidas, respectivamente, nas Leis 11.482/07 e 11.945/09 desconsideram, ainda que de forma indireta, à norma constitucional desenhada no art. 59 da Lei Maior e lapidada pela Lei Complementar nº 95/1998, notadamente seus artigos 6º e 7º.

3.2 – Da Inconstitucionalidade material:

Demonstrados os vícios formais das MPs 340/2006 e 451/2008, posteriormente convertida nas leis 11.482/2007 e 11.945/2009, resta identificar a inconstitucionalidade material. Ela existe quando há vícios que incidem sobre o conteúdo ou a substância do ato normativo e se chocam com regras ou princípios constitucionais.

3.2.1 - O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO:

O direito à indenização decorrente do seguro DPVAT é de índole constitucional. Duas são as razões que embasam esta afirmação: de um lado, porque decorre do princípio da solidariedade insculpido no art. 3º, inciso I, da CF/88; e de outro, porque é direito homogêneo individual, passível de proteção por meio de ação intentada pelo Ministério Público, a teor do art. 127 da Constituição conforme já esclarecido pela Ministra Nancy Andrighi no Resp 797963/GO.



“O Ministério Público tem legitimidade processual extraordinária para, em substituição às vítimas de acidentes, pleitear o ressarcimento de indenizações devidas pelo sistema do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT, mas pagas a menor. - A alegada origem comum a violar direitos pertencentes a um número determinado de pessoas, ligadas por esta circunstância de fato, revela o caráter homogêneo dos interesses individuais em jogo.”

O DPVAT, ou o acesso à sua cobertura, é um verdadeiro direito social. Atende a todos indistintamente, sendo mais abrangente que a própria Previdência Social (art. 6º, CF), independentemente até do pagamento do prêmio para seu exercício (Súmula 237, STJ).

Por esse caráter social é que o seguro DPVAT transcende ao direito individual, convertendo-se em direito fundamental da pessoa humana, com supedâneo em seu art. 5º, § 2º.

“Art. 5º, § 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

Desta maneira, o legislador constituinte não se preocupou apenas em reconhecer a existência de direitos fundamentais; tratou também de protegê-los. Este o sentido, por exemplo, do elencado no art. 60, § 4º, IV, CF. O STF também tem se manifestado sobre e a favor da existência e da aplicabilidade do Princípio da Vedação do Retrocesso, adotado como fundamento do voto do Ministro Sepúlveda Pertence quando do julgamento das ADINS 2065/DF, 2213MC/DF e 3128/DF.

Ora, é patente que a limitação das indenizações e o tabelamento do corpo humano produzido pelas MPs 340/2006 e 451/2008 representam um retrocesso. O desenvolvimento propiciado pela inovadora redação da Lei nº 6.194/74 foi ignorado e atacado pelo chefe do Executivo e, na sequência, pelo legislador infraconstitucional. Tal comportamento tipifica clara agressão à proteção oferecida pelo ‘DPVAT’, que não distingue entre seus beneficiários. **Não se discute aqui apenas qual cifra deve ser aplicada; o que deve ser analisada é a supressão de um direito social gestado ao longo da História e do aperfeiçoamento normativo, jurisprudencial e doutrinário, por atos do Executivo e do Legislativo, sem respaldo constitucional.**

Portanto, o retrocesso social reside no fato de que as Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 alteraram substancialmente o benefício em relação à invalidez permanente, representando um retrocesso à situação jurídica até então vigente, primeiro congelando o valor da indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem previsão de atualização, quando antes era fixada com base no valor do salário mínimo vigente à época da liquidação do sinistro garantindo a atualização; segundo, quando *tabelou* o corpo humano.

Logo, a redução e a graduação do valor da indenização do seguro DPVAT ofendem **o princípio da vedação do retrocesso**, pois, **de acordo com a doutrina, se o ordenamento jurídico atingir determinado avanço em direitos fundamentais, não poderá cair do patamar atingido até então, seja por ato legislativo, seja por decisão judicial.** Em outras palavras, diminuir ou retroceder no direito já estabelecido é incompatível com a Constituição.

É incontestável que as mudanças feitas na Lei nº 6.194/1974 pelas MPs e pelas Leis acima questionadas são inconstitucionais, sobretudo o ANEXO da Lei 11.945/2009 – Tabela de Danos Pessoais, pois agridem fundamentalmente a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF), direitos e garantias fundamentais (Art. 5º, CF), significando um retrocesso social que não se coaduna com o princípio da solidariedade (Art. 3º, I, CF), nem com o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional propalado pela Constituição (Art. 3º, II, CF).



3.2.2 - DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:

A Constituição traça como fundamento do Estado Democrático de Direito, entre outros, a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III). Logo, a pessoa humana é o fundamento primeiro do Estado brasileiro, será sempre o fim e nunca um meio para determinados fins. A pessoa humana vale por si e não pelo que com ela pode-se conseguir. Sendo assim, tem valor e não preço. As coisas têm preço, valem o que com elas pode-se conseguir. São, portanto, meios com os quais se podem atingir determinados fins. Nesta perspectiva, a pessoa humana é Sujeito e não Objeto. Lição propedêutica sobre a Dignidade da Pessoa Humana: toda vez, e por qualquer razão que o Sujeito for transformado em Objeto ocorrerá uma violência.

Ora Excelência, a Tabela de Cálculos da FENASEG é o mais perfeito exemplo de como transformar pessoas humanas em objetos. O preço é, conforme dito, um atributo das coisas. Atribuir cifras monetárias a uma pessoa é ofender a sua dignidade; é transformar um Sujeito em Objeto; é quantificar o que não pode ser quantificado.

A MP 451/2008 (Lei nº 11.945/2009) reformulou o tratamento dado à cobertura por invalidez permanente na área do seguro obrigatório, classificando-a em total ou parcial e subdividindo esta última em completa e incompleta. Para delimitar cada uma delas introduziu uma tabela com a descrição de distintas partes do corpo humano, atribuindo a cada uma delas um percentual a ser aplicado sobre o valor total da indenização. **Cada pedaço do corpo tem agora um preço. Mas, curiosamente, uma pessoa não ‘tem’ o valor de suas partes somadas.**

De acordo com a Tabela de Danos se uma pessoa perder a funcionalidade dos **dois membros superiores terá direito à indenização de R\$ 13.500,00**; caso o sinistro comprometa os **dois membros superiores e os dois inferiores, o valor será o mesmo**; e, se **além dos quatro membros, perder a visão dos dois olhos (cegueira total bilateral) o valor da indenização continuará o mesmo**. Enfim, **caso o sinistrado chegue a óbito o valor será, também, R\$ 13.500,00, sem qualquer atualização monetária desde 29 de dezembro de 2006.**

Neste sentido, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, com incomum maestria, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, *in verbis*:

“Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi parcial porque o apelado teve amputado **“apenas o pé direito”**, entendo o seguinte:

A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça seguradora divida as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização.**”

As palavras do ex-ministro **Carlos Velloso**, do STF, citadas nas pags. 6 e 7, indicam o absurdo da situação: uma medida provisória, que por natureza é carente de debate legislativo, sob a alegação de mesclar preceitos de natureza tributária, torna-se instrumento para mensurar a pessoa humana, seccionando-a como se de uma mercadoria se tratasse.

A tabela que agora vige no ramo do DPVAT tem sua origem na chamada “Tabela para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente”, divulgada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Apenas a título de ilustração do que aqui se pretender evidenciar, por aquela tabela é possível conhecer o preço de um olho, um braço, um dedo ou mesmo do encurtamento de três centímetros de uma perna, sabendo que se esse encurtamento for menor que três centímetros, esse ‘pedaço’ não tem preço nenhum, não vale nada, não é indenizável.

Neste sentido, os artigos 19, 20 e 21 da MP 451/2008 (artigos 31 e 32 da Lei nº



11.945/2009), que estabeleceram a nova disciplina da invalidez permanente e a Tabela de Danos Pessoais, e 8º da Lei nº. 11.482/2007, instituída pela MP de nº. 340/2006, alterando o art. 3º da Lei nº 6.194/1974, tipificam nitidamente uma afronta à dignidade da pessoa humana. Admitir sua aplicação é referendar a agressão a um dos alicerces do Estado Democrático.

Referendar erros, que por descuido ou intenções veladas, são praticados pelo Executivo ou pelo Legislativo é por em risco o Estado Democrático de Direito. Logo, é necessário ser prudente antes de abrir certos precedentes.

A busca de instrumentos para ponderar a aplicação da Justiça é salutar e necessária até. **O problema é que, no caso em foco, os critérios de valoração são desconhecidos, e coube unilateralmente à SUSEP e às seguradoras determiná-los, sem que tenha havido qualquer discussão com a sociedade e, sequer, com os diretamente afetados.** Trata-se, portanto, de matéria que modifica o próprio Ordenamento Jurídico. Neste caso, resta bem clara a incompatibilidade com as regras do processo legislativo, e acima de tudo, com a própria CF/88.

Quando o Executivo ou Legislativo, por descuido ou intenções veladas, insere na ordem jurídica elementos normativos que contrariam a Constituição Federal, cabe ao Judiciário impedir que tais elementos prosperem. Esta, a mais nobre missão que Vossa Excelência pode desempenhar, com o **poder/dever** consagrado na Constituição e concedido apenas àqueles que o conquistam com **méritos próprios**, a partir de **CONCURSO PÚBLICO**.

4. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA EM OUTROS ESTADOS

Por fim, vale ressaltar, Turmas Recursais em vários Estados da Federação têm enfrentando a questão. No Maranhão, por exemplo, definiram o seguinte enunciado:

“Enunciado 26 – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil.” (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

Para ilustrar esse posicionamento, o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia (GO), justificou sua brilhante decisão no processo 200.803.356.956, julgando pela total inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007, originária da MP 340, de 29 de dezembro de 2006, no caso concreto, *in verbis*:

“O artigo 59, inciso V, da Carta Magna atribui ao chefe do Poder Executivo a possibilidade de edição de Medida Provisória, desde que obedecidos os limites traçados pelo **artigo 62** da mesma Constituição, que são a relevância e urgência da medida. No caso em comento, a disciplina do seguro DPVAT não está sujeita a alteração via Medida Provisória, pois o **artigo 22** da Carta Magna dispõe que compete privativamente a União legislar sobre direito civil, política de crédito, câmbio e seguros, e seguridade social, entre outras atribuições legislativas privativas da União. **Não há** qualquer **urgência** ou **relevância** que justificasse a edição da MP 340/2006, ainda mais quando **usurpada competência privativa do Congresso Nacional**, pois o valor da indenização determinado pela Lei Federal 6.194/1974 vigora desde o ano de 1974, **há mais de 35** (trinta e cinco) **anos**, e somente agora em período exíguo de 06 (seis) meses, foi editada e convertida em lei Medida Provisória que veio **alterar** apenas pontos da **Lei Especial**, isto de forma **camuflada** com alterações de diversos outros dispositivos de lei, deixando em flagrante a tentativa de burla, pelo executivo, de interesse nacional privativo da União.”

Aludida lei vislumbra-se, sem sombra de dúvida, inconstitucional, e certamente o será assim reconhecido por este juízo.

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO DPVAT APÓS O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE:

Diante da nominada incompatibilidade entre as MP 340/2006 e 451/2008 (Leis



nº 11.482/2007 e nº 11.945/2009) e a Constituição, mister se faz buscar o fundamento legal do direito à cobertura do DPVAT na legislação acorde com os preceitos da Magna Carta. **Remanesce, pois, o texto da lei 6.194/74, art. 3º, “b”, estabelecendo que a cobertura por invalidez permanente deve corresponder a 40 (quarenta salários mínimos), inexistindo previsão de utilização de qualquer tabela para a quantificação do montante indenizatório.**

Conforme já argumentado, a utilização de qualquer tabela para reduzir o valor da indenização pela invalidez adquirida implicaria em ofensa à dignidade da pessoa humana, além de representar um retrocesso na legislação, na doutrina e na construção jurisprudencial brasileira, o que fere o princípio da Vedação do Retrocesso, já apresentado.

Assim, a **Tabela da Lei 11.945/2009** não tem respaldo, nem técnico e muito menos constitucional, para mensurar o grau de invalidez sofrido pelo cidadão, nem tampouco para aferir o valor da indenização do Seguro ‘social’ Obrigatório DPVAT, **motivos por que não poderá ser aplicada**, sob pena de perpetrar-se uma violação ao direito e a justiça, consolidar aberrações legislativas e abrir perigosos precedentes.

Nestes termos, já tendo sido reconhecida a invalidez pela própria seguradora, requer que a promovida seja condenada ao pagamento da quantia restante do seguro perfazendo, assim, o valor máximo, nos termos do demonstrativo abaixo:

SEGURADO	ADAILTON CAMPOS UCHOA
DATA DO SINISTRO	13/02/2013
VALOR DEVIDO	R\$ 27.120,00
VALOR PAGO	R\$ 0,00
DIFERENÇA	R\$ 27.120,00

No caso presente, portanto, considerando que os laudos são taxativos quanto aos prejuízos causados ao patrimônio físico do(a) autor(a), é certo que o valor devido **é de R\$ 27.120,00 (vinte e sete mil, cento e vinte reais)**, a ser pago com as devidas atualizações monetárias desde o dia do sinistro, **já que na seara administrativa a seguradora não pagou qualquer valor.**

6. DO PEDIDO ALTERNATIVO

Por último, Excelência, abre-se esse tópico em observância ao princípio da eventualidade, para a remota hipótese de não ser reconhecida por este juízo a inconstitucionalidade das leis anteriormente tratadas.

Mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da tabela da Lei 11.945/2009 o(a) autor(a), **vem requerer, pelo menos, a correta adequação de sua deficiência aos percentuais de perda e valores da tabela, o que deve ser feito de modo subjetivo**, uma vez que, considerando-se as particularidades de cada segurado, as perdas não se equivalem.

Isto com base no fato de que é grande o número de casos em que a Seguradora, quando indeniza, sequer paga os valores estabelecidos pela tabela da lei 11.945/2009, não adequando a debilidade sofrida ao *quantum* indenizatório correspondente. **Tomem-se como exemplo os resultados das audiências realizadas nos “mutirões”, quando o segurado (a vítima) é submetido a uma perícia, constatando-se o pagamento a menor da indenização.**

7. DOS PEDIDOS:

Pelo exposto, o(a) autor(a) requer se digne Vossa Excelência a:

1. Deferir a justiça gratuita, ante a impossibilidade do(a) autor(a) de arcar com as custas processuais, honorários e demais despesas sem prejuízo do seu próprio sustento;



2. Citar a ré para, querendo, responder aos termos da presente, no prazo legal, sob pena de revelia, ciente de que os fatos ora arguidos e não respondidos serão havidos por verdadeiros, como por certo, ao final, restará demonstrado;

3. Determinar, a **inversão do ônus da prova**, de modo que fique de responsabilidade da seguradora provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados, nos termos das disposições do art. 6, VIII do Código de Defesa do Consumidor, configurada que está a relação de consumo;

4. **RECONHECER A INCONSTITUCIONALIDADE, COM CARÁTER PREJUDICIAL, efeito ex tunc inter partes, das medidas provisórias 340/2006 e 451/2008, bem como das respectivas leis de conversão (LEIS Nº 11.482/2007 e 11.945/2009)**, por não atenderem aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62 da Constituição, e ainda por não obedecerem à Lei Complementar nº 95/1998 que regulou a norma do art. 59 da Magna Carta, bem como, por ofensa à dignidade da pessoa humana, ao instituir Tabela de Danos Pessoais, dignidade esta elevada ao *status* de fundamento do Estado Democrático de Direito, nos moldes do art. 1º, III, da Constituição;

5. Em consequência do reconhecimento de inconstitucionalidade supra, **julgar inteiramente procedente a presente demanda**, de modo que a seguradora requerida seja condenada ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei nº 6.194, de 1974, no seu artigo 3º, alínea “b”, equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, **tendo como valor a ser pago R\$ 27.120,00 (vinte e sete mil, cento e vinte reais)**, com as devidas atualizações monetárias até o efetivo pagamento, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do REsp 788.712/RS, e juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do REsp 1085564/SP;

6. **ALTERNATIVAMENTE**, na hipótese do pedido do item “4” não ser atendido, mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da Lei 11.945/2009, **CONDENAR A PROMOVIDA AO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT COM A CORRETA ADEQUAÇÃO DE SUA DEFICIÊNCIA FÍSICA AOS PERCENTUAIS DE PERDA E VALORES DA COMBATIDA TABELA**, o que deve ser feito **DE MODO SUBJETIVO**, com as devidas atualizações monetárias, desde a data do sinistro, e juros moratórios a partir da citação da promovida, **em virtude da INVALIDEZ**;

7. Ao final, requer a condenação da seguradora nas custas processuais, bem como, honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, em caso de recurso.

Sem prejuízo da inversão do ônus da prova, por tratar-se de relação de consumo nos termos dos arts. 2º e 6º, VIII, do CDC, **PROTESTA** provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, notadamente depoimentos pessoais e **perícia**, cujos quesitos serão oportunamente apresentados, tudo que desde logo se requer.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 27.120,00 (vinte e sete mil, cento e vinte reais)**.

Termos em que,
Espera deferimento.

Fortaleza/CE, 12 fevereiro de 2014.

Vinícius Pinheiro Melo
Advogado – OAB/CE 24.353

Janduy Targino Facundo
Advogado – OAB/CE 10.895



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

Nome: ADAILTON CAMPOS UCHOA			
Nacionalidade: BRASILEIRO (A)	Estado Civil: SOLTEIRO (A)	Profissão: AGRICULTOR (A)	
Identidade: 2007010422-5		CPF: 045.567.173-70	
Endereço: RUA JOSÉ LEORNE LEITÃO			Número
Bairro: ALTO DO MOTOR	Complemento:		
CEP: 63870-000	Cidade: BOA VIAGEM	Estado: CEARÁ	

OUTORGADO(S): VINÍCIUS PINHEIRO MELO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE 24.353, portador do CPF 016.548.623-63; **JANDUY TARGINO FACUNDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 10895, portador do CPF 234.882.203-20; **FRANCISCO TARGINO FACUNDO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE 12.539, inscrito no CPF sob o nº 323.133.493-49; todos com escritório profissional situado na Rua Monsenhor Bruno, 1341, Bairro Aldeota, CEP 60115-190, Fortaleza – CE, com filial em Rua Julio Celso Mendes, 289, Boaviagem, Boa Viagem – Ceará, CEP 63870-000;

Através do presente instrumento particular de mandato, a(s) parte(s) OUTORGANTE(s) nomeia(m) e constitui(em) como seu(s) procurador(es) o(s) OUTORGADO(s), conferindo-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil e art. 5º, §2º do Estatuto da OAB, com clausula "Ad Judicia Et Extra", para praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, **principalmente perante qualquer companhia de seguro conveniada ao FENASEG, participante do convênio DPVAT**, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, e os *especiais* para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, assinar livros, termos, recibos, receber e dar quitação, firmar autorizações de pagamento ou crédito de indenização de sinistro, prestar declarações, **declarar e requerer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, anuir e receber alvarás judiciais de levantamento, podendo receber os valores neles expressos provenientes de depósitos feitos pela(s) SEGURADORA(S) pertencentes ao CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A** junto à instituição financeira responsável pela guarda destes valores, podendo ainda receber e endossar cheque em nome do outorgante relativo a pagamento dos valores pleiteados junto as Seguradoras do Consórcio DPVAT, dando tudo por bom e valioso, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, seguindo uma e outras, até decisão final.

BOA VIAGEM-CE, 11 DE OUTUBRO DE 2013

x ADAILTON CAMPOS UCHOA
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ADAILTON CAMPOS UCHOA**,
BRASILEIRO (A), **SOLTEIRO (A)**, **AGRICULTOR (A)**, portador (a) do RG nº
2007010422-5, inscrito (a) no CPF sob o nº **045.567.173-70**, residente
e domiciliado(a) na **RUA JOSÉ LEORNE LEITÃO Nº 18**
BAIRRO ALTO DO MOTOR
BOA VIAGEM - **CE**, CEP **63870-000**, **DECLARO** que, em função de
minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais,
sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da
Constituição da República e da Lei nº 1.060/50, com fundamento na Lei 7.115/83.

BOA VIAGEM-CE, 11 DE OUTUBRO DE 2013.

x ADAILTON CAMPOS UCHOA
Declarante

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO INTERIOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polígrafo Direto

ADAILTON CAMPOS UCHOA

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007010422 - 5 DATA DE EMISSÃO 20/09/2007

ADAILTON CAMPOS UCHOA

JOSE DE SOUSA UCHOA

MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA CAMPOS

BOA VIAGEM - CE 08/08/1991

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 28178 FOLHA: 233

LIVRO: A25 BOA VIAGEM - CE

1 VIA

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 28/06/83

P.: 103

CPF

02.321.721-20

Nome

Adailton Campos Uchoa

Nome de Sobrenome

Adailton Campos Uchoa

Nome Completo

Adailton Campos Uchoa

CPF

02.321.721-20

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA SOB AS PENAS DA LEI

Eu, ADAILTON CAMPOS UCHOA,

BRASILEIRO (A), SOLTEIRO (A), AGRICULTOR (A), portador (a) do
RG nº 2007010422-5, inscrito(a) no CPF sob o nº 045.567.173-70,

DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei
7.115/83) que sou residente e domiciliado(a) na RUA JOSÉ LEORNE LEITÃO Nº 18

BAIRRO ALTO DO MOTOR

BOA VIAGEM - CE, CEP 63870-000.

Declara ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na
sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

BOA VIAGEM - CE, 11 de OUTUBRO de 2013.

X Adailton Campos Uchoa
DECLARANTE



POLÍCIA CIVIL
DPI/DELEGACIA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM/CE
BOLETIM DE OCORRÊNCIA - B.O.



Ocorrência:	615/2013	Data Registro:	15/03/13	Hora:	11:00h
Nome:	ADAILTON CAMPOS UCHÔA				
Filiação:	JOSÉ DE SOUSA UCHÔA E MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA CAMPOS				
Endereço:	Rua José Leorne Leitão 18, Alto do Motor, Boa Viagem/CE				
RG:	2007010422 SSP/CE	CPF:	045.567.173-70		
Natureza da Ocorrência:	ACIDENTE DE TRÂNSITO				
Local da Ocorrência:	BR-020, Povoado de São José da Macaoca.				

HISTÓRICO

Quem de aduado (a) que existir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui crime.

Compareceu a esta Delegacia a pessoa acima qualificada para informar que no dia 12/02/2013 por volta das 19:00h seguia para esta cidade, conduzindo o motociclo HONDA/POP 100, cor preta, placa HXO-9913, ano/modelo 2007, CHASSI 9C2HB02107R002185, licenciada em nome de Motocedro Comercial de M. LTDA; Quando nas proximidade da localidade de Macaoca, o noticiante colidiu contra um elemento que atravessava a BR-020, sendo colhido e jogado para fora por um caminhão que vinha logo atrás; QUE foi socorrido por um veículo particular para o hospital de Canindé/CE e no dia seguinte, encaminhado para o hospital de Boa Viagem/CE, com escoriações por todo o corpo e escoriações nos MISS mais MSS. Nada mais disse.

Noticiante: ADAILTON CAMPOS UCHÔA

Escrivão:

Juliano de Sousa do Nascimento
Escrivão de Polícia Civil
Matrícula: 122252-1



DELEGACIA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM/CE

TERMO DE ADITAMENTO

Em aditamento ao B.O nº. 615/2013, registrado nesta Delegacia de Polícia Civil, que tem como noticiante: ADAILTON CAMPOS UCHÔA, ESCLARECEMOS que o citado acidente de trânsito ocorreu no dia 13/02/2013. O referido é verdade. Dou Fé.

Pelo que mandou a autoridade que fosse encerrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Aos 08 de abril de 2013.

DELEGACIA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM/CE 088- 34271202



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA MUNICIPAL DE POLÍCIA CIVIL DE BOA VIAGEM

Eu, Júlio Dáphine Sousa do Nascimento,
Escrivão de Polícia Civil, no uso de minhas
atribuições legais etc.

Certifico, para os devido fins e efeitos
legais que nesta cidade de Boa Viagem/CE,
não existe Instituto Médico Legal. O
referido é verdade. Dou fé. Cartório da
Delegacia Municipal de Polícia Civil de Boa
Viagem/CE, aos 14 de janeiro de 2013.

Júlio Dáphine Sousa do Nascimento
Escrivão de Polícia Civil
Mat.: 198853-1-3

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

ATENÇÃO: A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatória a sua apresentação.

NOME COMPLETO DA VITIMA:

NUMERO DO SINISTRO:

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE:

DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO:

NOME COMPLETO E CRM DO MÉDICO:

LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE:

DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS):

EXISTE ALGUM DEFEITO FÍSICO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE?
CASO POSITIVO DESCREVER:

☐ SIM

☒ NÃO

COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE:

☐ A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO.

☒ A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO

1º

2º

3º

4º

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VITIMA NO PERÍODO DE
QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.

LOCAL

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

LOCAL

DATA

ASSINATURA DA VITIMA

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (PRÓPRIO PUNHO)

NOME COMPLETO DA VÍTIMA:

Adalton Campos Leão

DATA DO ACIDENTE:

13/02/13

TRATAMENTOS CIRÚRGICOS OU CONSERVADORES REALIZADOS NO PACIENTE:

Intervenção neurologica
com farrador e fratura
fraturas conservadoras,
+ AHS + ABT.

PERÍODO DE PERMANÊNCIA HOSPITALAR:

07 dias / 1 dia.

APÓS A ALTA HOSPITALAR, QUAIS OS OUTROS TRATAMENTOS
REALIZADOS PELO PACIENTE. EX: TROCA DE GESSO, RETIRADA DE
MATERIAL DE SÍNTESE, FISIOTERAPIA, ETC.

Arco de amarração - AHS
+ ABT + C...

DATA DA ALTA DEFINITIVA:

04/04/13.

LOCAL

DATA

ASSINATURA E CARIMBO

Dr. Carlos Martins
Ortopedia
CRM 6076

ATESTADO DE ALTA

Atesto que o paciente,

Adailton Campos Vichie

Vítima de acidente de trânsito ocorrido em,

13/02/13

Sofreu as Seguintes Lesões:

Transtorno amnésico com
convulsões cerebrais, fratura costela D⁹
eltra ligamento e menisco
medial joelho ESF

Efetuu os seguintes tratamentos:

Tratamento neurológico
e tratamento ortopédico com
dores, curativos + ANI + ABT
ANI + ABT

Informo que os tratamentos foram efetuados durante o período de

13/02/13 à 03/04/13

tendo findado seu tratamento,

recebeu **ALTA DEFINITIVA** em 04/04/13.

Seqüelas em caráter permanente resultantes do acidente:

Cefaleia, tontura
amnésia leve, erostomas, instabilidade
articular antero-lateral joelho ESF, costela
fractura de costela e dor no local
com dispnéia noturna e limitação
de movimentos flexores e pronospi-
ração

D. Carlos Martins
Ortopedia
CREMEC 6076

Data

23/02/2013

Assinatura e Carimbo

[Assinatura]

Paciente: ADAILTON CAMPOS VICHIE

[Voltar](#)

Processo

Megadata: 2013/294803
Processo: 483632
Natureza: INVALIDEZ
Data sinistro: 13/2/2013
Nome: ADAILTON CAMPOS UCHOA
Situação: Processo com restrições

Beneficiários

Nome

ADAILTON CAMPOS UCHOA

Históricos

Data/Hora Situação

20/4/2013 Pré-Cadastro não analisado
20/4/2013 Pré-Cadastro analisado e aprovado (R)
20/4/2013 Proc. enviado p/ digitalização e análise da Seg. Lider

6/5/2013 Processo Negado

21/5/2013 Pedido de reanálise analisado e
aprovado (L)

21/5/2013 Pedido de reanálise enviado para
Seguradora Lider

11/6/2013 Processo com restrições

Observações

Seguradora Lider: Informamos que não procedemos com a reavaliação solicitada, tendo em vista que a documentação apresentada não caracteriza que a vítima seja portadora de debilidade permanente. Se novo Laudo do IML for anexado ao processo, indicando sequelas de caráter permanente, poderá caber uma reanálise médica no mesmo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

18ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8380, Fortaleza-CE - E-mail: for18cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

R.H.

Defiro a gratuidade.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob o rito ordinário, em que figuram como partes as pessoas acima nominadas.

Entendo ser necessária a realização de perícia, pois os documentos apresentados pela parte autora não são conclusivos a respeito da invalidez alegada e seu grau.

Oficie-se ao INSTITUTO MÉDICO LEGAL, requisitando-se o laudo de corpo de delito para aferição da invalidez alegada na inicial, enviando os quesitos das partes, se existentes.

Os quesitos do juízo são os seguintes: 1) Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, o autor restou incapacitado para o trabalho; 2) Se a incapacidade é parcial ou total; 3) Se parcial, o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6.194/1974.

A parte autora deverá retirar o ofício na Secretaria do Juízo, mediante cópia e recibo nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, e comparecer ao IML para as providências cabíveis.

Cite-se a promovida para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo-se constar as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC, bem como intime-se para, querendo apresentar quesitos e nomear assistente técnico.

Expedientes necessários.

Fortaleza/CE, 25 de fevereiro de 2014.

Josias Nunes Vidal
Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

18ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8380, Fortaleza-CE - E-mail: for18cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Prezado Senhor Representante Legal da **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Josias Nunes Vidal**, Juiz de Direito da 18ª Vara Cível, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição, cuja cópia segue anexa, como parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertido de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 (quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento, bem como a **INTIMAÇÃO** para, querendo, apresentar quesitos e nomear assistente técnico.

Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2014.

Izilda Santos Maciel
Diretora de Secretaria

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr. Representante Legal da
 Bradesco Auto/RE CIA de Seguros
 Desembargador Moreira, 1250, Aldeota
 Fortaleza-CE
 CEP 60170-001

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

18ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8380, Fortaleza-CE - E-mail: for18cv@tjce.jus.br

OFÍCIO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa e outro**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Ofício nº 296/2014

Fortaleza, 06 de março de 2014.

Instituto Médico Legal Fortaleza-CE

Rua Presidente Castelo Branco, 901, Jacarecanga - CEP 60010-000, Fortaleza-CE

Assunto: Realização de perícia.

Pelo presente, extraído dos autos em epígrafe, solicito a Vossa Excelência as necessárias providências no sentido de realizar perícia no promovente **Adailton Campos Uchoa**, enviando para este juízo o laudo de corpo de delito para aferição da invalidez alegada na inicial.

Os quesitos do juízo são os seguintes: 1) Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, o autor restou incapacitado para o trabalho; 2) Se a incapacidade é parcial ou total; 3) Se parcial, o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6.194/1974.

Atenciosamente,

Josias Nunes Vidal
Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abriu a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0060/2014, encaminhada para publicação.

Advogado
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "R.H. Defiro a gratuidade. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob o rito ordinário, em que figuram como partes as pessoas acima nominadas. Entendo ser necessária a realização de perícia, pois os documentos apresentados pela parte autora não são conclusivos a respeito da invalidez alegada e seu grau. Oficie-se ao INSTITUTO MÉDICO LEGAL, requisitando-se o laudo de corpo de delito para aferição da invalidez alegada na inicial, enviando os quesitos das partes, se existentes. Os quesitos do juízo são os seguintes: 1) Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, o autor restou incapacitado para o trabalho; 2) Se a incapacidade é parcial ou total; 3) Se parcial, o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6.194/1974. A parte autora deverá retirar o ofício na Secretaria do Juízo, mediante cópia e recibo nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, e comparecer ao IML para as providências cabíveis. Cite-se a promovida para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo-se constar as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC, bem como intime-se para, querendo apresentar quesitos e nomear assistente técnico. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 17 de março de 2014.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0060/2014, foi disponibilizado na página 300/306 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/03/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 21/03/2014, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dia	Término do prazo
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	10	31/03/2014

Teor do ato: "R.H. Defiro a gratuidade. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, sob o rito ordinário, em que figuram como partes as pessoas acima nominadas. Entendo ser necessária a realização de perícia, pois os documentos apresentados pela parte autora não são conclusivos a respeito da invalidez alegada e seu grau. Oficie-se ao INSTITUTO MÉDICO LEGAL, requisitando-se o laudo de corpo de delito para aferição da invalidez alegada na inicial, enviando os quesitos das partes, se existentes. Os quesitos do juízo são os seguintes: 1) Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, o autor restou incapacitado para o trabalho; 2) Se a incapacidade é parcial ou total; 3) Se parcial, o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6.194/1974. A parte autora deverá retirar o ofício na Secretaria do Juízo, mediante cópia e recibo nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, e comparecer ao IML para as providências cabíveis. Cite-se a promovida para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo-se constar as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC, bem como intime-se para, querendo apresentar quesitos e nomear assistente técnico. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Fortaleza, 24 de março de 2014.

Diretor(a) de Secretaria

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Rafaella Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana França
Adriana Moura

Amanda Maia
Caroline Mançano
Cristiane Flosi
Cristina Ferreira
Evelyn Castillo
Isabel Chagas
Jessica Correa

João Antonio
Julianne Souza
Michelle Souza
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Raphael Neves

Roberta Marinho
Roberto Costa
Taisa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicos
Adriano Ribeiro
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA / CE

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Processo n.º 08393061020148060001

BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscreve nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADAILTON CAMPOS UCHOA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sua:

C O N T E S T A Ç Ã O

Consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL

Alega o Autor em sua peça vestibular que em **12.03.2013** foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválido, porem, **DEIXA DE JUNTAR AOS AUTOS COPIA DO BOLETIM DE OCORRENCIA E DO LAUDO PERICIAL QUANTIFICANDO EM PERCENTUAL A SUA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE!**

Desta forma, não há que ser acolhido o valor alegado pelo Autor, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso da ora autora.

DA REALIDADE DOS FATOS

O autor alega em sua exordial que em decorrência do acidente ocorrido no dia **12.03.2013** sofreu debilidade permanente, tendo como causa cefaleia e dor facial.

Diante de tal argumento vem a ré, na presença de Vossa Excelência, esclarecer que o acidente em comento se deu na plena vigência da lei 11.945/2009 e seu principal objetivo era estabelecer percentual indenizatório para os casos de invalidez permanente.

Ocorre que, o caso apresentado na presente demanda, qual seja, cefaleia e dor no rosto, não se enquadram na tabela introduzida pela lei 11.945/2009.

Desta forma, haja vista a ausência de cobertura do sintoma informado pelo autor, não há que se falar em indenização do seguro obrigatório DPVAT.

PRELIMINARMENTE

DA IMPERIOSA NECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DOS INCIDENTES DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE VERSAM SOBRE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 4.350 E N. 4.627.

Ab initio, é imperioso consignar que a matéria fático-jurídica aqui debatida decorre de pedido de indenização de Seguro DPVAT, com pedido incidental de declaração de inconstitucionalidade das MP's 340/2006 e 451/2008, bem como das Leis 11.482/07 E 11.945/09.

Ocorre que, tal matéria é alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF sob o nº 4.627 - DF, onde o Ministro Luiz Fux determinou o sobrestamento dos incidentes de inconstitucionalidade, que tramitam perante os Tribunais de Justiça estaduais, em que são questionados os mesmo dispositivos legais impugnados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4350 e nº4627, até o julgamento final pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Repita-se que, o Supremo Tribunal Federal entendeu por determinar o sobrestamento dos incidentes de inconstitucionalidade que tramitam nos Tribunais de Justiça estaduais que versam sobre as MP's 340/2006 e 451/2008, bem como as Leis 11.482/07 E 11.945/09, a fim de evitar maiores danos, decisão publicada em 04 de setembro de 2012, *in verbis*:

"O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Ministro Luiz Fux, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4627, determinou a suspensão de todos os incidentes de inconstitucionalidade que tratem de duas normas sobre o seguro DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) em trâmite nos Tribunais de Justiça dos estados, até uma decisão definitiva do Plenário do Supremo sobre o tema. Considerando que aumentaria a incerteza na aplicação das leis relativas ao DPVAT, no que tange ao pagamento de indenizações para milhares de brasileiros vítimas de acidentes de trânsito, comprometendo se a própria autoridade da decisão que vier a ser proferida por este Supremo Tribunal Federal. Por essas razões, e tendo em vista a relevância da situação, o ministro determinou o sobrestamento dos incidentes de inconstitucionalidade que tramitam nos Tribunais de Justiça estaduais, em que são questionados os mesmos dispositivos legais impugnados na ADIs 4627 e 4350 (esta também sob sua relatoria e que trata do mesmo tema). Em face da circunstância de o recurso veicular a mesma matéria, determino o sobrestamento deste processo. Fortaleza, 15 de fevereiro de 2013 DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator (...)"

Dessa feita, ante o incidente de inconstitucionalidade contido nos autos, necessário se faz o sobrestamento do feito, até que sejam julgadas as ações diretas de inconstitucionalidade que tramitam no Superior Tribunal Federal, conforme recente decisão proferida pelo Ministro Luiz Fux.

DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DO PÓLO PASSIVO
- SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT -

Inicialmente, cumpre destacar que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DVPAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Nesta senda, destaque-se o art. 5º, §3º, da referida Resolução, senão vejamos:

**"CAPÍTULO IV
DOS CONSÓRCIOS**

Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...).

§ 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, PODENDO A MESMA SEGURADORA SER A ENTIDADE LÍDER DOS DOIS CONSÓRCIOS PREVISTOS NO CAPUT DESTE ARTIGO." (g.n.).

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da **INCLUSÃO** ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Desta forma, é de fácil visualização que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

Ressalte-se, em perfeito atendimento ao Princípio da Eventualidade, que a inclusão em apreço não acarretará qualquer tipo de lesão ao perfeito cumprimento das obrigações, caso seja julgada procedente a presente demanda.

Desta forma, sopesando-se os fatos supracitados, requer a inclusão do pólo passivo da presente demanda, para que passe a figurar como Ré na presente demanda a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

**DA AUSÊNCIA DE PROVA VÁLIDA DA ALEGADA INVALIDEZ TOTAL E
PERMANENTE**

Em análise ao presente feito, verifica-se com extrema facilidade que o Autor alega que restou inválido permanentemente, haja vista as lesões sofridas.

Ocorre que, em nenhum momento o Autor, APRESENTOU QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ SOFRIDA, apenas informa que a Ré reconheceu a invalidez com o pagamento administrativo recebido, que certamente não procede.

Logo, não se vislumbra que a invalidez é TOTAL, ou seja, existe uma intenção deliberada de alterar a realidade dos fatos!

Assim, a Ré pede escusa para transcrever decisão do Supremo Tribunal Federal em 15/04/2010, isto é, em recente julgado pacificou entendimento quanto a necessidade de enquadramento da indenização de acordo com o grau de invalidez da vítima:

"...Ora, a Lei não contém palavras inúteis, dizia Carlos Maximiliano, em sua monumental obra Hermenêutica Jurídica. Assim, se a Lei tratou de 03 hipóteses diversas, não há como o exegeta ignorar essa regulamentação e dizer que descabe indagar o grau de invalidez, se máximo ou mínimo pois, diferentemente da 1ª hipótese, que trata da morte, a segunda hipótese trata da invalidez permanente, estabelecendo que a indenização será de até R\$13.500,00, indicando a toda evidência que existem hipóteses em que a indenização será menor que R\$13.500,00, caso contrário não haveria necessidade do legislador utilizar-se da expressão 'de até'. Nem haveria necessidade de tratamento diverso, bastando a lei tratar tudo num inciso só. Mas, se a Lei tratou as matérias em incisos diversos, é porque admitiu expressamente a possibilidade de escalonamento dos graus de invalidez. (...)" (fls. 115-116 - grifos no original).
"Ao apreciar a questão, restou amplamente debatida a legislação aplicável à espécie, nada mais havendo a ser debatido. O regramento legal acerca do escalonamento do valor da indenização devida em casos de acidentes de trânsito, pelo DPVAT, já existia desde 1.974, sendo que a Lei 11.482/2007 apenas deu caráter normativo de Lei ao que já era normatizado mediante Portaria da Susep

"... Isso posto, com base no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Brasília, 29 de março de 2010. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI - Relator - (RE 609655, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 29/03/2010, publicado em DJe-066 DIVULG 14/04/2010 PUBLIC 15/04/2010) .."

Ora Excelência, os fatos suscitados pela ré na presente peça estão em perfeita consonância com o entendimento da Ilustre Juíza, comprovando mais uma vez que o Autor carece de embasamento para propor a demanda!

Vistos os fatos, não havendo meios válidos em Lei para comprovar todo alegado, deve a demanda ser extinta sem resolução do mérito em perfeita consonância com o disposto no artigo 267, inciso IV do Código de Processo Civil.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA TÉCNICA
INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CONFIGURADA

Trata-se de caso de suposta invalidez em que a parte Autora alega ser vítima de acidente de veículo automotor, resultando assim invalidez permanente. Assim supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente ao seguro DPVAT.

Ocorre que **com** a leitura da documentação acostada nota-se que o autor não preenche os critérios exigidos para atestar a **suposta INVALIDEZ PERMANENTE ALEGADA**, ou seja, o autor não possui nenhuma enfermidade incurável, não havendo se falar em invalidez permanente.

Este foi, inclusive, o entendimento da Seguradora que ao analisar a documentação e auferir o grau de comprometimento da vítima, verificou que, na verdade, as lesões apresentadas não são suficientes para configurar uma invalidez permanente.

Desta forma, requer a Ré que a demanda seja julgada improcedente no mérito, por ausência de requisitos que ensejam o deferimento do pedido inicial, qual seja: a condição de invalidez que se encontra ausente na lide, isto é, o autor não é inválido decorrente do sinistro em tela, motivos pelos quais pugna pela improcedência do pedido inicial.

DO MÉRITO

ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/2009
ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAIS INDENIZATÓRIOS

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

A Lei nº 11.945/2009 tem o fito de colocar fim à discussão acerca da validade ou não da utilização tabela de Normas de Acidentes Pessoais, que, dentre suas disposições, estipulou expressamente que a mesma deverá ser utilizada para efeito de pagamento da cobertura por invalidez contemplada na Lei 6.194/74, de modo que se impõe o acolhimento da presente tese.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última sub-dividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Para melhor visualização da questão, seguem dispositivos da referida Lei:

"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"(...)Art. 3º (...)

II - quando se tratar de invalidez permanente **parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional** na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais."

Diante do ora esposado, nos acidentes automobilísticos ocorridos após a edição da Medida Provisória antes referida, atualmente convertida em Lei, tem-se que para a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a regra do art. 3º, com a sua nova redação, **inclusive os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o local, o tipo e a**

**gravidade da perda ou redução de funcionalidade
contidos na tabela anexa à Lei.**

Perceba Nobre Julgador que há que se levar em consideração que é completamente desproporcional aplicar o mesmo valor de indenização securitária para casos diferentes, vez que tal entendimento fere o Princípio da Isonomia, eis que a Lei Maior trata desigualmente os desiguais com o fito de torná-los iguais de fato.

Portanto, resta claro que o pedido de indenização por invalidez no valor de R\$ 13.500,00 é totalmente descabido, tendo sido realizado pagamento administrativo de forma correta, pelo que a Seguradora Ré roga a este Nobre Magistrado pela **IMPROCEDÊNCIA** total dos pedidos da Autora.

**DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA -**

**NECESSIDADE DE GRADAÇÃO DA LESÃO PARA OS CASOS DE INVALIDEZ
TOTAL E PARCIAL PARA FINS DE PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

Conforme se observa da exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a suposta invalidez do Autor. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez do demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios.

Assim, caso Vossa Excelência entenda pelo acolhimento do pleito autoral, há de que ressaltado que a parte autoral não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso vertente de invalidez parcial, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, donde se depreende que o laudo pericial deverá ser apresentado **para fins de indicar o grau e percentual da invalidez para fins indenizatório.**

Desta forma, a Legislação é clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado.

Ora, Ilustre julgador, basta apenas conferir os documentos adunados pela parte autoral que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do pedido inicial, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos

autos qualquer documento que comprove que alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total, ou seja, a repercussão na íntegra do patrimônio físico, para que assim, pudesse ter respaldo o requerimento de indenização no valor máximo indenizável.

Neste sentido, o **Superior Tribunal de Justiça** recentemente editou a Súmula 474 pacificando que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório Dpvat deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Ressalta-se, por oportuno, que a graduação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga, *in verbis*:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA. Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro

previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010.”

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso *sub judice*.

Assim, temos que o Autor não possui qualquer contrato com a Ré, não podendo ser confundida como **consumidora**, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA APLICABILIDADE DA SÚMULA 426 DO STJ

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é crucial que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Ainda neste sentido, corroborando com o artigo supracitado já existe entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pedindo escusas a Ré para demonstrar:

"Súmula 426 STJ- Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido autoral no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Há de se ressaltar que o Autor é beneficiário da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50.

Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, o Autor, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

(...)."

Ressalte-se, oportunamente, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, donde se depreende que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)
a) o grau de zelo do profissional;
b) o lugar de prestação do serviço;
c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono do Autor, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente!

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas, sendo a demanda julgada extinta conforme preconiza o artigo 267, da Lei Adjetiva Civil.

Na remota hipótese de ultrapassadas a preliminares argüidas, **o que definitivamente não se espera**, aguarda-se serenamente, pela improcedência da ação, tendo a Ré amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, pelo que requer seja a demanda ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Por outro lado, em caso de condenação da ré, o que se admite somente por amor ao debate, esclarece a ré que não consta nos autos nenhuma prova que indique o grau da invalidez supostamente de que o autor aduz ser portador.

CASO SEJA DEFERIDA A REALIZAÇÃO DE PERICIA MÉDICA, QUE AS CUSTAS REFERENTE AOS HONORÁRIOS PERICIAIS PERMANEÇAM A CARGO DO AUTOR, DE ACORDO ARTIGO 33 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A REMUNERAÇÃO DO PERITO SERÁ PAGA PELA PARTE QUE HOUVER REQUERIDO O EXAME..

Requer, por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar.

Requer o **depoimento pessoal do autor, sob pena de confissão.**

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço AVENIDA OLIVEIRA PAIVA, 2797, LOJA 23 SHOPPING GRANITO CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS, CEP: 60.822-131, Fortaleza-CE, e ainda, que seja observado o nome

do advogado **FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 14.752**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que pede deferimento.
Fortaleza, 14 de abril de 2014.

João Barbosa
OAB/PE 4.246

Fabio Pompeu Pequeno Junior
OAB/CE 14.752

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o n° 144.819; JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o n° 140.522; e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR, inscrita na OAB/CE sob o n° 14752, com escritório na AV. OLIVEIRA PAIVA, 2797 LOJA 23, CIDADE DOS FUNCIONARIOS CEP: 60.822-131 - FORTALEZA - CEARA, os poderes que lhes foram conferidos por BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move ADAITLON CAMPOS UCHOA, em curso perante a 18ª Vara Cível da comarca de FORTALEZA/CE, nos autos do Processo n° 8393061020148060001.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2014.

JOSELAINÉ MAURA DE S. FIGUEIREDO
OAB RJ 140.522

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA
OAB RJ 152.629

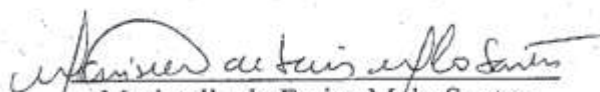
JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS
OAB RJ 144.819

SUBSTABELECIMENTO

fls. 46

Na qualidade de procuradores da **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabelecendo com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246, **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 113.815, **FABIO JOAO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 114.089, com escritório na São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro - RJ, tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Terrestre - DPVAT.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2009


Maristella de Farias Melo Santos

179 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço
por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS
Cod: 18C44E51E8AD

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2009. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Serventia	:	3.68
30% TJFLUIDOS	:	1.09
Total	:	4.77

Bruno Rodrigo Belem Baspar - Autorizado



**Bradesco**

Auto/RE Companhia de Seguros

fls. 47

PROCURAÇÃO

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 225 – parte, Rio Comprido, inscrita no CNPJ sob o nº 92.682.038/0001-00, por seus representantes legais infra-assinados, pelo presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores Drs. **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370, e no C.P.F. nº 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132, no C.P.F. 082.587.197-26; **GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 110.459, e no C.P.F. 053.004.067-08, todos com escritório profissional à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, às quais concede, em conjunto ou separadamente, poderes para defender os interesses da **OUTORGANTE**, especificamente nos procedimentos de natureza administrativa ou fiscalizadora relacionados a seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, por sua carga, a pessoas transportadas ou não – DPVAT, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, transigir e acordar, em juízo ou fora dele, desistir, bem como representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias, empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, PROCON, DECON, órgãos do Ministério Público, praticando, enfim, todo e qualquer ato necessário ao bom e cumprimento deste mandato.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2008.

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS

 Ricardo Saad Affonso
 Diretor Geral


 Carlos Eduardo C. da Silva
 Diretor Gerente

23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
 Av. Nilo Pecanha, 26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
 RICARDO SAAD AFFONSO.....
 CARLOS EDUARDO CORREA DO LAGO.....

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2008 às 10:13:17
 Em Testemunho da Verdade.
 VERA LUCIA BORELLI MATTOS-ESCREVENTE AUTORIZADA
 Usuário do sistema: ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA
 Total - R\$ 9,00





GUIDO MACIEL - TABELIÃO
ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ
SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

23.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSE SALMAZO
Tabelião Substituto
Mat. nº 1.400
R. P. nº 1.400
23.º Andar

ATO Nº 101
LIVRO Nº 8687
FOLHA Nº 115

PROCURAÇÃO bastante que faz, BRADESCO AUTO/RE
COMPANHIA DE SEGUROS, na forma abaixo

dijurriodejaneiro-paulorematrizpublico2007(1)

S A I B A M quantos esta virem que no ano de dois mil e sete (2007), aos vinte e quatro (24) dias do mês de abril, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, MARIA TERESA A. DE ALMEIDA, Escrevente Autorizada, CTPS nº 55177/117-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido, inscrita no CNPJ sob o nº 92.682.038/0001-00, neste ato representada por seu Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares: RICARDO SAAD AFFONSO, brasileiro, casado, advpgado, portador da C/IFP-RJ nº 04.388.031-9, expedida em 12.05.77, inscrito no C.P.F. sob o nº 531.032.827-87, e seu Diretor Gerente: CARLOS EDUARDO CORRÊA DO LAGO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da C/CREA-RJ nº 81-1-05637-7, expedida em 14/07/1988, inscrito no C.P.F. sob o nº 664.290.307-25, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: 1) IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 44.902 e no C.P.F. nº 770.025.397-87; 2) MARIA CECILIA DE LIMA AUILO, divorciada, inscrita na OAB/SP nº 75.446 e no C.P.F. nº 050.970.698-38; 3) MURILO AZAMBUJA RIBEIRO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 42.876 e no C.P.F. sob o nº 315.486.957-34; 4) MARCO AURÉLIO SAMPAIO SÉRGIO, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 71.999 e no C.P.F. nº 540.829.517-68; 5) MARCO AURÉLIO MACHADO RODRIGUES, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 28.902 e no C.P.F. nº 105.892.907-49; 6) CLÁUDIA HECK MACHADO OLIVEIRA, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 118.080 e no C.P.F. nº 533.731.700-87; 7) ANDRÉ LUÍS RHEIN DA SILVA CORDEIRO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 64.389 e no C.P.F. nº 741.708.997-68; 8) JANÁINA ALEXANDRE NUNES, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 181.570-B e no C.P.F. nº 018.653.177-05; 9) MANUELA LEITE CARDOSO, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 95.223 e no C.P.F. nº 037.657.437-20; 10) HELOISA MONTEIRO DE PAULA DIAS, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 103.408 e no C.P.F. nº 103.493.348-54; 11) RENATO DELEUSE VENNA, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 94.463 e no C.P.F. nº 080.269.188-94; 12) CESAR AUGUSTO CASSONI, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 67.325 e no C.P.F. nº 012.197.558-42; 13) ARMINDA MACIEL ALBARELLI, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 58.059 e no C.P.F. nº 754.806.467-53; 14) HERNANI DIAS TORRES, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 48.799 e no C.P.F. nº 600.476.587-20; 15) MARCIA DE ABREU SILVA BONATTO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 65.108 e no C.P.F. nº 486.913.487-04; 16) ROSEMARY ROSA DE ALMEIDA PEBA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 58.627 e no C.P.F. nº 751.656.517-20; 17) ROSÂNGELA DE SOUZA FERREIRA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 63.467 e no C.P.F. nº 813.582.707-59; 18) JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 65.643 e no C.P.F. nº 336.905.377-20; 19) JORGE LUIZ COSTA SOARES, divorciado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 76.835 e no C.P.F. nº 000.290.027-02; 20) SUZANA DA SILVA BASTOS, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 79.200 e no C.P.F. nº 694.555.467-87; 21) ALEXANDER RODRIGO DA SILVA VIEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 82.806 e no C.P.F. nº 020.457.747-08; 22) VITOR AUGUSTO DE SOUZA BAPTISTA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 56.214 e no C.P.F. nº 766.462.207-78; 23) DANIELLY CHRISTINE GOMES CALDAS, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 101.519 e no C.P.F. nº 003.603.017-11; 24) ROGERIO DE SÁ FERREIRA, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 65.925 e no C.P.F. nº 408.794.887-00; 25) JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 95.827 e no C.P.F. nº 032.938.037-09; 26) ANTONIO LUIZ PEREIRA TEIXEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 63.906 e no C.P.F. nº 742.077.177-49; 27) VANESSA MOTTA RUST, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 74.954 e no C.P.F. nº 013.500.167-64; 28) MARIÂNGELA DE MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 73.441 e no C.P.F. nº 773.614.907-00; 29) ERIKA GRESS DE SOUZA NICOLAY, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 86.374 e no C.P.F. nº

23º OFÍCIO DE NOTAS



GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

960.449.267-53; 30) RALPH GOMES DOS SANTOS, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 107.261 e no C.P.F. n.º 035.746.817-12; 31) SHEILA RIBEIRO MONTEIRO, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 103.042 e no C.P.F. 075.570.737-03; 32) ANA ROSA VIANA LOPES, casada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 127.712 e no C.P.F. n.º 966.558.017-53; 33) JÚLIA AGUIAR E SILVA, solteira, inscrita na OAB/SP sob o n.º 14.065 e no C.P.F. n.º 004.605.949-07; 34) ANTONIO TADEU NOVAES CERQUEIRA, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 38.143 e no C.P.F. n.º 375.831.317-15; 35) IVAN SANTOS LEAL FILHO, casado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 95.791 e no C.P.F. n.º 025.877.027-98; 36) RODRIGO FARAH GOULART, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 103.462 e no C.P.F. n.º 071.294.337-44; 37) CRISTIANE MARTINS DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 113.073 e no C.P.F. n.º 016.289.997-13; 38) SIMONE GONÇALVES BITTENCOURT, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 134.799 e no C.P.F. n.º 087.832.757-62; 39) RODRIGO BARROS MEIRELES, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 129.112 e no C.P.F. 081.279.367-66; 40) ANA PAULA DE SOUZA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 126.857 e no C.P.F. n.º 080.869.317-78; 41) CAROLINE STAVIS DE CASTRO, divorciada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 32.435 e no C.P.F. n.º 022.104.619-44; 42) CINTIA MARIA FRUTUOSO RAFAEL DA SILVA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 123.805 e no C.P.F. n.º 084.336.867-55; 43) LILIANE TEIXEIRA DE ALMEIDA, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 82.704 e no C.P.F. n.º 000.440.377-08, todos com escritório na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe n.º 234, Rio Comprido, aos quais concedo, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação, receber citações iniciais e notificações, bem como representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB - Brasil Resseguros S.A. e Banco Central do Brasil, podendo ainda, qualquer um entre os onze primeiros nomeados acima, representar a OUTORGANTE em processos licitatórios praticando todos os atos necessários, inclusive solicitar e prestar esclarecimentos, assinar atas, cartas de credenciamento, documentos pertinentes, assinar contratos e documentos de seguro bem como declarações que venham a ser exigidas pelos licitantes, interpor impugnações, recursos e desistir dos mesmos, firmar compromissos, celebrar acordos e transações extrajudiciais, assinar termos de penhora, bem como substabelecer, e ainda, em conjunto de dois entre os onze primeiros, ficam também concedidos os poderes para nomear preposto para ações de qualquer natureza. Lavrada sob minuta. Certifico que pelo presente são devidas custas no valor de R\$ 13,88 a que se refere a Tabela VII, n.º 2, letra "b"; R\$ 2,62 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 3,29 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 7,82 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ACOTERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 0,82 a que se refere ao FUNPERJ e R\$ 12,68 a que se refere a certidões. Assim o disse do que dou fé e me pediui lhe lavrasse a presente que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente. Eu, (MARIA TERESA A. DE ALMEIDA), Escrevente Autorizada, CTPS n.º 55177/117-RJ, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ass.) REP. DA OUTORGANTE - RICARDO SAAD AFFONSO// REP. DA OUTORGANTE - CARLOS EDUARDO CORRÊA DO LAGO. E X T R A I D A N A M E S M A D A T A. Eu, Jose Maria Teresa A. de Almeida, a digitei e conferi. E eu, Guido Maciel, Salmazo, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino em público e raso.



RTI66008



Id: 16005. Valor: R\$ 12052,00

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24.3.2006. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2006, às 19h, na sede social, Rua Bayão da Ilha nº 225, parte N.º Complemento, Rio de Janeiro, RJ. Presença: Comparatista, idealizador e assinante e acionistas e J. Lato da Presença os representantes do Bancoop SegPre Investimentos Ltda., única acionista da Sociedade Vestiflex também a presença dos signatários Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Azevedo, Diretor Gerente, e José M. Márcio Nunes Presidente do Conselho Administrativo Independentes, Membro Representativo da Assembleia Geral Ordinária, Sra. Maria Helena Braga Nabuco de Azevedo, Vice-Presidente, Secretário Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Azevedo, Convidado dispensado a comparecer.

Estatuto, de conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976-Ordem de Dia I) lamar as reuniões dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2005; II) eleger os membros da Diretoria da Sociedade; III) fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores, de acordo com que dispõe o Estatuto Social; IV) realizar as seguintes designações:

1) de conformidade com o disposto no Cláusula SUPSE nº 234, d. 26.8.2003, o Diretor de Relações com a SUPSE e responsável pela Área Técnica de Seguros; II) do responsável administrativo-financeiro pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, abrangendo o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à constituição dos respectivos objetivos sociais; do responsável pela execução de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizam o fiel observância o cumprimento do disposto na Lei nº 8.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; III) de conformidade com o disposto na Cláusula SUPSE nº 248, d. 30.2.2004, responsável pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade, por sua atuação no âmbito das informações e das contábeis das normas legais e regulamentares e das obrigações; IV) indicar, conforme com o disposto no Artigo 124 da Resolução nº 118, 22.12.2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, apoio para utilização de Instituição Financeira, com o comprometimento do Banco Bradesco S.A.; V) nomear o Diretor Gerente da Sociedade, bem como, os demais Administradores, no Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2005, de conformidade com a publicação realizada em 24.2.2006, não-formal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, páginas 37 a 42, e "Jornal do Comércio" páginas A-35 e A-38, II) para composição da Diretoria, os senhores, com mandato de 1 (um) ano, até 23.2.2007, os senhores: Diretor-Presidente: Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco, casado, brasileiro, RG 5.284.302/SUPSE-SP, CPF 250.319.028/RS, com domicílio residencial na Avenida Paulista, 1415, São Paulo, SP; Diretor-Geral de Autô e Ramon Elmeriano Ricardo Sant'Anna, brasileiro, solteiro, acadêmico, RG 04.368.013-GFPP-RJ, CPF 531.032.627/RJ, reitores Gerentes: Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Azevedo, diretor, casado, secretário, RG 03.324.411-UFFFL-RJ, 410.144.127/RS, Carlos Eduardo Gomes do Lago, brasileiro, casado, engenheiro civil, Registro nº 91-1-05637-7/CNCRU-RS, 604.290.367/RS, Mécio Antônio Gonçalves, brasileiro, casado, Engenheiro, atualmente, secretário, RG 10.428.758/SEP-RS, 721.641.117/RS, todos com domicílio e residência no Rua Barão Ungeirung, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; Diretores: Manoel Souza Neto, brasileiro, advogado, RG 10.428.758/SEP-RS, 721.641.117/RS, 604.290.367/RS, com domicílio e residência na Avenida Itália, 1.415, São Paulo, SP; Tatyana Luczanski, brasileira, solteira, secretária, RG 6.262.129-7/SUPSE-PR, CPF 251.278.759/GO, a Luiz

IV - data de emissão: 25.01.2005;
V - data de liquidação financeira: 25.01.2005;
VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;
VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oficial Público Eletrônico (COPELO), sob o controle do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELC), e
VIII - características da emissão:

Título	Parce	Taxa de Is	Quantidade	Valor Nominal	Data de Vencim	Admissi
(R\$)	(%)	(em mil)	(em mil)	(em R\$)		
NTN-F	4,37	105	150	1.000.000,00	01.01.2005	NTN-F
NTN-F	2,142	105	150	1.000.000,00	01.01.2007	NTN-F

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta corresponder a quantidade múltipla dos seguintes títulos:

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DE-MAB/BCB e com o COOPFIN, nos termos da Decisão Conjunta nº 14, de 20 de março de 2003, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 04 de agosto de 2005, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características especificadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria.

I - data da operação especial: 24.01.2006;
II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 15h30h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data da leilão, a partir das 16h, no site do Banco Central do Brasil;
IV - data da liquidação financeira: 25.01.2005; e
V - características da emissão:

Título	Parce	Taxa de Is	Quantidade	Valor Nominal	Data de Vencim	Admissi
(R\$)	(%)	(em mil)	(em mil)	(em R\$)		
NTN-F	4,37	105	75	1.000.000,00	01.01.2005	NTN-F
NTN-F	2,142	105	75	1.000.000,00	01.01.2007	NTN-F

Parágrafo primeiro. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Parágrafo segundo. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º, será alocada em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2005:

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas "dealers" primárias;
II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas "dealers" especializadas.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 4º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do Sistema COPELO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGE KHALLIL MISKI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 2.365, DE 23 DE JANEIRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, ao uso da competência delegada pelo Ministério de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.005187/2005-66, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias da BERKLEY INTERNATIONAL PARTICIPATIONS LTDA., CNPJ nº 07.021.544/0001-89, com sede na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral de Transformação realizada em 13 de dezembro de 2005, deliberaram, em especial:

I - A transformação do tipo jurídico, de sociedade limitada, para sociedade anônima;

II - O aumento do capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

III - A mudança da denominação social para BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A.; e

IV - A alteração e a constituição do Estatuto Social.

Art. 2º Conceder à BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A., autorização para operar com seguro de danos, na 7ª (setima) e na 8ª (oitava) regiões do território nacional, sob controle econômico da BERKLEY INTERNATIONAL ARGENTINA S.A., sociedade anônima constituída sob as leis da Argentina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JR.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 526, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, ao uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.001639/2005-71, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias da FIDIAS SEGURADORA S.A., CNPJ nº 23.151.251/0001-78, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2005, aprovaram, em especial:

I - A transferência da sede social para a cidade de São Paulo - SP; e

II - A alteração dos artigos 3º, 7º, 8º e 16 do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 527, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, ao uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.100529/2004-04, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias da CIGNA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.061.862/0001-83, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2004, aprovaram, em especial:

I - A composição do capital social de R\$ 58.085.321,95 (cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos), dividido em 293.648.593,629 (duzentos e noventa e três milhões, quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 285.208.201,083 (duzentas e oitenta e cinco milhões, oitenta e três mil, oitocentos e dezasseis mil, oitocentos e quarenta e nove) ações ordinárias e 8.440.298,756 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove) ações preferenciais; e

II - A alteração do artigo 4º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 528, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, ao uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.001614/2005-37, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias da BRADISCO ANTORE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 92.681.028/0001-00, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2005, aprovaram, em especial, a alteração dos artigos 3º, 7º, 8º, 10 e 12 do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 529, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, ao uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.101671/2003-95 e 15414.101693/2003-16, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias da SINA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 14.573.953/0001-05, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 13 de novembro de 2005, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social de R\$ 5.939.270,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) para R\$ 6.203.197,60 (seis milhões, duzentos e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), representado por 396.896 (trezentas e noventa e seis mil, oitocentas e noventa e seis) ações nominativas, sem valor nominal, das quais 390.036 (trezentas e noventa e seis mil, oitocentas e noventa e seis) ações e 6.860 (seis mil, oitocentas e sessenta) preferenciais; e

II - A alteração dos artigos 5º, 14, 15 e 16 do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

Ministério da Justiça

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.389, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ao uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 2º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08255.017011/2005-12-SR/DPF, resolve:

Conceder autorização à empresa VESEP - VITÓRIA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA., CNPJ nº 06.190.604/0001-24, sediada no Estado do Espírito Santo, para adquirir em estabelecimento credenciado no Departamento Legítimo do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição sob seguintes quantidades e valores: 9 (nove) REVOLVERES CALIBRE 38, 3 (três) FISTOLAS CALIBRE 380, 3 (três) ESPINGARDAS CALIBRE 12 MUNICIONAMENTO, 50.000 (cinquenta mil) CARTUCHOS DE MUNICIONAMENTO CALIBRE 38, 5.000 (cinco mil) CARTUCHOS DE MUNICIONAMENTO CALIBRE 380 E 3.000 (três mil) CARTUCHOS DE MUNICIONAMENTO CALIBRE 12.

ZULMAR FIMMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.327, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ao uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, atualizada pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1996, e considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho emitido nos autos do Processo nº 08312.008155/2005-40-DE-LESP/SR/DPF, DECLARA revogada a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data de publicação no D.O.U., concedida à empresa BLUNDER SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.277.789/0001-00, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios SANDRA REGINA ASSUNÇÃO VAZ CORREA e MARCOS CORREA, para efeito de exercer suas atividades no Estado de SÃO PAULO.

ZULMAR FIMMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 49, DE 12 DE JANEIRO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ao uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, atualizada pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1996, e considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho emitido nos autos do Processo nº 08312.008155/2005-40-DE-LESP/SR/DPF, DECLARA revogada a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data de publicação no D.O.U., concedida à empresa MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.232.434/0001-80, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios MARIA ABADIA VIEIRA e CONTAL EMPREITEIRA DE REFORMAS E SERVIÇOS LTDA., para efeito de exercer suas atividades no Estado de SÃO PAULO.

ZULMAR FIMMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 63, DE 12 DE JANEIRO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ao uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, atualizada pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1996, e considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho emitido nos autos do Processo nº 08312.009091/2005-01-DE-LESP/SR/DPF, DECLARA revogada a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data de publicação no D.O.U., concedida à empresa MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 07.232.434/0001-80, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios MARIA ABADIA VIEIRA e CONTAL EMPREITEIRA DE REFORMAS E SERVIÇOS LTDA., para efeito de exercer suas atividades no Estado de SÃO PAULO.

ZULMAR FIMMENTEL DOS SANTOS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associacões, Sociedades e Firms

GERDAU S.A.
CNPJ nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33300932268
Comércio Ativo

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NO RUD DE JANEIRO-RJ, NA AV. JOÃO XXIII Nº 6.777, DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ, ÀS 10h09min DO DIA 18 DE JANEIRO DE 2006

1. A reunião celebrou com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Jorge Gerardo Johannpeter, Presidente e, por mim, Expedito Lut., Secretário. O Conselho de Administração da Sociedade por unanimidade decidiu, na forma da Resolução nº 089/2005, de liberar a assinatura da Sociedade a oferecer à primeira Rifa S&B (Jazzerias e vassalão e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias de emissão da Gerdaú Gaus Lengau S.A., integrantes do ativo permanente da Sociedade e avaliadas pelo seu valor patrimonial em R\$609/2005, totalizando R\$ 960.007,64 (nove milhões, setenta e seis mil e quatro centavos). A primeira mercadoria será oferecida exclusivamente, em garantia nas aulas da Execução Fiscal nº 2002/0558-0 que se move à União Federal e que tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Simões Filho, BA. 3. Declarou, portanto, que, nos atos pertinentes à presente autorização, inclusive na assinatura do Termo da Pômeira, a sociedade não representa, isoladamente, pelo procurador RAUL MANOEL LIMA CAVALCANTI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-SP sob o nº 110.173, OAB-FE sob o nº 586-A e OAB-BA sob o nº 744-A, na CRC 232.569.830-0/00 e com escritório profissional em Rua José Bonifácio, nº 10, Km 32,7, Guaraíras - Jussaraí do Gerado, CEP nº 95950-000, 3. Os Conselheiros AFFONSO CÉSAR PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA REZENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno desta Comissão, enviaram por meio eletrônico suas manifestações de voto, apresentando sua concordância com as deliberações tomadas nessa reunião, 4. Nada mais foi tratado. Foi o Janeiro, 10 de janeiro de 2006. (Ass.): Jorge Gerardo Johannpeter - Presidente, Germano Hugo Gerardo Johannpeter - Vice-Presidente, Klaus Gerardo Johannpeter - Vice-Presidente, Fernando Carlos Gerardo Johannpeter - Vice-Presidente, Expedito Lut. - Secretário Geral, Declaração do Diretor, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da GERDAU S.A., que a presente é cópia fiel da ata da Reunião do Conselho de Administração acima convocada, que se encontra lavrada nos autos do processo nº 2002/0558-0, que tramita perante a Justiça Federal em Juízo. Rio de Janeiro, RJ, 10 dia do mês de janeiro de 2006. Jorge Gerardo Johannpeter - Presidente, JACQUES CARLOS COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CERTIFICADO. Certifico que este documento foi arquivado sob o nº 00001582626, em 25/01/2006, Protocolo nº 00-7008006734-2. Valéria D. M. Silva, Secretária-Geral.

FINASA SEGURODORA S.A.
CNPJ nº 33.151.291/0001-76
NRE 33.300.213.765
GRUPO BRADESCO DE SEGUROS

[illegible]

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	1
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	5
Associações, Sociedades e Firms	5
Extravio de Documentos	12
Ordão de Representação Profissional	12

tos que aplicadas a operação, utilizando-se como base Balanços Pa-
 trimoniais significativos levantados em 30.09.2004 pelas Sociedades em
 vistoria, e a eficácia da aprovação da GSRA Consultoria Empresarial, a
 entidade especializada em pericia contábil, com sede na Cidade do Rio
 de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 116, 1º andar, parir, CNPJ nº
 02.880.442/0001-58 e CRC-RJ nº 00318040, como responsável pelas
 avaliações dos Patrimônios Líquidos da Finares e da Bradesco Segur-
 ras, e valores contábeis e de mercado, em 30.9.2004; II, de acordo
 com Balanços Patrimoniais específicos das Sociedades levantados em
 30.9.2004, foram apurados os seguintes Patrimônios Líquidos: Finares -
 R\$ 5.510.301,89; e Bradesco Seguros - R\$ 4.302.255.935,85, res-
 pectivamente, seguidos os critérios contábeis, nos seguintes valores pa-
 trimoniais por ação: Finares - R\$ 0,315395491 e Bradesco Seguros - R\$
 6.942.1953158711; IV, para os fins previstos no Artigo 28º da Lei nº
 6.404/75, considerando o valor dos patrimônios líquidos e o preço de
 subscrição, apurados, com base nos bens líquidos, por ação da Finares
 e R\$ 0,315395491 e do Bradesco Seguros - R\$ 7.356,914473785.
 Dessa forma, se a oferta de venda de ações dos patrimônios líquidos
 da Finares for aprovada, o aumento no valor de Patrimônio Líquido e a
 consequente redução de ambas as Sociedades em 30.9.2004, cada ação
 terá um montante líquido de 0,00004729557 ação do Bradesco Seguros;
 aprovada a operação, não haverá aumento do capital social e não
 ocorrerá de ações da Bradesco Seguros, em virtude de a Bradesco
 Seguros participar na Finares com 99,756483484% do capital social
 de as participações das acionistas minoritárias da Finares não atin-
 garem, pela oferta de venda, o direito de rescrever novas ações
 emitidas da Bradesco Seguros; VI, considerando que as ações da
 Finares não asseguram aos seus titulares o direito ao recebimento de
 ações da Bradesco Seguros, por residuarem em fração zero, serão
 amortizadas pelo seu valor patrimonial contábil de R\$ 0,315395491
 e a ação, VII, não reservando aos acionistas minoritários da Finares e da
 Finares, nos termos dos Artigos 137, 230 e 250 da Lei nº 6.404/75,
 direito de se retirar das Sociedades, mediante o reembolso do
 patrimonial conforme segue: a) ações da Finares, o valor de
 R\$ 0,315395491 por ação; b) ações do Seguros, o valor de
 R\$ 6.942.1953158711 por ação; VIII, a operação não submete a
 aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; 9) ratificando
 a aprovação da GSRA Consultoria Empresarial, empresa avaliadora
 dos Patrimônios Líquidos das Sociedades a valor contábil e de mercado,
 aprovando o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação
 das Ações das Acionistas, firmado em 17.11.2004, pelas Sociedades
 titulares do Laudo de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a valor
 contábil e de mercado, anexa ao referido instrumento, sem que a
 operação ou resulte em seu prejuízo, especialmente quanto ao resgate
 de ações, pelo qual se concentrará a operação no âmbito da Massa,
 disponível, e qual rubricado pelos participantes, e do Parágrafo Final
 do Artigo 130 da Lei nº 6.404/75; 10) a oferta de venda a Discrição a
 todos os seus membros, a fim de "conclusão da operação de Incorporação
 das Ações das Acionistas da Sociedade, ora aprovada; 11) eleito, o
 cargo de Diretor da Sociedade, o senhor Haysward Roberto Carlos
 de Azeite da Costa, brasileiro, casado, comerciante, CRC RJ-073942-
 CPF 156.039.427/03, com domicílio na Rua Manoel de Figueiredo,
 Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, com mandato conferido em
 demais membros da Diretoria, até 31.12.2005, cuja posse se dará a
 homologação de seu nome pela Superintendência de Seguros Privados -
 SUSEP, sendo que permanecerá em suas funções até que o Ato
 a ele seja no ano de 2005 receba a homologação da Superintendência
 de Seguros Privados - SUSEP; O Diretor eleito por prazo determinado
 prevista na Resolução nº 43, de 3.9.2001, aplicada pela Resolu-
 ção nº 74, de 12.5.2002, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP,
 portanto, sob as penas da lei, que se dá a oferta de venda de ações
 em nome da Finares, em nome da Bradesco Seguros, em virtude de condenação de
 6) designar, em substituição ao senhor Marcos Sanyan Neto, o
 senhor Roberto Chamberlain da Costa, Diretor, como responsável
 pela incumbência de desenvolver e implementar procedimentos
 de controle e fiscalização e de observância das disposições estabele-
 cidas no Circular nº 234, de 28.8.2003, da Superintendência de Seguros Pri-
 vados - SUSEP, que dispõem sobre os princípios de "investigação" ou "due
 diligence", direitos e valores; Encerramento: Nada mais havendo a
 senhor Presidente esclareceu que para as deliberações tomadas
 pelo Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se pre-
 sentar no período e encerramos trabalhos, levando-se a presen-
 ça que nada a achado conforme, foi aprovado por todos os membros
 subscritores. Assinaturas: Presidente: Luis Carlos Trabuco Cal-
 deira; Samuel Moreira dos Santos Júnior; Acionista: Bradesco
 Seguros S.A., representado por seus representantes, senhores Luis Car-
 los Trabuco Caldeira e Samuel Moreira dos Santos Júnior; Empresa A-
 GSRA Consultoria Empresarial, representada pelo senhor Ruy
 Yassques. Desistamos para os devidos fins que a
 e copia para: a) ao original lavrado no livro próprio e que são au-
 tementados, em, as assinaturas, votos assinados, Carlos Henrique
 de Azeite da Costa, Diretor Geral - TJ, Ricardo São Afonso - Diretor Geral
 Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nome: FINAres SGR
 RA S.A. Nire: 33.105.027378-8, Protocolo: CG-2005/119-
 21/12/2005, Carilho e deferimento em 19/01/2006, e o regis-
 tramento D0001581703 - Data: 18/01/2006 - Valença G. M. B.
 Prefeitura Geral

BRASECO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS
(atual denominação da União Novo Hamburgo Seguros S.A.)
CNPJ nº 02.482.038/0001-00
Grupo Braseco de Seguros

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30.7.2004. Dts., Hora e Local: Realizada nos 30 dias de julho de 2004, às 08h, na sede social, Rua do Burle de Goyaz, 225, apto. Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ. Presença: Compareceram, identificando-se e assinando o termo de presença os representantes da Bradesco Seguros e Sinais, associados da Sociedade. Mesa: Presidente: Samuel Mendes de Almeida, associado da Sociedade. Mesa: Henrique Ribeiro de Sá, Diretor. Convocação: Dispensada a convocação por Edital, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei nº 6.404/68, mediante: a) Ordem do Dia; b) Exame das propostas da Diretoria para: 1) alterar o Artigo 7º do Estatuto Social, elevando de 13 para 14 o número máximo de cargos na Diretoria; 2) incorporar parcelas do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A. ao patrimônio da Sociedade, de conformidade com o disposto nas Artigos 234, 225, 226 e 228 da Lei nº 6.404/68, mediante: a) exame e aprovação do instrumento de Parcela e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação; b) Parecer do Patrimônio Líquido da Sociedade Existente; c) ratificação da incorporação da empresa avaliada e aprovação do Laudo de Avaliação; d) Parcela da Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A., a ser distribuída para a Sociedade; E, eleger novo membro para compor a Diretoria da Sociedade, II. Item o montante global atual de numerários dos Administradores, de acordo com o que dispõe o Estatuto Social, e o valor de Documentos: As Propostas da Diretoria e o Relatório de Gestão e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação da Parcela do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A. foram lidos e aprovados sob as metas e condições de aprovação das representações da maioria da Sociedade. Definições: 1. aprovadas, mas qualquer alteração ou rescisão, até 30.7.2004, a seguir ligadas: "Vimos poisur: 1) a alteração do Artigo 7º do Estatuto Social, aprovado de 13 para 14 o número máximo de cargos da Diretoria. Se aprovado esta proposta, a partir de 30.7.2004 passará vigorar com a seguinte redação após o homogeneizar por unanimidade de Seguros Privados - SUSEP: Art. 7º A administração será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 14 (quatorze) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1) um (1) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Geral de Auto e Riscos e Seguro Vida, 1 (um) a 3 (três) Diretores Gerais, e de 1 (um) a 9 (nove) Diretores com designação especial"; 2) e a incorporação do patrimônio líquido contábil da Bradesco Seguros S.A. à sociedade, de conformidade com o disposto nos artigos 234, 225, 226 e 228 da Lei nº 6.404/68, visando a promoção da reorganização e produtividade, e a consequente racionalização de custos operacionais, administrativos e legais. A operação a ser autorizada, terá as seguintes características: I) se efetivada em 30.7.2004, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos elaborados pelas Sociedades, com data de 30.06.2004, II, ratificar a decisão da GSRA Companhia Empresarial, sociedade especializada para a pericia contábil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Voluntários da Pátria, 116, 3º andar, parte. CNPJ nº 02.886.642/0001-00, CRC RJ 0031610-0, como responsável pelas avaliações, e III, aplicar o método de custo médio ponderado das Sociedades avaliadas pelos Países. Os Patrimônios Líquidos das Sociedades avaliadas pelos Países. Os Patrimônios Líquidos das Sociedades avaliadas pelo País Avaliadores nomeados anteriormente, englobando o período de validade em: Seguros RS R\$ 686.848.760,13 (seis milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos) e Sinais e Vida RS R\$ 343.571.492,50 (trezentos e quarenta e nove milhares, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). No caso da Sociedade Patrimônio Líquido acima referido, na data-base de 30.6.2004, está sendo considerado o evento subsequentemente, de aumento de Capital, autorizado e integralizado em 20.7.2004, no montante de R\$ 30.458.814,70 (trinteiros e nove milhares, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis e setenta e cinco centavos), uniformizado pelas pessoas no Laudo de Avaliação. Portanto, considerando o valor dos Patrimônios Líquidos Contábeis por País de R\$ 986.200,04 da Vida RS [R\$ 610.308.876,99] e Sinais e Vida RS [R\$ 656.518.904,45], e parcela do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A. devida aos Seguros e Sinais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) respondendo a 1,54% (uma e cinquenta e quatro milésimas) da Seguros, haverá a emissão de ações ordinárias, nominativas-semiprestal para a Sociedade, a ser emitidas pelo Banco Bradesco S.A., adquirente detentor de 99,46% do capital da Sociedade. V, os demais acionistas da Seguros que não tenham a 1 (uma) ação serão reembolsados, proporcionalmente à sua participação, com base no valor patrimonial contábil de R\$ 6.140,596 por ação, mantendo-se no item anterior VI, a parcela do Patrimônio Líquido vendido da Seguros está representada pelos bens, direitos e obrigações relacionados no Anexo IV e parte integrante do Laudo de Avaliação, elaborado com base no Balanço Patrimonial levantado em 30.06.2004, utilizando-se como critério de avaliação o valor contábil das variáveis patrimoniais correspondentes à parcela do patrimônio líquido da Sociedade. Verificamos em 30.7.2004, incorporado o movimento de Seguros, decorrente de Depósito no item IV, haverá aumento do Capital Social da Sociedade, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentas reais), elevando-o de R\$ 412.040.622,31 (quatrocentos e doze milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos) para R\$ 421.050.122,31 (quatrocentos e vinte e dois milhões, cinquenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), com a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa-semiprestal, sem valor nominal. Em contrapartida, haverá redução do Capital Social da Seguros com cancelamento de 1 (uma) ação ordinária do Banco Bradesco S.A., adquirente detentor de 99,46% do capital da Sociedade. Assim, passando o Capital Social da Seguros de R\$ 1.345.718.992,26 (um bilhão, trezentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e

vida e pelo contrato) para R\$ 1.543.759.492,26 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), e, a partir de R\$ 1.543.759.492,26, a partir da Sociedade, a total soma em razão da presente operação de incorporação da parcela circunscrita, terá sido integralmente a crédito dos seus sócios sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir da data de deliberação dos acionistas que aprovarem a operação, cujo pagamento deverá ser efetuado após a aprovação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Fará jus, também, de forma integral, a eventuais vantagens atribuídas às entidades acima. X. para os fins previstos no Artigo 261 da Lei nº 6.406/76, informa-se que, com a realização de troca das ações dos acionistas da Sociedade livre-valorizada com base nos valores das Patrimônios Líquidos a preços de mercado de empresas da Sociedade em 31/12/2004, e redução de lucra sobre a proporção de 1,393552703 em razão da Sociedade Livre-Valorizada, os valores das ações acionistas existentes da deliberação da Assembleia Geral dos Seguros que aprovar a operação de incorporação pela parcela circunscrita pela Sociedade e assegurado o direito de retirada da Sociedade, nos termos do Artigo 137 da Lei nº 6.406/76, mediante o aumento do valor patrimonial contábil de R\$ 5.146.908.026,69 por ação mantendo-se no item IV, conforme Artigo 45 da mencionada Lei, o seguinte teor: e Lavado de Avaliação elaborado para fins da criação parcial XII, aprovada a operação, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social da Sociedade passou a vigorar com a seguinte redação, após a homologação do Decreto pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "Art. 6º. O Capital Social é de R\$ 452.482.920,33 (quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), dividido em 81.148 (oitenta e uma mil e quarenta e oito) ações, com o valor nominal, nominalizações-escrituras, sem valor nominal", XIII. a Sociedade assumirá todos os direitos e obrigações da Seguros decorrentes e relativos à parcela vertida, incluindo as obrigações e direitos tributários dos funcionários que serão transferidos para a mesma, em virtude da operação, incluindo os valores a serem pagos pela Seguros por funcionários que porventura não puderem ser transferidos imediatamente, um decréscimo da necessidade de autuação dos órgãos regulatórios, XIV. as lucras, lucros e resultados da Seguros que operem nos termos autônomos e elementares ficam transferidos de pleno direito para a Sociedade, que assume todas as obrigações e direitos; V. todos os contratos com terceiros que a Seguros mantiver, necessários em desenvolvimento de todas as operações de seguros de acidentes e riscos de terceiros, assim como, todas as cláusulas e obrigações assumidas e mantidas à Sociedade; XVI. o Diretor de Administração da Seguros, em nome da Sociedade, poderá solicitar todos os atos necessários, observando que a operação de cada parcial com incorporação terá como forma que a Sociedade assumirá no seu plano de todas as operações de natureza variada, inclusive quanto ao processo de aquisição de ativos e passivos, e desde que não implique em alteração do Patrimônio Líquido líquido, rever, por resolução legal, concluída ou da negociação, a transferência de contratos e operações". Em seguida, os intervenientes legais do Banco Bradesco S.A. com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CNPJ nº 60.746.945/0001-12, NIRE 33.500.621/75, endereço Social: Sãoca, travessa, cidade, Bradesco, RG 204.835-005SP-CP, CPF 138.186.40M/2 e Miguel Arcángel Sosa, Diretor, endereço, cidade, Bradesco, RG 7.006.035/005SP-CP, CPF 22.816.502/15, com domicílio e residência na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, presentes a Assembleia deliberaram e decidiram transferir para o Bradesco Seguros S.A. a ação atribuída ao Banco Bradesco S.A. em decorrência da aprovação da proposta para incorporação da parcela do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A. pelo preço e ajustado de R\$ 5.552.188.051,57; II. justificada a indicação da GSKA Consultoria Empresarial, como empresa avaliadora dos Patrimônios Líquidos da Sociedade e do Bradesco Seguros S.A.; III. aprovado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação de Parcela do Patrimônio em Sociedade Espécie, firmado pelas Sociedades, em 27.12.2004, sem qualquer alteração do registro da Sociedade, bem como que a presente operação, bem como o Lavado de Avaliação, anexo do referido Instrumento, estão na forma como se tem em que foi redigido, especialmente quando não houverem mais conflitos, cuja transação foi dispensado, o qual, rubricado pelos componentes da Mesa Sessão arquivado na Sociedade, nos termos da alínea "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.406/76, IV. de conformidade com o disposto no Artigo 7º do Estatuto Social, foi eleito ao cargo de Diretor da Sociedade o senhor Luiz Camilo Nishin Verde, brasileiro, casado, naturalizado; RG 6.111.910/SP-SP, CPF 442.482.990-49, com domicílio e residência na Rua Barão de Itapetininga, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, e com mandato conferido com o dos demais membros da Diretoria, em 31.12.2004, cujo nome não teve a aprovação dos intervenientes legais da Sociedade Livre-Valorizada, e, a partir da presente data, sendo que permanecerão em suas funções as que os nomes dos Diretores que foram eleitos em 2003 incluem homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ato atribuído na Junta Comercial e publicada; V. lavado o mandato global atual da renomeação dos administradores, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 4.700.000,00 a ser distribuído em Récibo da Diretoria, conforme determina a letra "g" do Artigo 6º do Estatuto Social. No seguinte dos trabalhos, disse o senhor Presidente que: a) a Diretoria da Sociedade fica autorizada a praticar todos os atos necessários e a tomar as providências complementares de operação ora aprovada, incumbindo-se do cumprimento de todas as formalidades legais e complementares a ela; b) constituindo a aprovação do aumento do Capital Social no valor de R\$ 229.948.877,67, elevando-o para R\$ 671.890.900,00, com o acréscimo de R\$ 85.833 ações ordinárias, nominalizações-escrituras, sem valor nominal, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, às 8h30, e da presente operação de incorporação de parcela da

Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A. no patulário da Sociedade, o "capit" de Arlido R" da Estação Social da Sociedade possui a seguinte conta a seguir emitida, após a homologação do processo de Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - (An. 6º) O Capital Social é de R\$ 172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais), dividido em 102.511 (cento e duas mil, quinhentas e onze e uma) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal". Encerra-me: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente estabelece que para as deliberações litorais, o Conselho Fiscal da Companhia não foi convocado por não se encontrar instalado no período e que as matérias ora aprovadas somente estarão em vigor e se tornam efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atinentes locais as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. Em seguida, encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem, inclusive pelos representantes legais da empresa ausentes e do Banco Bradesco S.A. Assinaturas: Presidente, Samuel Moreira dos Santos Júnior; Secretário: Carlos Henrique Robertson Schmidt; Acassia Bradesco Seguros S.A., representada por seus Diretores, senhores Samuel Moreira dos Santos Júnior e Carlos Henrique Robertson Schmidt; Epitácio de Aguiar Junior; GERA Consultoria Empresarial, representada pelo senhor Ruy Cardoso Vences; Bradesco Bradesco S.A., representada por seus Diretores, senhores Sérgio Scaglia e Milton Aguiar Silva Vargas. Declaram: por Declaração para os devidos fins que a presente Ata foi lavrada e assinada pelos signatários, que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apensas. Bradesco AUTORE Companhia de Seguros (atual denominação da União More Hamburgers Seguros S.A.). Carlos Henrique R. Schmidt - Diretor Geral - TIT; Domingos Aguiar Moreira - Diretor Financeiro e de Patrimônio; Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Nome GRACIELO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS - NIRE: 33.3.002755-1 - PIS/PATCO: 00-2365181085-9 - 331272001 - CEFICO e deliberação em 28/01/2006 e o registro sob o nº 00001582833 - Data: 26/01/2006, Valéria G. M. Serrão - Secretária Geral.

FÁBRICA DE RENDAS ARP S/A
CNPJ Nº 33.111.739/0001-45
NIRE Nº 33360052950

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2006 - 1. O Dia, Hora e Local. As 11 horas do dia 12 (doze) de janeiro de 2006, no sede da Companhia, na cidade do Novo Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 10, R. Convecção e Presença. CONVOCAÇÃO deliberada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 4.404/76, pela presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas, Lf. Mesa: Presidente: Anna Christina Ag Coimbra Bueno, Secretário: Janyrney Coimbra Bueno Filho IV, Odesto do Dia: 4.1 Realização dos membros do Conselho Consultivo, com o comparecimento ajuiz do remuneração, em virtude do dissídio coletivo da categoria em maio de 2005. V. Deliberações aprovadas por unanimidade dos presentes: 2.1 Reeleger, como membros do Conselho Consultivo a Sr. ANNA CHRISTINA AGR COIMBRA BUENO, brasileira, casada, economista ponteira da Carteira de Identidade nº 113.615, E, expedida pelo IPR em 26/02/1978, e Sr. JANYRNEY COIMBRA BUENO FILHO IV, brasileiro, nascido em 04/04/1974, residente na Rua Princesa José Eugênio Nunes, 128/101, Caixa, Nova Friburgo/RJ e Sr. LUIZ DE SEGADAS VIANNA, brasileiro, estado, engenheiro, ponteira da Carteira de Identidade nº E 330, expedida pelo Ministério do Trabalho em 05/04/76 e expedido no CPF/MF sob o nº 063.555.787-34, residentes e domiciliados na Rua (Eugênio Nunes), 282, Sala 003, Suíte Nova Friburgo/RJ, para mais em mandato do 1 (um) ano. 2.2 Ajustar a remuneração mensal dos membros do Conselho Consultivo da Companhia, em consequência do dissídio coletivo da categoria em maio de 2005, da seguinte forma: R\$ 10.166,885-40 (dezesseis mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) para a Sr. Anna Christina Agr Coimbra Bueno, e o membro e corpo de membros do Conselho Consultivo do 1º de dezembro do Conselho Consultivo. 3.1 Realização do Conselho de Administração do Conselho Consultivo, com o comparecimento de duas funções no Conselho Consultivo, em razão de já exercer cargo de União na Companhia e ter renunciado por esta função 5.3 Os efeitos da reeleição dos membros do Conselho Consultivo são aprovada por unanimidade dos presentes, retroativos ao dia 18 de outubro de 2005. V. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia encerrada, depois de lida e ratificada e presente ali no livro próprio Nova Friburgo, 12 de janeiro de 2006. Presidência (assinada): Anna Christina Agr Coimbra Bueno, Secretário (assinado): Janyrney Coimbra Bueno Filho. Certifico que a presente cópia fiel da original lavada em Nova Friburgo, Janyrney Coimbra Bueno Filho - Secretário. Arquivada na Jucisul sob nº 09/0158.1926 em 23/01/2006. Votante G. M. Sampa - Secretário. 44.1302 Voto: RS 1558

ATA DA REUNIÃO DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, NA
FORMA DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 999 E 1072 DO
CÓDIGO CIVIL.

Após dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, a despesa decorrente, na Sede da Sociedade à Rua Visconde de Inhaúma n.º 58, Sala 1.401, Centro, Rio de Janeiro, RJ, montou-se os seguintes Ru-

Sendo assim, o Censo de Renda Alquerque este por si e repetidamente os demais sujeitos ativos de participação por instrumento público da sociedade, todos devidamente qualificados no seu Contrato Social. De acordo com esse mesmo Presidente do João Rui Fernando Varela e como Secretário o João César de Almeida Albuquerque, para diferenciar sobre a seguinte pauta: a) decidir sobre a diminuição do capital social; b) desvalor do valor do capital diminuído; c) substituição da alteração contratual. Todos os atenuantes aqui tratados foram aprovados e conhecidos as seguintes decisões: a) a parte social dividida em 60 mil ações de R\$ 1.205.675,00 (um milhão, duzentos e cinco reais), distribuídas e válidas a cinco reais (cinco reais); b) R\$14.855,00 (quatorze mil e quinhentos e cinco reais) acrescentar à anuidade e cinco repartido passando o capital social para R\$584.610,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil e dez reais). Já o capital dividido vale restituído aos sócios, visto que se encontra atualizado e a sua distribuição baseada não no motivo de que o capital social de R\$ 1.205.675,00 (um milhão, duzentos e cinco reais) a sociedades e somente a cinco reais estávamos gerando em relação ao objeto de Sociedade; c) elaborar a alteração contratual com o respectivo registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente encaminha o relatório e conclui que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por todos assinada e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação, Rua Rio Janeiro, nº 95 de janeiro de 2006. RUI FERNANDO VARELA, Presidente, CARLOS DE ARRUDA ALBUQUERQUE Secretário, LUIS FERNANDO ALVARES, por seu procurador Celso de Almeida Albuquerque, LUIS VICTOR PORTEGAL, por seu procurador Celso de Almeida Albuquerque, SEDAS- TUN ANDRÉS BLUJO, por seu procurador Carlos de Almeida Albuquerque.

PROSINT QUÍMICA S.A.
CNPJ nº 28.824.059/0001-88
NIRE nº 33358349000

[illegible]

No. 1455 Value: R\$ 1399.01

TELESPAZIO BRASIL S/A
CNPJ nº 02.214.014/0001-33
NIRE 3330010036-0

[illegible]

- Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL.

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00
CRÊDITOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00

OBS: As assinaturas com o documento somente serão concedidas para o funcionalismo público.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de processo expediente para envio de assinaturas. Essas assinaturas deverão ser encaminhadas aos nossos Agentes e aos Agentes correspondentes do Bureau (IAU). Cópias das assinaturas deverão ser encaminhadas aos seguintes e Rua Marquês de São Carlos nº 29, Centro, Niterói, RJ. ATENÇÃO: E-mail para o recebimento de valores e envio de assinaturas de D.O.

IMPRENTA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda, 25.

R.J., CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2620-1122 FAX: (0xx21) 2719-0541
www.imprensaoficial.ci.gov.br

IMPRESSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

João Augusto Guimarães

Jorge Norberto Pérez

José Fernando Freitas Chaz

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro estatística que somente estão sendo arquivadas matérias para publicação no Diário Oficial Parte V - PUBLICAÇÕES A PERGO, no formato digital desenvolvido pela Agência do IBRUL pelo Sistema de Emissão Eletrônica de Matérias - e-Info.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Publicação pelo Odeota - e-Avênidas, Rua Braga nº 116, sala 805 - Centro, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20031-900. Tel: 2209.4106. Fax: 2201.1321. Telex: IBR27F 25332 5443.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas
RIO - Rua São José, 35, tel. 22.224
Edifício Galegato Montez Côtes
Ind. - (021) 253.3456 - 2533-8647
Tel: (021) 253.3456 e 2532-1122 R 124

PREÇO PARA	envio	R\$ 119,00
PUBLICAÇÃO	envio para Municipalidades	R\$ 83,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Devem ser dirigidas por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado de Rio de Janeiro, apresentando o nome e o endereço do autor, e a data de sua publicação.

I - A conversão da UNIAO NOVO HAMBURGO SEGUROS S.A. em subsidiária integral da BRADESCO SEGUROS S.A., e a transferência de seu sede social, da cidade de Nova Hamburgo - RS, para a cidade do Rio de Janeiro - RJ;

II - A incorporação, pela UNIAO NOVO HAMBURGO SEGUROS S.A., da entidade do governo do BRADESCO AUTOMOBIL COMPANHIA DE SEGUROS, e os lucros do levantamento de Prêmio e Justificação de Incorporação datado de 29 de junho de 2004;

III - O aumento do capital social da UNIAO NOVO HAMBURGO SEGUROS S.A., de R\$ 124.795.173,77 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e cinco mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para R\$ 132.090.807,63 (cento e trinta e dois milhões, novecentos mil, oitocentos e sete reais e sessenta e sete centavos), dividido em 791.553.524 (setecentos e uma milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;

IV - O aumento do capital social da BRADESCO SEGUROS S.A., de R\$ 1.540.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e quarenta milhões de reais) para R\$ 1.545.798.792,25 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e duas reais e vinte e cinco centavos), dividido em 828.652 (oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;

V - A mudança da denominação social da UNIAO NOVO HAMBURGO SEGUROS S.A. para BRADESCO AUTOMOBIL COMPANHIA DE SEGUROS; e

VI - A alteração dos artigos 1º, 2º, 6º, 7º, 8º e 10 do Estatuto Social da UNIAO NOVO HAMBURGO SEGUROS S.A., e do artigo 6º do Estatuto Social da BRADESCO SEGUROS S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JUNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 79, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.567, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil, e o que consta do processo MJST nº 08015.010005/2003-99, resolve:

Art. 1º Autorizar a OFERA PRAJEANTINÁ BAHIANA, organização estrangeira sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, a instalar-se no Brasil, com o objetivo de desenvolver atividades de assistência social a partir da construção de um centro para jovens na cidade de Salvador/BA.

Art. 2º As alterações do Estatuto da mencionada organização, constantes do processo supracitado, posteriores a esta Portaria, sujeitam-se à aprovação do Governo da República Federativa do Brasil, sob pena de cassação da autorização.

Art. 3º Fica a organização obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços e atividades que houver prestado à comunidade no ano anterior, acompanhado da demonstração das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria MJST nº 44, de 27 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação orçamentária da Unidade 30909 - Fundo para Aperfeiçoamento e Operacionalização das Atividades da Polícia Federal - FUNAPOL, constante da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS

ANEXO

JUSTIFICATIVA

A mudança da modalidade de Transferências a União (4420) e Transferências a Estados e ao Distrito Federal (4430) para Aplicação Diretas (4490), justifica-se devido à necessidade de ajuste orçamentário para dar continuidade a modernização de equipamentos no Departamento de Polícia Federal.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	REDUZIDO			AUMENTADO		
		E	MODAL	VALOR	E	MODAL	VALOR
30909 06 151 1553 1459	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDO PARA APERFEIÇOAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA FEDERAL						
	ESTABELECIMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGUIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO-PROFSSIONALIZADO-AMAZONIA			24.795.300			24.795.300
30909 04 181 1323 3899 0001	NACIONAL			100.000			100.000
				24.095.300			24.095.300
	TOTAL			24.895.300			24.895.300

PORTARIA Nº 2, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria MJST nº 125, de 20 de março de 2005, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 64, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 e Portaria SGP/MP nº 3, de 21 de fevereiro de 2003, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação orçamentária da Unidade 30905 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD, constante da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Até 1994, verificadas as alterações acima previstas, foi a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional sustentável com o desenvolvimento das operações sob a Sociedade, até atingir o limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor líquido da produção, a ser determinado pelo Conselho Administrativo. Paralelo ao limite de 10% (dez por cento) da produção, a destinação a ser dada ao lucro líquido no exercício poderá ser de destinação de 0% (zero), o que implicaria a distribuição de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo integralmente estabelecido no Artigo 17, Inciso IV, em decorrência de juros nos termos do Artigo 186 da Lei nº 4.040/66, e sendo do caso a União por não ter participação na reserva mencionada neste Artigo não destinando após a geração integral desses dividendos, e a consequente distribuição de ações da SAG em decorrência do lucro líquido, conforme as diretrizes aprovadas na AGE de 30.6.84, Brasília/AGRE Companhia de Seguros – Capital, Memória Robinson Schwart – Diretor Administrativo – TJ, Ceará/Taxa – Direção Geral.

Quota n° 224727 A 98 con R\$11.002,00

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO,
PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

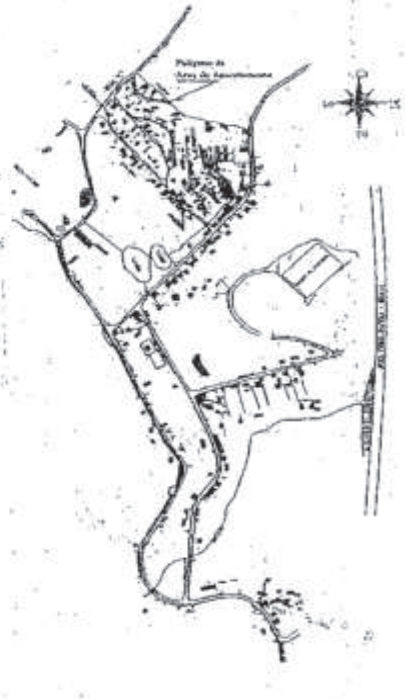
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ENCARGO DE CONHECIMENTO DE PEDIDO DE REGISTRO DE LOTAMENTO, DA GLEBA ASSITUADA NA ZONA URBANA DO 1º DISTRITO DESTE MUNICÍPIO DE PRAIA DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA DO:

EDUARDO AUGUSTO DA SILVA, Oficial do
 Office do Registro de Imóveis das 2.ª e 3.ª Divisões do Município de Foz
 de Iguaçu, Rio de Janeiro, etc.

FAX SABER QUE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado e Rio de Janeiro, vinculados à Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Rural - SEAAPI, com sede na Av. Miraflores Chaves nº 766, 8º andar, Caxias, Rio de Janeiro-RJ, promotoria de área rural com 17.000 metros, situada em sítio Distrito Administrativo da Ilha registrada sob o Registro de Imóveis no Município nº 2.215, Livro 2-M, da Fls. 010. Nessa área de terra os seus proprietários poderão ou licenciados adquirir com o denominativo "Loteamento Irregular", um projeto foi aprovado pelo Presidente Municipal de Fátima, em 31/08/93, através do Protocolo nº 0054, e depois de versadas as exigências que cabiam, concluída em Lei nº 6.166/97 e 9.328/99, não pode que entrasse nos registros reais Registro de Imóveis, pois que, em cumprimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 6.166/97, deve publicar-se este edital convocando os interessados para localização da área, para conhecimento dos limites, possibilidade das interações, no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da última publicação, no caso de ausência de oposição, o município poderá proceder ao registro em nome próprio. Fls. 06 de janeiro de 1994, de acordo com o teor acima exposto.

A Vossa Exatidão por Means Assessor de Oliveira Filho Substituto Oficial, Municipally nº 942313, que subscreve e atesta em seu testemunho pessoal.



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO "JAQUEIRA" 2.
Escala 1/5000

VALOR TOTAL: R\$ 79.540,00 (setenta e nove mil e quinhentos e quarenta reais). FORMA DE PAGAMENTO: 10 (dez) parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 7.954,00 (sete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais).

CONTRATANTES: Conselho Federal de Administração e EMB/Albink & Cia Auditores. OBJETO: Serviços Auditoria Contábil e de Gestão. PRAZO DE VALIDADE: De 20/04/2005 a 19/04/2006. VALOR TOTAL: R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais). FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 3 (três) parcelas, sendo a 1ª no valor de R\$ 39.640,00, 2ª no valor de R\$ 48.960,00 e 3ª no valor de R\$ 74.600,00.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 14/2005

A Comissão Permanente de Licitação vem a público informar que promoverá licitação para aquisição de aparelhos eletrônicos e de escritório (Refrigerador, televisão, fogão, ventilador, aparelhos telefônicos e de fax e suporte de TV), cuja abertura de lances no dia 24/05/05, às 14:00h, na sede do CREA-MG. Os interessados poderão retirar cópia gratuita da Edital CONV 014/2005 somente na Sede do CREA-MG, situada na Av. Álvares Cabral, 1500, 4º andar, Setor de Compras, das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira. Dúvidas poderão ser esclarecidas junto à CPL, através dos fôls.: (31) 3299-8829 e 3299-8824 (fax) ou e-mail licita@crea-mg.org.br, de 08:30h às 18:00h.

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2005

A Comissão Permanente de Licitação vem a público informar que promoverá licitação para aquisição de aparelhos eletrônicos e de escritório (Refrigerador, televisão, fogão, ventilador, aparelhos telefônicos e de fax e suporte de TV), cuja abertura de lances no dia 24/05/05, às 14:00h, na sede do CREA-MG. Os interessados poderão retirar cópia gratuita da Edital TP 014/2005 somente na Sede do CREA-MG, situada na Av. Álvares Cabral, 1500, 4º andar, Setor de Compras, das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira. Dúvidas poderão ser esclarecidas junto à CPL, através dos fôls.: (31) 3299-8829 e 3299-8824 (fax) ou e-mail licita@crea-mg.org.br, de 08:30h às 18:00h.

Bole Medeiros-MG, 17 de maio de 2005.
LUIZ FELIPE CAMARGO KRAUSS
Presidente da CPL

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1805

1. Contratada: Yacine Informática Ltda. 2. Espécie: Contrato. 3. Objeto: Fornecimento de 04 (quatro) computadores. 4. Modalidade de licitação: Concorrência - Inscrito B, alínea "c" do art. 23 da Lei 8666/93. 5. Valor: R\$ 299.940,00 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e quarenta reais). 6. Prazo: 36 (trinta e seis) meses. 7. Data de assinatura: 12/05/2005. 8. Signatário: Pelo CREMERJ: Márcia Rosa de Araújo - Presidente. Pela Contratada: Denise do Amaral Russo - Representante Legal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2002

1. Contratada: Editora Gráfica e Editora Ltda. 2. Espécie: Termo Aditivo. 3. Objeto: Prorrogação do contrato por 12 (doze) meses e reajuste contratual de 7,2%. 4. Amparo legal: Art. 62 da Lei 8666/93. 5. Data de assinatura: 01/04/2005. 6. Signatário: Pelo CREMERJ: Márcia Rosa de Araújo - Presidente. Pela Contratada: Jorge Rodrigues Clemente - Representante Legal.

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 105

1. Objeto: Cabeamento estruturado de rede lógica. 2. Empresas Vencedoras: Partecom Tecnologia Ltda. 3. Fundamento legal: Art. 22, inciso I, § 1º da Lei 8666/93. 4. Valor Total do Contrato: R\$ 202.656,79. 5. Base: Janeiro/2005. 6. Critério de julgamento: Menor Preço. 7. Proposta Desclassificada da empresa Ruper Telecomunicações e Eletrônica Ltda por atender o subitem 1.2.5.2 do Edital.

PABLO VAZQUEZ QUEIMADELOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato firmado entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo e a empresa A.S.T. Computação e Desenvolvimento (Imprópria) Ltda. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática para jornada de 06 (seis) horas diárias de segunda a sexta-feira, pelos

períodos de 23/04/2005 a 24/05/2005 e 30/05/2005 a 29/06/2005. VIGÊNCIA: Inicialmente devida o cumprimento das obrigações de ambas as partes. MODALIDADE: Processo L-043/2005. VALOR TOTAL: R\$ 3.835,66 (três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos). CRÉDITO: 3132.32 00 00. DATA DA ASSINATURA: 15/04/2005.

ESPÉCIE: Contrato firmado entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo e a empresa Netmundo Informática Ltda. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ambiente de informática do CREA-SP e locação de 150 (cento e cinquenta) licenças do Aplicativo Office Profissional. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua assinatura. MODALIDADE: Processo L-006/2005. VALOR TOTAL: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). CRÉDITO: 4290.01 00 00. DATA DA ASSINATURA: 26/01/2005.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: C-021A/2004-DEBENS. NÚMERO DO CONTRATO: C-012/2004-DISC. NÚMERO DO PROCESSO: L-011/2004. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: CER Instaladora e Equipamentos Eletrônicos Ltda. ADITAMENTO: As partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Contrato pelo período de mais 12 (doze) meses, alterando para "6A", "6B" e "6C" da Cláusula Sexta do Projeto e Forma de Pagamento. DATA DA ASSINATURA: 11/03/2005.

NÚMEROS DOS TERMOS ADITIVOS: 46 e 47. NÚMERO DO CONTRATO: 14/2003-DISC. NÚMERO DO PROCESSO: L-013/2003. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: Centro de Aperfeiçoamento e Monitoramento "Dr. Joaquim Lourenço" - CAMP - PÊNEIRAS. ADITAMENTO: As partes estabeleceram que o Aprendizado desenvolverá atividades remuneradas, pelo período de 12 (doze) meses. DATAS DAS ASSINATURAS: 01/04/2005 e 12/04/2005.

NÚMEROS DOS TERMOS ADITIVOS: 31A e 31A. NÚMERO DO CONTRATO: 14/2003-DISC. NÚMERO DO PROCESSO: L-013/2003. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: Centro de Aperfeiçoamento e Monitoramento "Dr. Joaquim Lourenço" - CAMP - PÊNEIRAS. ADITAMENTO: Conforme artigo 428 § 3º da Constituição das Leis do Trabalho, resolve-se, as partes de comum acordo, prorrogar os Termos Aditivos firmados com os adquirentes: Graziela Thomaz de Oliveira Sabino e Gabriel Márcia Lima. DATA DA ASSINATURA: 15/04/2005.

RETIFICAÇÃO

O CREA-SP comunica que a publicação referente ao Edital de Dispensa de Licitação em nome do Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz, publicado no DOU, Seção III, página 24, de 05/04/2005, não se trata de CONTRATO. Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz, inscrito no "CONTRATO" de Licitação, não é advogado "SIC".

Ineditórias

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para julgar a terceira fase - julgamento, do seguinte Processo de Seleção Pública:

Processo Seletivo	Nome	Inscrição
01/2005	Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012

Processo Seletivo	Nome	Inscrição
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012

Processo Seletivo	Nome	Inscrição
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012

CARLA FARIA MOKKONE
Resp. p/ Centro

AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a prorrogação do validade do Processo de Seleção Pública abaixo relacionado, conforme previsto no edital, em razão de prorrogação, por 12 (doze) meses.

A partir de 17/05/2005

Processo Seletivo	Nome	Inscrição
01/2005	Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012

CARLA FARIA MOKKONE
Resp. p/ Centro

SETOR DE RECURSOS HUMANOS SARAI SALVADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para julgar a terceira fase - julgamento, do seguinte Processo de Seleção Pública:

Processo Seletivo	Nome	Inscrição
01/2005	Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012
01/2005	Dr. Paulo Sérgio Miranda Cruz	1100012

TERMA CONCEIÇÃO DE SOUZA SALGADO
Resp. p/ Centro

BRADESCO AUTOMÓVEL COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ 06.725.477/0001-51
NIRE 33.300.273.298

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001510074, em sessão de 06/04/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/06/2004 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001510075, em sessão de 06/04/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/06/2004 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001514051 e 00001513124, em sessão de 20/04/2005 e 18/04/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/06/2004, da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

BRADESCO SEGUROS S/A

CNPJ 33.855.146/0001-93
NIRE 33.300.913.913

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001496100, em sessão de 14/01/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001496101, em sessão de 14/01/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001507713 e 00001507682, em sessão de 28/03/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001499369, em sessão de 17/02/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001499370, em sessão de 17/02/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001499371, em sessão de 17/02/2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Conservação e Mão-de-Obra Ltda., Manutenção Serviços Ltda., Impacto Mão de Obra Ltda., e Alternativa Serviços e Empreendimentos Ltda., e INABILITAR as empresas Sistêmica Contadores Associado SAC Ltda., Ação Empreendimentos e Serviços Ltda., e Espinas Serviço e Terceirização Ltda.

Salvador-BA, 16 de fevereiro de 2006.
CARLOS HUMBERTO A. RIBEIRO, FILHO

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006

O CRA-MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, torna público que realizará Concurso Público para provimento das vagas existentes para os empregos de Agente Fiscal B, Advogado e Auxiliar de Administração e formação de cadastro reserva para os empregos de Administrador B, Auxiliar de Finanças, Suporte Administrativo, Técnico de Contabilidade e Técnico de Suporte de Equipamentos e Aplicativos, cujas contratações ocorrerão sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O presente concurso reger-se-á pelas normas contidas no Edital de Concurso Público 001/2006 disponível no site www.socp.com.br a partir do dia 01/03/2006. São aceitas inscrições no período de 06 a 24/03/2006, pela Internet. Os interessados deverão acessar o site www.socp.com.br e seguir as instruções. Os candidatos que não possuírem acesso à Internet poderão efetuar suas inscrições na sede do CRA-MG no período de 06 a 24/03/2006 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário de funcionamento do órgão. O Edital desse Concurso Público, em sua íntegra, será afixado, a partir de 01/03/2006, na sede do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, sito à Av. Afonso Pena, nº 941, 1º andar, centro, Belo Horizonte-MG. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (41) 3025-4222 ou pelo e-mail candidato@socp.com.br.

GILMAR CAMARGO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº1/2006

Objeto: Aquisição de suprimentos de informática (luz, cartucho, toner, CD-R). Data de recebimento e abertura das propostas: 07/03/06, às 10h. Local de realização da Sessão Pública: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 7º andar - Pinheiros - São Paulo, SP. Local para retirada ou leitura do texto integral do edital: informações sobre a Licitação no mesmo endereço, das 8h30min às 18h30min, e das 19h às 19h30min.

São Paulo-SP, 16 de fevereiro de 2006.
JOSÉ TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Retifica-se o item da Súmula do Termo Aditivo nº 02/2005, publicada no DOU do dia 19/01/2006, pág. 94, onde consta "... até o dia 18/01/2006", leia-se "... até o dia 18/02/2006".

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 5º REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 1/2006

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 5º Região - CREFITO-5, torna público que em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações em vigor, fará realizar em sua sede, às 15 horas do dia 06 de março de 2006, Tomada de Preço nº 001/2006, do Tipo Menor Preço, visando AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILÔMETRO, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, INCLUIDA A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO PARATI GL 1.8 MI, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, COMBUSTÍVEL GASOLINA, DE PROPRIEDADE DO CREFITO-5.

A íntegra do Edital com maiores informações poderão ser obtidas na sede do Conselho sito à Av. Palmira, 27/403, pelo telefone (011-51) 33346586 no horário das 14:00 às 17:00 horas, ou ainda pelo Home page www.crefito5.com.br a partir da publicação deste.

Porto Alegre-RS, 17 de fevereiro de 2006.

LYRA MARIA TERESA DRECH DA SILVA

Assessoria de Planejamento e Gestão, Conselho Regional

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

O Presidente do CRM-DF informa o resultado do julgamento de certame em epígrafe: Sociedade de Advogados: 1) Orla Lopes Filho & Azevedo Lopes Advogados Associados - Nota Média Proferida (técnica e preço) = 100; e 2) Delfino Lima E Silva Advogados Associados - Nota da Média Proferida (técnica e preço) = 59,20. Foi declarada vencedora do certame a sociedade de advogados Orla Lopes Filho & Azevedo Lopes Advogados Associados no valor mensal de R\$ 4.542,00.

ALEXANDRE RAMOS VERÍSSIMO

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

EXTRATOS DOS CONTRATOS

CONTRATANTE: ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.
CONTRATADA: EDOL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME.
CNPJ: 05.211.449/0001-51
Contrato: 02/2006
Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do Projeto "Hotéis do Brasil Divulgando no Mercado", parte do Convênio firmado com o EMBRATUR.
Vigência: De 05/01/2006 até 05/01/2007
Valor: R\$ 1.600,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 12.000,00 por um período de 12 meses.
Nome dos signatários:
Bráulio Alves da Cruz - Presidente da ABIH - CONTRATANTE
Nelson Antunes - Sócio-Administrador - CONTRATADA

CONTRATANTE: ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.
CONTRATADA: POOL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME.
CNPJ: 05.211.449/0001-51
Contrato: 01/2006
Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do "Programa de Competitividade dos Menus de Hospedagem", parte do Convênio firmado com o Ministério do Turismo.
Vigência: De 01/01/2007 até 03/01/2007
Valor: R\$ 21.500,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 262.800,00 por um período de 12 meses.
Nome dos signatários:
Bráulio Alves da Cruz - Presidente da ABIH - CONTRATANTE
Nelson Antunes - Sócio-Administrador - CONTRATADA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO, PERSONALIDADE E DURAÇÃO: A "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA", foi fundada aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco (30.04.2005), com sede na Rua Francisco Perini, nº 644, Bairro Jardim-Bela Vista, e teve como objetivo de Oramento (R\$), entidade civil, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, inscrita no CNPJ sob o nº 07.401.741/0001-23, com prazo indeterminado de duração, podendo ser dissolvida por decisão de seus sócios reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. A Associação terá denominação pela sigla "AMBVV", sendo finalidade de incorporação, regularização, conservação e defesa dos interesses dos moradores do Loteamento denominado Jardim Bela Vista. A Associação tem por finalidade: a) promover a contrarrestação dos associados e suas famílias; b) promover melhorias no Loteamento e infraestrutura, visando ao melhor nível de vida de seus moradores; c) interceder junto aos poderes públicos em geral visando a observação, segurança, limpeza e outros serviços de interesse dos Associados; d) fazer o custeio de patentes, convênios e similares com órgãos públicos ou com terceiros, visando a realização de serviços de melhorias no Loteamento; e) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras do Loteamento e seus moradores; f) promover e contribuir para formação e desenvolvimento de vida comunitária do bairro; g) participar, auxiliar e participar das atividades educacionais pelas Associações de Bairro; h) receber e distribuir recursos de qualquer natureza e de qualquer espécie; i) proceder melhorias nas áreas de uso comum, bem como, manter edificações, propriedades, aliter, segurança e desenvolvimento DO PATRIMÔNIO, o patrimônio da Associação será constituído: a) de bens móveis e imóveis que possam ou não ser: b) das contribuições e responsabilidades dos Associados; c) de valores legados, doativos e similares; d) das vendas patrimoniais. DA DISSOLUÇÃO, É necessário a votação em Assembleia de 3/4 (três quartos) dos Associados e o Presidente será designado a instâncias de caráter de eleição da Assembleia ou para sociedades de países ligadas a Associação. O Presidente será responsável subsidiariamente pelas obrigações da por qualquer atividade da Associação.

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIROS SOCIAIS CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais, torna pública a convocação dos candidatos para o processo seletivo, para início da terceira fase - julgamento, dos seguintes Provas de Seleção Pública:

Provas de Seleção nº 1/2006	Matéria	Provas de Seleção nº 2/2006	Matéria
Prova de 2007	Matéria	Prova de 2007	Matéria
06/09/2004	20	06/09/2004	20

Provas de Seleção nº 1/2006	Matéria	Provas de Seleção nº 2/2006	Matéria
Prova de 2007	Matéria	Prova de 2007	Matéria
06/09/2004	20	06/09/2004	20

CARLA MARIA MORRONE
Rio de Janeiro

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ 02.582.038/0001-00
RUE 33.300.275-541

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001575771, em sessão de 27.12.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27.12.2005, com a publicação da Portaria SUSSEP nº 2.332, de 21.12.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001582893, em sessão de 26.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585431 e 00001585433, em sessão de 07.02.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A

CNPJ 33.010.531/0001-74
RUE 33.300.025-146

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001574333, em sessão de 22.12.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001576307, em sessão de 26.12.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585429 e 00001585432, em sessão de 07.02.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

BRADESCO SEGUROS S/A

CNPJ 33.055.146/0001-93
RUE 33.300.013-911

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001577932, em sessão de 05.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001584405, em sessão de 30.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585459 e 00001585447, em sessão de 07.02.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
 R. Senador Dantas 74, 5º andar
 Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205



Seguradora Líder - DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOTO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 114.089; todos integrantes da sociedade de advogados denominada **JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, com escritório nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 90, 4º e 8º andares, Centro, CEP 20.010-020, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante, nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusi e substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2008

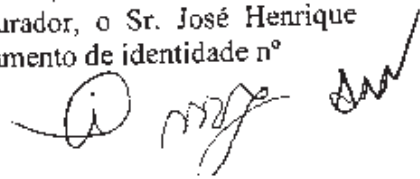

MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em constituição)

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007

Aos 10 dias do mês de outubro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, reuniram-se todos os subscritores do capital da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, seus acionistas fundadores, **AIG Brasil Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusébio Matoso, 1375 – 6º andar, parte, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.040.981/0001-50, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **American Life Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Minas Gerais, 209 – Térreo, Higienópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.865.360/0001-27, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. Paulo de Oliveira Medeiros, Brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 8.415.519-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 048.953.318-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Áurea Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua da Assembléia, nº 100 – 6º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.959.459/0001-07, neste ato representada por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. Edvaldo Cerqueira de Souza, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 03850836-2, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 280.848.457-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Azul Cia. de Seguros Gerais**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 80, 13º e 15º ao 2º Andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.448.150/0001-11, neste ato representada por seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. Sidney Maury Sentoma, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4.835.874-5, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.571.918-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Banestes Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 574, Ed. Palas Center BL "A", 8º e 9º Andares, Centro, Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.053.230/0001-75, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Paulo César Juffo, Brasileiro, separado, economista, titular do documento de identidade nº 184.978, expedido pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 378.706.297-15, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; **BCS Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, Salas 2403 e 2404, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.076.897/0001-63, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Brasileiro, divorciado, securitário, titular do documento de identidade nº 031883796, expedido pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 372.112.697-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.682.038/0001-00, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº



95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Bradesco Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Deus S/N, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.990.695/0001-37, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Brasil Veículos Companhia de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Senador Dantas, nº 105, 29º Andar, parte, 30º e 31º Andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.356.570/0001-81, neste ato representada por seu Diretor/Procurador Julio Cezar Alves de Oliveira, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 373.024 expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 450.306.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **BVA Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º Andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.017.295/0001-58, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Iane Rios Esquerdo, Brasileira, Solteira, advogada, titular do documento de identidade nº 125.092, expedido pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.123.587-06, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Caixa Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na SCN Quadra 1, BL "A", Ed. Number One, 15º, 16º e 17º Andares, Asa Norte, Brasília, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.020.354/0001-10, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Maria Fernanda Costa, Brasileira, casada, advogada, titular do documento de identidade da OAB/DF sob o nº 17082, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 833.899.031-00, residente e domiciliada em Brasília -DF e; **Centauro Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Nilo Cairo, nº 171, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.516.278/0001-66, neste ato representada por seu procurador Aroldo dos Santos Carneiro, Brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.994.689-04, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **Cia. Excelsior de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Cidade do Recife, Estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.054.826/0001-92, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente, e também na qualidade de procurador, o Sr. Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado do Pernambuco; **Cia. Mutual de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1681 - Conj. 41 e 42, Cidade das Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.170.191/0001-39, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Fábio Jaques Lima, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 129.251, inscrito no CPF/MF sob o nº 938.326.210-91; **Cia. de Seguros Aliança da Bahia**, sociedade anônima, com sede na Rua Pinto Martins, nº 11, Comércio Salvador, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.144.017/0001-90, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Augusto Momesso, Brasileiro, separado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 4149300, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 486.242.848-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Cia. de Seguros Aliança do Brasil**, sociedade anônima, com sede na Rua Manuel da Nóbrega, no. 1.280, oitavo e nono



andares, Paraíso, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.196.889/0001-43, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. Luiz Augusto Momesso, acima qualificado; **Cia. de Seguros Gralha Azul**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.528.579/0001-16, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua dos Caetés, nº 745, Centro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.197.385/0001-21, neste ato representada por seu Diretor e procurador Lauro Magno Agrizzi, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade no. CI M-388.003, expedido pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 177.122.546-72, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; **Cia. de Seguros Previdência do Sul**, sociedade anônima, com sede na Avenida Julio de Castilhos, nº 44, 7º ao 11º andar, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.751.213/0001-73, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Lucio Antônio Marques, Brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 1413.081, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.166-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **CONAPP Cia. Nacional de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua São Clemente, nº 38, 10º andar, parte, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.741.030/0001-30, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, o Sr. Albenzio Mouta de Souza, Brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 18.106, expedido pelo CRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.587-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Confiança Companhia de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 604, 7º andar, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.054.883/0001-71 neste ato representada por seu procurador, o Sr. Otomar Francisco Umann Azeredo, Brasileiro, casado, oficial da reserva remunerada, do Exército Brasileiro, titular do documento de identidade nº 014819722-01, expedida pelo Ministério da Defesa, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.480.87, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; **Federal de Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua das Palmeiras, nº 72, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.928.219/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Roberto Becker, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 01729911-6, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.332.887-91, residente e por seu Diretor Comercial e de Relações com a Susep, o Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Federal Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na SC/SUL Quadra 07 Bloco A - Sala 503 - SCS, Brasília, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.289/0001-92, neste ato representada por seu Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Roberto Becker, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 01729911-6, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.332.887-91, residente e por seu Diretor Comercial e de Relações com a Susep, o Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Finasa Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Paulista, nº 1415, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.151.291/0001-78, neste ato representada por seu Diretor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Brasileiro, casado, advogado, titular do

documento de identidade no.42.122, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 032.621.977-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e por seu procurador, o Sr. José Henrique Fernandes do Amaral, Brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 95.827, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.938.037-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 128, 4 ao 8º e 14º Pavimentos, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.072.307/0001-57, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Sandra Filomena Wagner Kiefer, Brasileira, casada, advogada, titular do documento de identidade nº 113.065, expedido pela OAB/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.777.558-23, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Gente Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 350, Boa Vista, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu diretor-presidente, o Sr. Sérgio Suslik Wais, Brasileiro, casado, empresário-segurador, titular do documento de identidade nº 1005619679, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.422.780-49, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; **Icatu Hartford Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Vinte e Dois de Abril, nº 36, Parte, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.283.770/0001-39, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luciano Snel Correa, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 090278797, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.910.197-46, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Indiana Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Boa Vista, nº 254, 6º Andar, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.100.145/0001-59, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 29.532, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Itaú Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.557.039/0001-07, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Itaú Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Conceição, 4º Andar, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.031.217/0001-25, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **J. Malucelli Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Visconde de Nacar, nº 1441, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.948.157/0001-33, neste ato representada por seu procurador, o Sr. João Gilberto Possiede, Brasileiro, viúvo, titular do documento de identidade no. 159.729-9, expedido por SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o no. 000.578.789-00, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; **Java Nordeste Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 2122, S/601, Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.068.410/0001-50, neste ato representada por seu procurador, Sérgio da Costa, Brasileiro, casado, gerente contábil, titular do documento de identidade no. 034.081-7, expedido pela CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o no.

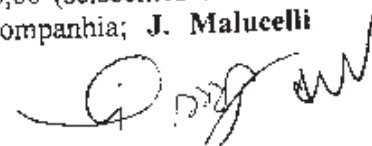
190.566.727-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 17º Andar, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Wilson Toneto, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade R.G. nº 13.110.917-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.399.058-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º Andar, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.912.143/0001-58, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Wilson Toneto, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº R.G. nº 13.110.917-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.399.058-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Marítima Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Coronel Xavier de Toledo, nº. 114 - 9º andar, Centro, Cidade de São Paulo, Estado Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.383.493/0001-80, neste ato representada por seu procurador Marcos Alcildo Ferreira, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade n. 32.738.061-5, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 210.557.189-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **MBM Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua dos Andradas, nº 772/780, 8º Andar, Centro, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.883.807/0001-06, neste ato representada por seu procurador Jorge Carvalho, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 1.412.985, expedido pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.888.817-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Minas Brasil Seguradora Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua dos Caetés, nº 745, Centro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.206.480/0001-04, neste ato representada por seu Diretor e procurador, Lauro Magno Agrizzi, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade no. CI M-388.003, expedido pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 177.122.546-72, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; **Mitsui Sumitomo Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Alameda Santos, nº 415, 1º andar, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.016.221/0001-07, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Masami Maeda, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 04.727.361-0, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.080.838-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Mongeral S.A. Seguros e Previdência**, sociedade anônima, com sede na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.608.308/0001-73, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. José Carlos Gomes Mota, Brasileiro, divorciado, advogado, titular do documento de identidade nº 8.118.413, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Nobre Seguradora do Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Vergueiro, nº 7.213, Ipiranga, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.031.334/0001-85, neste ato representada por seu Diretor/Procurador, Pedro Jorge de Almeida Albuquerque, Brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 9017979-1, expedido pelo SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 995.238.508-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e Cláudio Amaral Caldas, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade 871.065.54-2, expedido pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 638.133.517-34, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; **Paraná Cia. de Seguros**, sociedade anônima,



com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itauseg, 8º Andar, Parque Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.774.958/0001-93, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Idacelmo Mendes Vieira, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489, Campos Eliseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento, o Sr. Casimiro Blanco Gomez, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489, 11º Andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.768.284/0001-40, neste ato representada por seu Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento, o Sr. Casimiro Blanco Gomez, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **PQ Seguros S.A. (em aprovação)**, sociedade anônima, com sede na Rua Miguel Calmon, nº 398, 7º andar, parte, Comércio, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.104.490/0001-43, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Maria de Castro Barbosa Ribeiro, Brasileira, solteira, advogada, titular do documento de identidade nº 17.624, expedida pela OAB/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.923.358-99, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia; **Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, parte, 8º andar, Santo Agostinho, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.163.211/0001-94, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Álvaro Alêxis Loureiro Junior, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 74.188, expedido pela OAB/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.037.836-24, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; **Safra Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Paulista, nº 2100, 14º andar, Cerqueira César, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.902.142/0001-05, neste ato representada por seu Diretor Augusto Francisco Filho, Brasileiro, casado, bancário, titular do documento de identidade nº 5.949.286, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.393.358-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e seu procurador, o Sr. Ângelo Romeu D'Elia Filho, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 61.861, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.773.517-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Santander Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Santo Amaro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.376.109/0001-06, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 22.884.756-4, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.311.448-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Sinaf Previdencial Cia. de Seguros**, sociedade anônima, com sede na Avenida Rio Branco, nº 245, 29º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.019.198/0001-20, neste ato representada por seu procurador, Sérgio da Costa, Brasileiro, casado, gerente contábil, titular do documento de identidade nº 034.081-7, expedido pela CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.566.727-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **Tokio Marine Seguradora S.A. (em aprovação)**, sociedade

anônima, com sede na Rua Sampaio Viana, nº 44, Paraíso, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.164.021/0001-00, neste ato representada por seu procurador **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-I, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Sampaio Viana, nº 44, Paraíso, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.831.344/0001-74, neste ato representada por seu procurador **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-I, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **UBF Garantias & Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua São Tomé, nº 86, 20º Andar, Conjunto 201, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.061.839/0001-99, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Luiz Roberto Paes Foz, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 3.053.255, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.990.348-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Unibanco AIG Seguros S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusebio Matoso, nº 1375 - 2º ao 8º e 10º Andares, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.166.158/0001-95, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Eusebio Matoso, nº 1375 - 2º ao 8º Andar, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.661.388/0001-90, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Emerson Bernardes da Silva, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme se verifica pelo lista de presença em anexo, deliberaram, em Assembléia Geral, sobre a constituição da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. Miguel Junqueira para secretário. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei nº 6.404/76, sob a denominação de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com um capital social inicial de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), representado por 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O preço de emissão, fixado pelos fundadores, é de R\$ 1,00 (um real). O Sr. Presidente proferiu a leitura dos recibos de depósitos, realizados no Banco do Brasil S.A. dos montantes integralizados pelos acionistas fundadores da Companhia, representando da totalidade das ações subscritas e representativas do capital inicial da Sociedade, sendo que **AIG Brasil Cia. de Seguros** subscreeveu 198.944 ações, no valor de R\$ 198.944,00 (cento e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais), representando 1,32629% do capital da companhia; **American Life Cia. de Seguros** subscreeveu 147.924 ações, no valor de R\$ 147.924,00 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais), representando 0,98616% do capital da companhia; **Áurea Seguros S.A.** subscreeveu 143.502 ações, no valor de R\$ 143.502,00 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e dois reais), representando 0,95668% do capital da companhia; **Azul Cia. de Seguros Gerais** subscreeveu 214.286 ações, no valor de R\$ 214.286,00 (duzentos e quatorze mil e duzentos e oitenta e seis reais), representando 1,42857% do capital da companhia; **Banestes Seguros S.A.** subscreeveu 175.025 ações, no valor de R\$ 175.025,00 (cento e setenta e cinco mil e vinte e cinco reais), representando 1,16683% do capital da companhia; **BCS Seguros S.A.** subscreeveu 160.809 ações, no valor de R\$ 160.809,00 (cento e sessenta mil e oitocentos e nove reais), representando 1,07206% do capital da companhia;

Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros, subscreveu 644.097 ações, no valor de R\$ 644.097,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e noventa e sete reais), representando 4,29398% do capital da companhia; **Bradesco Vida e Previdência S.A.** subscreveu 1.321.271 ações, no valor de R\$ 1.321.271,00 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e um reais), representando 8,80855% do capital da companhia; **Brasil Veículos Companhia de Seguros** subscreveu 270.042 ações, no valor de R\$ 270.042,00 (duzentos e setenta mil e quarenta e dois reais), representando 1,80028% do capital da companhia; **BVA Seguros S.A.** subscreveu 150.171 ações, no valor de R\$ 150.171,00 (cento e cinquenta mil e cento e setenta e um reais), representando 1,00114% do capital da companhia; **Caixa Seguradora S.A.** subscreveu 767.099 ações, no valor de R\$ 767.099,00 (setecentos e sessenta e sete mil e noventa e nove reais), representando 5,11399% do capital da companhia; **Centauro Vida e Previdência S.A.** subscreveu 143.741 ações, no valor de R\$ 143.741,00 (cento e quarenta e três mil e setecentos e quarenta e um reais), representando 0,95827% do capital da companhia; **Cia. Excelsior de Seguros** subscreveu 152.244 ações, no valor de R\$ 152.244,00 (cento e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais), representando 1,01496% do capital da companhia; **Cia. Mutual de Seguros** subscreveu 149.367 ações, no valor de R\$ 149.367,00 (cento e quarenta e nove mil e trezentos e sessenta e sete reais), representando 0,99578% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Aliança da Bahia** subscreveu 201.914 ações, no valor de R\$ 201.914,00 (duzentos e um mil e novecentos e quatorze reais), representando 1,34609% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Aliança do Brasil** subscreveu 354.575 ações, no valor de R\$ 354.575,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e setenta e cinco reais), representando 2,36383% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Gralha Azul** subscreveu 269.579 ações, no valor de R\$ 269.579,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e nove reais), representando 1,79719% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.** subscreveu 213.959 ações, no valor de R\$ 213.959,00 (duzentos e treze mil e novecentos e cinquenta e nove reais), representando 1,42639% do capital da companhia; **Cia. de Seguros Previdência do Sul** subscreveu 156.134 ações, no valor de R\$ 156.134,00 (cento e cinquenta e seis mil e cento e trinta e quatro reais), representando 1,04089% do capital da companhia; **CONAPP Cia. Nacional de Seguros** subscreveu 171.656 ações, no valor de R\$ 171.656,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), representando 1,14437% do capital da companhia; **Confiança Companhia de Seguros** subscreveu 179.093 ações, no valor de R\$ 179.093,00 (cento e setenta e nove mil e noventa e três reais), representando 1,19395% do capital da companhia; **Federal de Seguros S.A.** subscreveu 155.706 ações, no valor de R\$ 155.706,00 (cento e cinquenta e cinco mil e setecentos e seis reais), representando 1,03804% do capital da companhia; **Federal Vida e Previdência S.A.** subscreveu 142.955 ações, no valor de R\$ 142.955,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), representando 0,95303% do capital da companhia; **Finasa Seguradora S.A.** subscreveu 149.082 ações, no valor de R\$ 149.082,00 (cento e quarenta e nove mil e oitenta e dois reais), representando 0,99388% do capital da companhia; **Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros** subscreveu 186.912 ações, no valor de R\$ 186.912,00 (cento e oitenta e seis mil e novecentos e doze reais), representando 1,24608% do capital da companhia; **Gentle Seguradora S.A.** subscreveu 146.873 ações, no valor de R\$ 146.873,00 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos e setenta e três reais), representando 0,97915% do capital da companhia; **Icatu Hartford Seguros S.A.** subscreveu 273.320 ações, no valor de R\$ 273.320,00 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e vinte reais), representando 1,82213% do capital da companhia; **Indiana Seguros S.A.** subscreveu 199.209 ações, no valor de R\$ 199.209,00 (cento e noventa e nove mil, duzentos e nove reais), representando 1,32806% do capital da companhia; **Itaú Seguros S.A.** subscreveu 743.085 ações, no valor de R\$ 743.085,00 (setecentos e quarenta e três mil e oitenta e cinco reais), representando 4,95390% do capital da companhia; **Itaú Vida e Previdência S.A.** subscreveu 622.008 ações, no valor de R\$ 622.008,00 (seiscentos e vinte e dois mil e oito reais), representando 4,14672% do capital da companhia; **J. Malucelli**



Seguradora S.A. subscreveu 175.539 ações, no valor de R\$ 175.539,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove reais), representando 1,17026% do capital da companhia; **Java Nordeste Seguros S.A.** subscreveu 143.124 ações, no valor de R\$ 143.124,00 (cento e quarenta e três mil e cento e vinte e quatro reais), representando 0,95416% do capital da companhia; **Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.** subscreveu 376.088 ações, no valor de R\$ 376.088,00 (trezentos e setenta e seis mil e oitenta e oito reais), representando 2,50725% do capital da companhia; **Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.** subscreveu 160.785 ações, no valor de R\$ 160.785,00 (cento e sessenta mil e setecentos e oitenta e cinco reais), representando 1,07190% do capital da companhia; **Marítima Seguros S.A.** subscreveu 228.933 ações, no valor de R\$ 228.933,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e trinta e três reais), representando 1,52622% do capital da companhia; **MBM Seguradora S.A.** subscreveu 147.485 ações, no valor de R\$ 147.485,00 (cento e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), representando 0,98323% do capital da companhia; **Minas Brasil Seguradora Vida e Previdência S.A.** subscreveu 149.031 ações, no valor de R\$ 149.031,00 (cento e quarenta e nove mil e trinta e um reais), representando 0,99354% do capital da companhia; **Mitsui Sumitomo Seguros S.A.** subscreveu 191.924 ações, no valor de R\$ 191.924,00 (cento e noventa e um mil e novecentos e vinte e quatro reais), representando 1,27949% do capital da companhia; **Mongeral S.A. Seguros e Previdência** subscreveu 164.870 ações, no valor de R\$ 164.870,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitocentos e setenta reais), representando 1,09913% do capital da companhia; **Nobre Seguradora do Brasil S.A.** subscreveu 152.900 ações, no valor de R\$ 152.900,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos reais), representando 1,01933% do capital da companhia; **Paraná Cia. De Seguros** subscreveu 430.373 ações, no valor de R\$ 430.373,00 (quatrocentos e trinta mil e trezentos e setenta e três reais), representando 2,86915% do capital da companhia; **Porto Seguro.Cia. de Seguros Gerais** subscreveu 868.788 ações, no valor de R\$ 868.788,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e setecentos e oitenta e oito reais), representando 5,79192% do capital da companhia; **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** subscreveu 236.235 ações, no valor de R\$ 236.235,00 (duzentos e trinta e seis mil e duzentos e trinta e cinco reais), representando 1,57490% do capital da companhia; **PQ Seguros S.A.** subscreveu 153.747 ações, no valor de R\$ 153.747,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos e quarenta e sete reais), representando 1,02498% do capital da companhia; **Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.** subscreveu 147.681 ações, no valor de R\$ 147.681,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos e oitenta e um reais), representando 0,98454% do capital da companhia; **Safra Vida e Previdência S.A.** subscreveu 252.681 ações, no valor de R\$ 252.681,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e oitenta e um reais), representando 1,68454% do capital da companhia; **Santander Seguros S.A.** subscreveu 303.867 ações, no valor de R\$ 303.867,00 (trezentos e três mil e oitocentos e sessenta e sete reais), representando 2,02578% do capital da companhia; **Sinaf Previdencial Cia. de Seguros** subscreveu 146.532 ações, no valor de R\$ 146.532,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos e trinta e dois reais), representando 0,97688% do capital da companhia; **Tokio Marine Seguradora S.A.** subscreveu 436.134 ações, no valor de R\$ 436.134,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e cento e trinta e quatro reais), representando 2,90756% do capital da companhia; **Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.** subscreveu 221.858 ações, no valor de R\$ 221.858,00 (duzentos e vinte e um mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), representando 1,47905% do capital da companhia; **UBF Companhia de**

constituição da companhia foi aprovada pela unanimidade dos subscritores representando a totalidade de seu capital social. Prosseguindo aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação o Projeto de Estatuto, cujo texto foi lido e aprovado pela unanimidade de votos dos presentes, nos termos transcritos a abaixo. O Presidente, então, declarou constituída a companhia, que passará a operar em 1º de janeiro de 2008, desde que assim autorizada pela SUSEP.

“SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ~~totalmente~~ subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a ~~um~~ ^{um} voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 7º– A Assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

ARTIGO 8º– A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembléia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembléias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembléia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

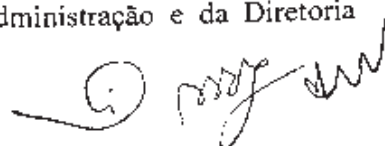
CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria



Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

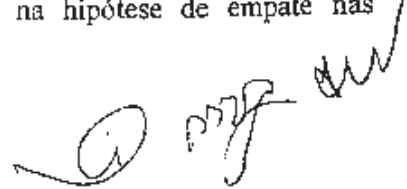
Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembléia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembléia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.



Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

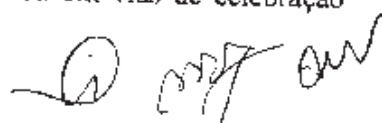
Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições, que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração



pela Diretoria Executiva;

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembléia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto;
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - DO COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida uma reeleição, e receberão, a título de remuneração o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 3 (três) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável Técnico e de Relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



Artigo 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;



- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

Artigo 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.



CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

Artigo 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

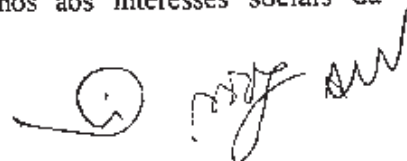
Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.



ARTIGO 30 – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

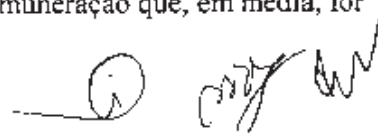
Parágrafo Único – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

Dando prosseguimento aos trabalhos, foram eleitos, por unanimidade de votos, para ocupar os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia: 1) **Mauro César Batista**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 882.918, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.069.261-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Assizio Aparecido de Oliveira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 6.138.174, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 670.083.998-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 2) **Casimiro Blanco Gomez**, Brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 3.294.867-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Sidney Maury Sentoma**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4.835.874-5, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.571.918-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 3) **Gilberto Duarte de Abreu Filho**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 22.884.756-4, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.311.448-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como membro titular e **Flavio Roberto Andreani Perondi**, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 7.204.473, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.166.408-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 4) **Idacelmo Mendes Vieira**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.305.765, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.592.238-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como membro titular e **Astério Sampaio Miranda**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 6.839.757-4, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.558.108-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de

São Paulo, como seu suplente; 5) **Juvêncio Cavalcante Braga**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 735.206, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 259.287.161-68, residente e domiciliado em Brasília, como membro titular e **César Lopes Souza**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 1.104.495, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.628.341-34, residente e domiciliado em Brasília; inscrito no CPF/MF sob o nº 553.628.341-34, como seu suplente; 6) **Lauro Magno Agrizzi**, Brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº M-388.003, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 177.122.546-72, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como membro titular e **Adelson Almeida Cunha**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº M-1.433.007, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.675.865-00, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como seu suplente; 7) **Luiz Tavares Pereira Filho**, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 29.532, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.407-30, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Carlos Eduardo Corrêa do Lago**, Brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 81.1.05637-7, expedido pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 664.290.307-25, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; 8) **Ney Ferraz Dias**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 05.849.175-4, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.465.577-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Emerson Bernardes da Silva**, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 22.290.070-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.535.598-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; e 9) **Ryoji Fujii**, Japonês, casado, administrador, titular do documento de identidade RNE nº V323413-C, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.850.598-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Tadashi Komamura**, Japonês, casado, securitário, titular do documento de identidade RNE nº W248.837-I, inscrito no CPF/MF sob o nº 672.475.398-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente. Foram eleitos, ainda, como membros do Conselho de Administração: 10) **Luiz Augusto Momesso**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 4149300, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 486.242.848-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular; 11) **Gustavo Pimenta Germano Santos**, Brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 09.182.310-4 IFP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.041.017-38, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Luciano Snel Correa**, Brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 090278797, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.940.197-46, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 12) **Miguel Junqueira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 700.400.250-2, expedido pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.174.590/68, residente e domiciliado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, como membro titular e **Lucio Antônio Marques**, Brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 1413.081, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.816.166-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 13) **Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, Brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.656.054-15, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado do Pernambuco, como membro titular e **Jorge Carvalho**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 1.412.985, expedido pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.888.817-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; 14) **Julio Cezar Alves de Oliveira**, Brasileiro, casado, securitário, titular do

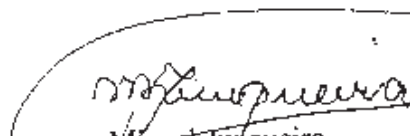
documento de identidade nº 373.024 expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 450.306.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como membro titular e **Paulo Cesar Juffo**, Brasileiro, separado, economista, titular do documento de identidade nº 184.978, expedido pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 378.706.297-15, residente e domiciliado na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, como seu suplente; 15) **Luiz Eduardo Fidalgo**, Brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.806, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.470.147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como membro titular e **Albenzio Mouta de Souza**, Brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 18.106, expedido pelo CRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.587-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Uma vez que em relação a estes últimos seis conselheiros eleitos a publicação da Declaração de Propósito prevista na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP 136/2005 será feita após esta assembléia, caso seja assim determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, poderá ser feita a sua ratificação em nova assembléia geral a ser convocada pelo Conselho de Administração, que deverá ser realizada após a publicação das respectivas declarações de propósito. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão prazo de gestão a partir da aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados e mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração, findando tal prazo à época da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2009, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores a serem eleitos. Os conselheiros, ora eleitos, declaram, para os fins do disposto na Instrução Normativa nº 29/91 do Departamento Nacional de Registro de Comércio, não estarem incurso em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os Conselheiros eleitos declaram que preenchem os requisitos previstos nas Resoluções nº. 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Os acionistas deliberaram ainda, por unanimidade, a remuneração dos administradores para o ano de 2008, desde já fixada no montante global de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). Os administradores da Companhia deverão receber dos acionistas, por força do artigo 146, *caput*, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, 1 (uma) ação ordinária cada. Foram, por fim, eleitos para membros do Conselho Fiscal da Companhia, 1) **Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**, Brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 075823/0-9, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.039.427/20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **Liliane Jeanne Baldacci**, Brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 16.777.544, expedido pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.892.828-10, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como sua suplente; 2) **Eduardo Sérgio de Souza Gonçalves Nunes**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 036.846.33-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 550.155.577-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e **Antonio Carlos do Nascimento Sanches**, Brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 037.028.61-0, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.060.807-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente; e 3) **Isaac Selim Sutton**, Brasileiro, divorciado, titular do documento de identidade nº 7.386.118-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.010.738-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro titular e **José Carlos Gomes Mota**, Brasileiro, divorciado, advogado, titular do documento de identidade nº 8.118.413, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Os acionistas deliberaram por fim, por unanimidade, que a remuneração individual dos conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o ano de 2008, será de 10% da remuneração que, em média, for




atribuída a cada diretor da Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei 6.404/76. A Gente Seguradora S.A. se absteve de votar nas eleições para membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia em função de não concordar com a forma como foram conduzidas as eleições. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

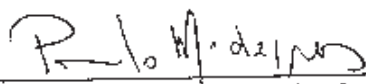
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007.



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente da Mesa

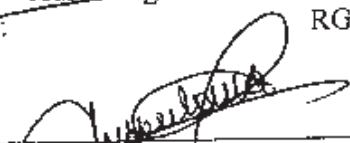

Miguel Junqueira
Secretário da Mesa

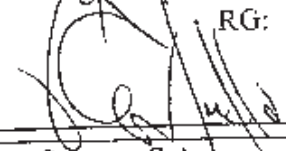
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)



AIG Brasil Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____

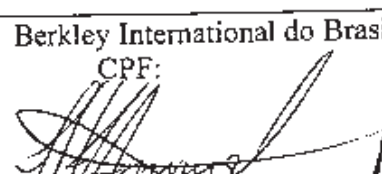

American Life Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____


Aurea Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

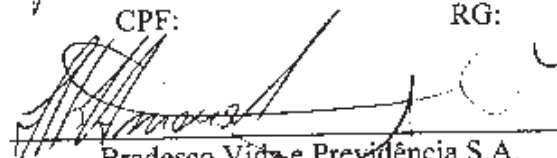

Azul Cia. de Seguros Gerais
CPF: _____ RG: _____


Banestes Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


BCS Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



Berkley International do Brasil Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

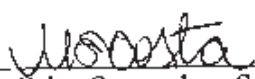

Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____



Bradesco Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____

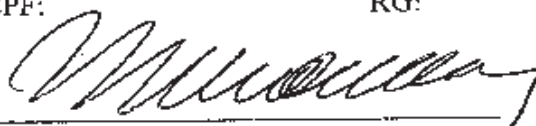

Brasil Veículos Companhia de Seguros
CPF: _____ RG: _____

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007(Assinatura dos representantes das sócias)


BVA Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Caixa Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____

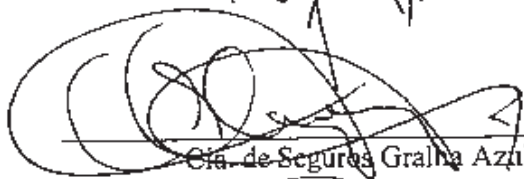

Centauro Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____



Cia. Excelsior de Seguros
CPF: _____ RG: _____


Cia. Mutual de Seguros
CPF: _____ RG: _____


Cia. de Seguros Aliança da Bahia
CPF: _____ RG: _____


Cia. de Seguros Aliança do Brasil
CPF: _____ RG: _____



Cia. de Seguros Gralha Azul
CPF: _____ RG: _____



Cia. de Seguros Minas Brasil S.A.
CPF: _____ RG: _____

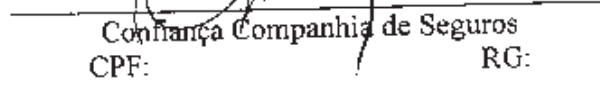
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100




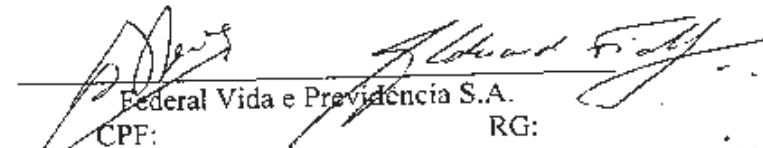
Continuação da Ata da Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)


Cia. de Seguros Previdência do Sul
CPF: RG:

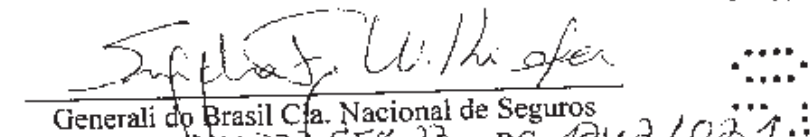

CONAPP Cia. Nacional de Seguros
CPF: RG:

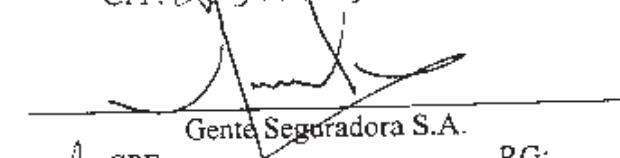

Confiança Companhia de Seguros
CPF: RG:

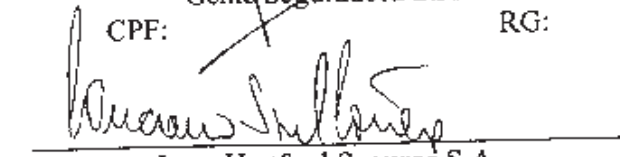

Federal de Seguros S.A.
CPF: RG:


Federal Vida e Previdência S.A.
CPF: RG:


Finasa Seguradora S.A.
CPF: RG:



Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros
CPF: 08.377.558/23 RG: 17421021



Gente Seguradora S.A.
CPF: RG:



Icatu Hartford Seguros S.A.
CPF: RG:

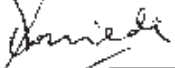


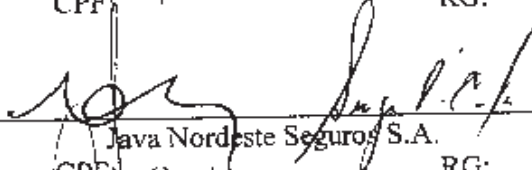
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007(Assinatura dos representantes das sócias)



Indiana Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

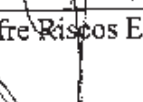

Itaú Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Itaú Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____



J. Maricelli Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____



Java Nordeste Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


Maritima Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

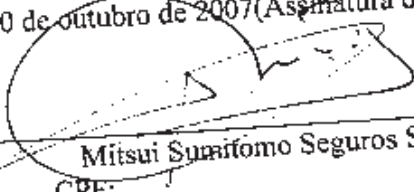

MBM Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____

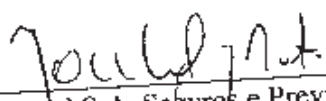

Minas Brasil Seguradora Vida e Previdência S.A.

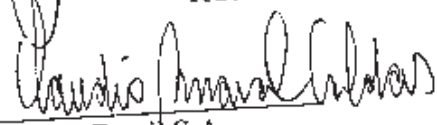






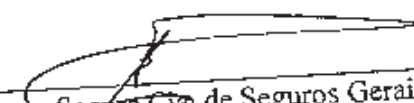
Continuação da Ata da Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)

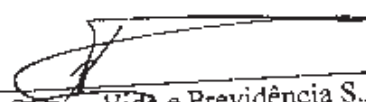

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



Mongeral S.A. Seguros e Previdência
CPF: _____ RG: _____

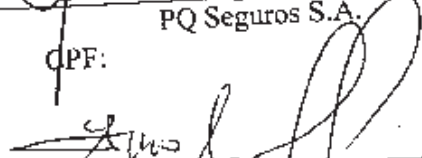

Nobre Seguradora do Brasil S.A.
CPF: _____ RG: _____

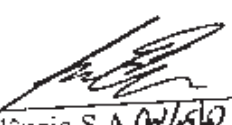
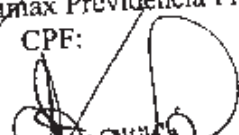

Parana Cia. De Seguros
CPF: _____ RG: _____

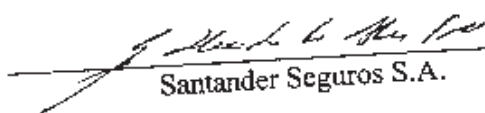

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais
CPF: _____ RG: _____


Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____



PQ Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

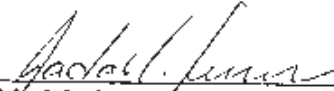

Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____

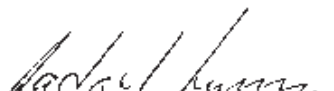

Safra Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____


Santander Seguros S.A.

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos representantes das sócias)


Sinaf Providencial Cia. de Seguros
CPF: _____ RG: _____


Tokio Marine Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.
CPF: _____ RG: _____


UBF Garantias & Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

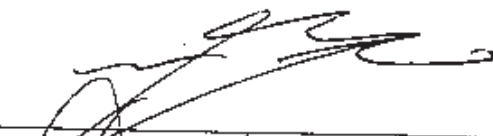

Unibanco AIG Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

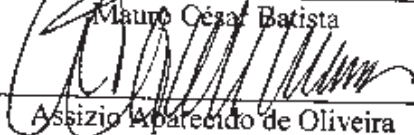

Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.
CPF: _____ RG: _____

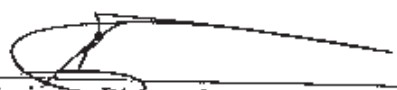


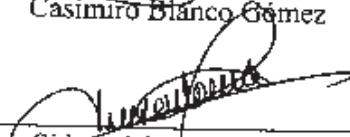
Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT
S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)

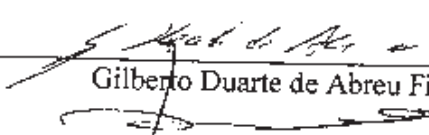
Conselheiros Eleitos:

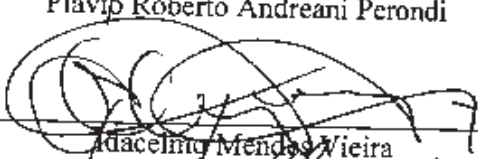

Mauro César Batista

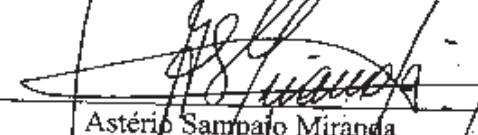

Assizio Aparecido de Oliveira

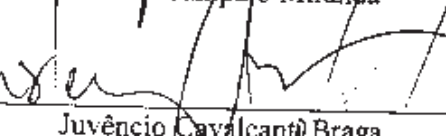

Casimiro Blanco Gómez

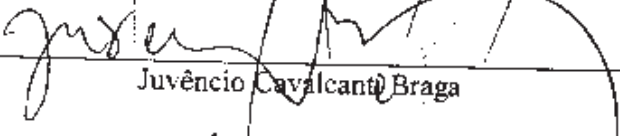

Sidney Maury Sentorna

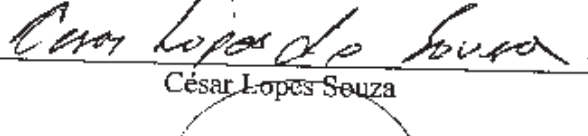

Gilberto Duarte de Abreu Filho

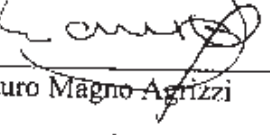

Flavio Roberto Andreani Perondi



Adacelmo Mendes Vieira


Astério Sampaio Miranda


Juvêncio Cavalcanti Braga


César Lopes Souza


Lauro Magno Agnizzi


Adelson Almeida Cunha

10/10/2007

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)



Luiz Tavares Pereira Filho



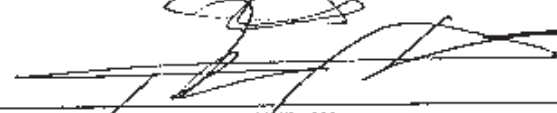
Carlos Eduardo Corrêa do Lago



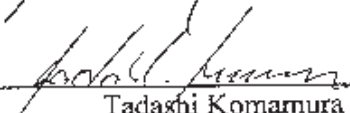
Ney Ferraz Dias



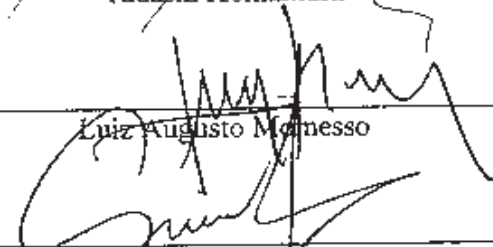
Emerson Bernardes da Silva



Ryoji Fujii

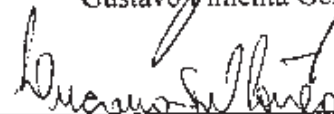


Tadashi Komamura

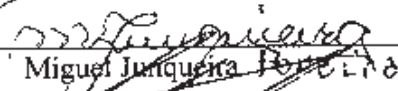


Luiz Augusto Molnesso

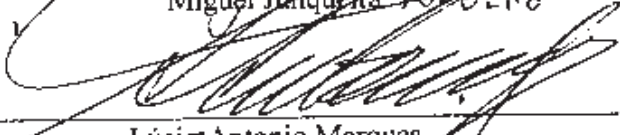
Gustavo Fimenta Germano Santos



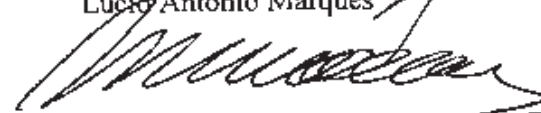
Luciano Snel Correa



Miguel Junqueira Pereira



Lúcio Antonio Marques



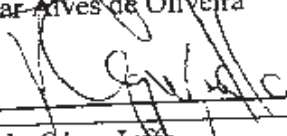
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti

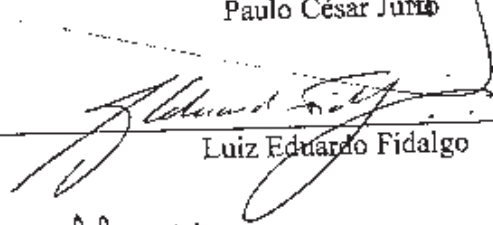


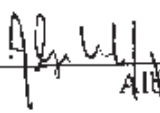

Continuação da Ata da Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007 (Assinatura dos Conselheiros eleitos)


Jorge Carvalho

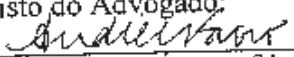

João Cezar Alves de Oliveira



Paulo César Junia


Luiz Eduardo Fidalgo


Alencio Mouta de Souza

Visto do Advogado:


Nome: ANDRÉ LEAL PACHECO
OAB nº 51.671 OAB/RS



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
Protocolo: 09-2007/184932-7 - 07/12/2007	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM	10/12/2007
DATA ABAIXO	E O REGISTRO SOB O NOME E
33.3.0028479-6	
DATA: 10/12/2007	
Valéria G. M. Silva SECRETARIA GERAL	

Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 134.307, substabelece, com reserva de iguais, nas pessoas dos advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629, os poderes que lhe foram conferidos pela Sociedade Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses das Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2014.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

OAB/RJ 134.307



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

18ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8380, Fortaleza-CE - E-mail: for18cv@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

R.H.

Sobre a contestação, manifeste-se a Autora no prazo de 10(dez) dias.

Intime-se.

Fortaleza (CE), 20 de maio de 2014.

Josias Nunes Vidal

Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abri a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0142/2014, encaminhada para publicação.

Advogado
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Sobre a contestação, manifeste-se a Autora no prazo de 10(dez) dias."

Do que dou fé.
Fortaleza, 23 de maio de 2014.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0142/2014, foi disponibilizado na página 255/259 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/05/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 28/05/2014, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dia	Término do prazo
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	10	06/06/2014

Teor do ato: "Sobre a contestação, manifeste-se a Autora no prazo de 10(dez) dias."

Do que dou fé.
Fortaleza, 29 de maio de 2014.

Diretor(a) de Secretaria



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 18ª VARA DA COMARCA DE FORTALEZA - CEARÁ.

Processo nº: 0839306-10.2014.8.06.0001

Requerente: ADAILTON CAMPOS UCHOA

Requerido: BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS

Cuida-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT, proposta perante este juízo em que figura como parte Autor o(a) Sr.(a). **ADAILTON CAMPOS UCHOA** e como parte Ré BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, todos amplamente qualificados no processo em epígrafe.

Em razão da abertura de prazo para a manifestação, aduz-se o seguinte:

RESUMOS DOS FATOS

Cuida-se de Ação em que se **PRETENDE O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO SEGURADO PROMOVENTE, JÁ QUE EM SEDE ADMINISTRATIVA NÃO FOI PAGO QUALQUER VALOR**, nos moldes e argumentos da inicial.

Mesmo inconformado(a) com os prejuízos advindos das alterações feitas unilateralmente na ordem jurídica em desfavor dos segurados (*unilateralmente, sim, vez que é sobejamente sabido acerca de artifícios legiferantes com ares de formalidades legais e democráticas levadas a cabo por representatividades muitas vezes duvidosas*) ingressa, **PRIMEIRAMENTE** pedindo a inconstitucionalidade das referidas alterações, Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 e pagamento da indenização nos termos do art.3º, II da Lei 6.194/74; **ALTERNATIVAMENTE**, pede que a indenização seja paga nos justos termos da tabela da lei 11.945/2009.

Observe Excelência, que não obstante o(a) autor(a) ter sofrido perda importante em seu patrimônio físico e em seu quadro geral de saúde: **CRÂNIO comprometimento de função vital por TCE, com cefaleia, zumbido e amnésia leve; MEMBROS, SUPERIOR E INFERIOR – comprometimento da funcionalidade dos membros por instabilidade articular no Joelho esquerdo; artrose, deformidade e**



limitação de movimentos por fratura de Cotovelo (Fls. 19 a 25), a SEGURADORA LÍDER CONSIDEROU QUE O REQUERENTE NÃO TEM DIREITO A QUALQUER VALOR INDENIZATÓRIO.

A BRADESCO AUTO/RÉ CIA DE SEGUROS, instada a se manifestar acerca dos pedidos da autora, juntou contestação na qual,

PRELIMINARMENTE,

- a. Alega a imperiosa necessidade de sobrestamento do feito até julgamento final das ADINS 4.350 e 4.627, em virtude da decisão do Ministro Luiz Fux, do STF, publicada em 04 de setembro de 2012;*
- b. Pede a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT no polo passivo processual;*
- c. Alega a que a parte autora não apresentou provas válidas da alegada invalidez.*

NO MÉRITO,

- a. Alega ausência de laudo do IML quantificando em percentual o grau de invalidez;*
- b. Alega aplicabilidade da SÚMULA 474 do STJ - vigência da TABELA DE CÁLCULOS, Lei 11.945/09;*
- c. Alega impossibilidade de inversão do ônus da prova;*
- d. Contesta acerca dos juros legais, da correção (atualização) monetária e dos honorários advocatícios.*

DAS CONSIDERAÇÕES

Em face das alegações da promovida, fazem-se abaixo as considerações necessárias, reiterando-se, desde logo, todos os argumentos e pedidos da inicial.

Sobre a alegada necessidade de documentação válida, comprovação de acidente e de invalidez, **é oportuno lembrar a HIPOSSUFICIÊNCIA da parte autora e o enquadramento da presente demanda sob os comandos do Código de Defesa do Consumidor.** Disso conclui-se que, se provas ainda são necessárias para o deslinde do presente feito, **que sejam solicitadas de quem deve e pode** mais facilmente providenciá-las, ou seja, da Seguradora, posto que, com base em provas é que efetua – **quando o faz** – o pagamento administrativo. Assim, há que tê-las em seus arquivos.



DO QUE ALEGA PRELIMINARMENTE

a. Da desnecessidade do Sobrestamento do Feito;

Pelo alegado sobrestamento devido à decisão do Ministro Luiz Fux, cabe lembrar que há, também, o **PEDIDO ALTERNATIVO** que, em última hipótese, requer a **APLICAÇÃO CORRETA DA TABELA DE CÁLCULOS**.

Assim, é possível o seguimento do feito, haja vista a possibilidade de apreciação do pedido alternativo.

b. Da desnecessidade de inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da lide processual;

A este respeito, conforme inicial (fls. 2 e 3): **“2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso.”**

c. Da existência de todas as provas necessárias ao natural seguimento do feito.

Ao que parece, a parte promovida não atentou para as provas colecionadas pela parte autora, **não obstante a sua hipossuficiência técnica, econômica e cultural em fazê-lo.**

Tendo em vista que na maioria dos municípios do estado do Ceará não tem Instituto Médico Legal, a Seguradora Líder, às suas custas, realiza perícia médica para avaliação da lesão sofrida; em seguida, com a análise – unilateral – dos dados de sua perícia, realiza as indenizações. **(NESTE CASO, SEM INDENIZAÇÃO)**

Entretanto, o laudo médico – da seguradora – utilizado como parâmetro para o pagamento, **NÃO É DISPONIBILIZADO PARA O SEGURADO, informando-se somente o valor da indenização.**

Ocorre que através de documentação média – nos autos – constatou-se que a invalidez sofrida pelo(a) promovente confere-lhe o direito de RECEBER INDENIZAÇÃO, motivo que por si só justifica a interposição da presente ação.

Nestes termos, e pelo que consta do caderno processual, encontram-se presentes todos os documentos necessários à propositura da ação. Os demais documentos que entender este juízo sejam necessários poderão ser apresentados pela seguradora, que detém todos os dados relativos ao processo administrativo que se discute.



DO QUE ALEGA NO MÉRITO

a. *Da desnecessidade do laudo do IML para a presente Ação;*

Quanto à alegada **ausência de laudo do IML**, não merece prosperar tal argumento na medida em que este documento não pode ser considerado requisito essencial para a Ação que se propõem neste juízo, como também não foi condição para o pagamento administrativo. **(Ver mais na resposta acerca da inversão do ônus da prova).**

Além disso, a parte autora concorda e também pede, caso considere necessário Vossa Excelência, encaminhar a parte autora ao IML para perícia.

b. *Acerca da aplicabilidade da SÚMULA 474 do STJ - (Constitucionalidade das Leis 11.482/07 e 11.945/09 e aplicação da TABELA DE DANOS - gradação das lesões);*

Ao rebate **dos pedidos pela inconstitucionalidade das Leis 11.482 e 11.945**, resta lembrar que não se trata de questão pacificada; a SUPREMA CORTE CONSTITUCIONAL brasileira ainda está por decidir sobre a matéria nas ADINS 4.350 e 4.627. Portanto, não é tão desarrazoado assim, questionamentos desta natureza. Neste sentido, reitera os pedidos, pelas razões iniciais.

Ademais, atentando-se para o **PEDIDO ALTERNATIVO**, o mesmo contempla a aplicação da Tabela de Danos, com a devida adequação do valor da indenização ao grau de danos sofrido pela parte autora.

c. *Da possível e necessária inversão do ônus da prova - hipossuficiência da parte aplicabilidade do CDC;*

Rebate a promovida, o pedido de inversão do ônus da prova. Não pode prosperar tal alegação visto que a inversão do ônus da prova para o consumidor nas Ações de cobrança DPVAT já é reconhecida em diversos tribunais, como por exemplo, no Estado de São Paulo:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO (DPVAT) AÇÃO DE COBRANÇA Ônus da prova Inversão deferida com base no Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, inc. VIII) para o efeito de adiantamento dos honorários periciais Admissibilidade Agravo não provido.
DPVAT Código de Defesa do Consumidor
(TJ-SP - 2449633220118260000 SP 0244963-32.2011.8.26.0000, Relator: Antônio Benedito Ribeiro Pinto, Data de Julgamento: 30/01/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/02/2012)

Note Excelência, que a hipossuficiência vêm ganhando contornos além da questão meramente econômica, passando o consumidor a ser considerado hipossuficiente também pela falta de conhecimentos técnicos.



Conforme Cecília Matos¹ a hipossuficiência do consumidor é característica integrante da vulnerabilidade deste. É demonstrada pela diminuição de capacidade do consumidor, não apenas no aspecto econômico, mas no social, de informações, de educação, de participação, de associação, entre outros.

Rizzatto² entende que o significado de hipossuficiência insculpido no texto legal do CDC, não é econômico. **É técnico.** O conceito de vulnerabilidade é que abrange a fragilidade econômica e técnica do consumidor. A hipossuficiência para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova,

“... tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”.

Assim, desde logo, requer o reconhecimento da hipossuficiência do consumidor concedendo-se, então, todos os benefícios advindos desta situação, principalmente no tocante a inversão do ônus da prova.

Além disso, Excelência, é do conhecimento de todos quão difícil é, para qualquer pessoa, mesmo em **CASO DE URGÊNCIA**, conseguir uma consulta médica. Disto deduz-se que mais difícil ainda, senão quase impossível, é ocupar **servidores e médicos** para pedir documento e laudos de pacientes que já foram atendidos e não mais se enquadram em casos de **EMERGÊNCIA**.

d. Dos juros legais, da correção monetária e dos honorários.

No tocante as alegações da promovida relativas à **da data de incidência de juros legais e atualizações monetárias**, como também, da improcedência do feito e da redução dos honorários; **REITERAM-SE** os argumentos e pedidos inicialmente formulados.

Não obstante a peça contestatória trazida aos autos pela Seguradora promovida, suas pretensões não podem prosperar.

Considerando-se a **HIPOSSUFICIÊNCIA** da parte autora e do enquadramento da presente demanda sob os comandos do Código de Defesa do Consumidor, conclui-se que, se provas ainda são necessárias para o deslinde do presente feito, que sejam solicitadas de quem pode mais facilmente providenciá-las, ou seja, da Seguradora, pelas razões já elencadas.

¹ MATOS, Cecília. O Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Kazuo Watanabe, 1993.

² RIZZATTO NUNES, Luiz Antônio. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, Direito Material (arts. 1a a 54). São Paulo: Saraiva, 2000.



DO REITERAR DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, a parte autora vem reiterar todos os pedidos formulados na inicial e requerer a Vossa Excelência:

- a) A juntada dos documentos que acompanham esta petição;
- b) A reiteração do pedido de reconhecimento da hipossuficiência do consumidor com a conseqüente inversão do ônus da prova;
- c) Ao final, julgue procedentes todos os pedidos formulados pelo autor em sede de peça inaugural.

É como cumpre se manifestar, e, nestes termos, respeitosamente, pede e aguarda natural deferimento.

Fortaleza - CE, 06 de junho de 2014.

VINÍCIUS PINHEIRO MELO
Advogado – OAB/CE 24.353

 CORREIOS AR		AVISO DE RECEBIMENTO											
DESTINATÁRIO Bradesco Auto/RE CIA de Seguros Desembargador Moreira, 1250, Aldeota 60170-001, Fortaleza, CE													
AR258344787TZ 													
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 18ª Vara Cível de Fortaleza Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Edson Queiroz 60811-690, Fortaleza, CE													
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO 0839306-10.2014.8.06.0001-00											
ATENÇÃO Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Endereço</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não existe o número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Assente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falsado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 Endereço	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Assente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falsado	<input type="checkbox"/> 9 Outros	
<input type="checkbox"/> 1 Endereço	<input type="checkbox"/> 5 Recusado												
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado												
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Assente												
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falsado												
<input type="checkbox"/> 9 Outros													
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS SUCCESSIONAL 18 MAR. 2014											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR João Victor O. Cavalcante		Recepção de Documentos Nº DOC. DE IDENTIDADE											

09 04 14
[Signature]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

18ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8380, Fortaleza-CE - E-mail: for18cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE JUNTADA

Processo nº	0839306-10.2014.8.06.0001
Apensos:	
Classe:	Procedimento Ordinário
Assunto:	Seguro
Requerente	Adailton Campos Uchoa
Requerido	Bradesco Auto/RE CIA de Seguros

CERTIFICA - SE que o Aviso de Recebimento (AR) referente às folhas 107/108 foi juntado nos autos digitais no dia 11/07/2014.

Fortaleza/CE, 11 de julho de 2014.

Maria das Gracas Fernandes Fraga
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

EXCELENTÍSSIMO(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ.

Processo nº: 0839306-10.2014.8.06.0001

AÇÃO DE COBRANÇA (Complementação do Seguro DPVAT)

REQUERENTE: Adailton Campos Uchoa

REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Cia de Seguros

RENÚNCIA DE MANDATO

JANDUY TARGINO FACUNDO, advogado inscrito na OAB-CE sob o nº 10895 e **FRANCISCO TARGINO FACUNDO**, advogado inscrito na OAB-CE sob o nº 12539, na qualidade de procuradores do(a) autor(a), nos autos do processo acima epigrafoado, e não mais interessados em patrocinar a presente demanda, vêm à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, renunciar ao mandato, deixando de notificar o(a) autor(a) para que constitua novo patrono, uma vez que continuará representado(a) pelo advogado **VINÍCIUS PINHEIRO MELO**, OAB-CE 24353.

Isto posto, requerem a juntada desta aos autos, postulando, ainda, **que todos os expedientes sejam efetuados em nome do advogado VINÍCIUS PINHEIRO MELO, OAB-CE 24353.**

Nestes Termos,
Pedem **DEFERIMENTO**.

Fortaleza(CE), 15 de junho de 2015.

Janduy Targino Facundo
OAB-CE 10895

Francisco Targino Facundo
OAB-CE 12539



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

33ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8341, Fortaleza-CE - E-mail: for33cv@tjce.jus.br

DECISÃO

Processo n.º: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Por entender fundamental a realização de perícia neste processo, determino a sua inclusão no próximo mutirão de cobrança de diferença do seguro DPVAT, para realização da medida.

As partes, querendo, poderão apresentar quesitos que serão analisados pelo perito; bem como indicarem assistentes técnicos, se houver interesse no prazo de 10 (dez) dias antecedente ao ato.

Designada a data, intime as partes e procuradores.

Caberá às partes conduzir outras peças processuais que considerem relevantes.

Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo:

1) O Autor sofreu lesão à sua integridade física em razão do acidente discutido nos

autos? Em caso positivo, esclarecer o seguinte:

1.1 Especificar a extensão da lesão.

a) A lesão é de caráter total ou parcial?

b) A lesão é de caráter temporário ou definitivo?

c) Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso positivo identificar;

d) das sequelas identificadas quais foram as consequências traumáticas e funcionais aos órgãos/membros atingidos?

2. Qual o percentual de redução da capacidade anatômica ou funcional do membro/órgão/função/sentido/ atingido?

3. Considerando a atividade laborativa declarada pela vítima, tal sequela causou redução na capacidade laborativa dela? Ou no desempenho de atos do cotidiano, esporte, etc?

4. O periciando recebeu assistência médica adequada?

5. Queira o Dr. Perito, esclarecer tudo o mais que julgue necessário.

Fortaleza/CE, 03 de maio de 2017.

Claudio Ibiapina
Juiz

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Fortaleza****33ª Vara Cível**

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8341, Fortaleza-CE - E-mail: for33cv@tjce.jus.br

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;
Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0292/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	D.J
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	D.J

Teor do ato: "Por entender fundamental a realização de perícia neste processo, determino a sua inclusão no próximo mutirão de cobrança de diferença do seguro DPVAT, para realização da medida. As partes, querendo, poderão apresentar quesitos que serão analisados pelo perito; bem como indicarem assistentes técnicos, se houver interesse no prazo de 10 (dez) dias antecedente ao ato. Designada a data, intime as partes e procuradores. Caberá às partes conduzir outras peças processuais que considerem relevantes. Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo: 1) O Autor sofreu lesão à sua integridade física em razão do acidente discutido nos autos? Em caso positivo, esclarecer o seguinte: 1.1 Especificar a extensão da lesão. a) A lesão é de caráter total ou parcial? b) A lesão é de caráter temporário ou definitivo? c) Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso positivo identificar; d) das sequelas identificadas quais foram as consequências traumáticas e funcionais aos órgãos/membros atingidos? 2. Qual o percentual de redução da capacidade anatômica ou funcional do membro/órgão/função/sentido/ atingido? 3. Considerando a atividade laborativa declarada pela vítima, tal sequela causou redução na capacidade laborativa dela? Ou no desempenho de atos do cotidiano, esporte, etc? 4. O periciando recebeu assistência médica adequada? 5. Queira o Dr. Perito, esclarecer tudo o mais que julgue necessário."

Do que dou fé.
Fortaleza, 5 de maio de 2017.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0292/2017, foi disponibilizado na página 275/276 do Diário da Justiça Eletrônico em 08/05/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 10/05/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
11/05/2017 - Ponto Facultativo - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	10	24/05/2017
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	10	24/05/2017

Teor do ato: "Por entender fundamental a realização de perícia neste processo, determino a sua inclusão no próximo mutirão de cobrança de diferença do seguro DPVAT, para realização da medida. As partes, querendo, poderão apresentar quesitos que serão analisados pelo perito; bem como indicarem assistentes técnicos, se houver interesse no prazo de 10 (dez) dias antecedentes ao ato. Designada a data, intime as partes e procuradores. Caberá às partes conduzir outras peças processuais que considerem relevantes. Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo: 1) O Autor sofreu lesão à sua integridade física em razão do acidente discutido nos autos? Em caso positivo, esclarecer o seguinte: 1.1 Especificar a extensão da lesão. a) A lesão é de caráter total ou parcial? b) A lesão é de caráter temporário ou definitivo? c) Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso positivo identificar; d) das sequelas identificadas quais foram as consequências traumáticas e funcionais aos órgãos/membros atingidos? 2. Qual o percentual de redução da capacidade anatômica ou funcional do membro/órgão/função/sentido/ atingido? 3. Considerando a atividade laborativa declarada pela vítima, tal sequela causou redução na capacidade laborativa dela? Ou no desempenho de atos do cotidiano, esporte, etc? 4. O periciando recebeu assistência médica adequada? 5. Queira o Dr. Perito, esclarecer tudo o mais que julgue necessário."

Do que dou fé.
Fortaleza, 17 de maio de 2017.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

33ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson

Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8341, Fortaleza-CE -

E-mail: for33cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

CERTIFICO, para os devidos fins, que, em cumprimento ao determinado na Portaria 849/2017 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua da Comarca de Fortaleza, **publicada no Diário da Justiça em 27 de setembro de 2017 (fls. 44 a 46)**, encaminhei os presentes autos para redistribuição a uma das varas especializadas do grupo I.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 06 de novembro de 2017.

Francisco Antônio da Silva
Supervisor de Unid. Judiciária
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Vistos, etc.

Contestação e Réplica nos autos.

Sem embargo, em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, bem se sabe que a realização da perícia necessária à apuração do grau da invalidez sofrida pela parte Demandante é fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ – REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico.

Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - que já contestou o feito - o pagamento dos honorários de referido expert e a juntada do processo administrativo.

Intimar as partes, ainda:

a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos;

b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC.

Intimem-se. Exp. Nec.

Fortaleza/CE, 21 de junho de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juíza de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abriu a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0669/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	D.J
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	D.J

Teor do ato: "Vistos, etc. Contestação e Réplica nos autos. Sem embargo, em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, bem se sabe que a realização da perícia necessária à apuração do grau da invalidez sofrida pela parte Demandante é fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - que já contestou o feito - o pagamento dos honorários de referido expert e a juntada do processo administrativo. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC. Intimem-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 28 de setembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0669/2018, foi disponibilizado na página 700/734 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 03/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
12/10/2018 - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Vinicius Pinheiro Melo (OAB 24353/CE)	15	24/10/2018
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	15	24/10/2018

Teor do ato: "Vistos, etc. Contestação e Réplica nos autos. Sem embargo, em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, bem se sabe que a realização da perícia necessária à apuração do grau da invalidez sofrida pela parte Demandante é fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Indique, assim, a Secretaria nome de perito para realizar a mesma, ficando a cargo da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - que já contestou o feito - o pagamento dos honorários de referido expert e a juntada do processo administrativo. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC. Intimem-se. Exp. Nec."

Do que dou fé.
Fortaleza, 2 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 08393061020148060001

BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADAILTON CAMPOS UCHOA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 4 de outubro de 2018.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Vistos, etc.

Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, de todo necessária a realização de perícia, para apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente, via carta com AR mão própria, mandado ou carta precatória, conforme o caso (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ – REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico.

Aponto o dia 26.11.2018, no período de 08:00 horas às 11:30 horas para realização da perícia.

Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas na Sala de Perícias próximo à Central de Atendimento Judicial, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº. 220, Água Fria, CEP: 60811-690.

Indicando, assim, os peritos Dr. Rômulo da Costa Farias, CRM 9485, José

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

Augusto Azevedo Falcão, CRM 2325 e Dr. Antônio Eneas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 para realizar a mesma, devendo ser custeado pela Seguradora Líder, no valor de R\$ 250,00 cada perícia.

Intimar as partes, ainda:

a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos;

b) para trazer a documentação pessoal e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico.

c) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa.

Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum.

Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC.

Intimem-se. Exp. Nec.

Fortaleza/CE, 18 de outubro de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Juíza de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

? ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO AUTOMÁTICAProcesso nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**Classe: **Procedimento Comum**Assunto: **Seguro**

Certifica que o expediente de Carta, foi confeccionado pela **SEJUD** e encontram-se à apreciação do gabinete do Juízo.

Fortaleza/CE, 19 de outubro de 2018.**Servidor da SEJUD**

*Certidão gerada de forma automática



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**
 Endereço: **Rua José Leorne Leitão, 18, Alto do Motor**
Boa Viagem-CE
CEP 63870-000
 Senha do processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Adailton Campos Uchoa**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima**, Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível (SEJUD V), tem como finalidade **INTIMAR** V.Sa. Para comparecer na Sala de Perícias do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, nível 0 B- Oeste, situado na Av. Desembargador Floriano Benevides, nº 220, Edson Queiroz, nesta capital, **no dia * para realização de perícia médica referente ao Seguro DPVAT**, Data e Hora da Audiência Selecionada << Informação indisponível >> portando documentação pessoal e médica/hospitalar referente ao fato gerador da perícia.

Advertência: sua ausência, sem justificativa razoável, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site www.tjce.jus.br informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Fortaleza/CE, 19 de outubro de 2018.

Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima
Juíza de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
 Adailton Campos Uchoa
 Rua José Leorne Leitão, 18, Alto do Motor
 Boa Viagem-CE
 CEP 63870-000



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que enviei a Carta de fl., aos CORREIOS com o respectivo **AR e SENHA** que seguem em anexo, para consulta e acesso aos autos. O referido é verdade. Dou fê.

Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2018.

GLAIRTON LIMA DA SILVA
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

Prezado(a) Senhor(a) Adailton Campos Uchoa,

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível (SEJUD V) da comarca de Fortaleza/CE, tem como finalidade **INTIMAR** V. Sa. para comparecer à **Audiência de Conciliação designada para o dia 26/11/2018 às 08:00h**, Sala de Perícias do CEJUSC, a realizar-se no **Centro Judiciário-CEJUSC**, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC/2015)

Eu, Pedro Firmeza da Costa, Supervisor de Unid. Judiciária, 22650, o digitei.

Fortaleza/CE, 25 de outubro de 2018.

Servidor(a) da SEJUD

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
Adailton Campos Uchoa
Rua José Leorne Leitão, 18, Alto do Motor
Boa Viagem-CE
CEP 63870-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adailton Campos Uchoa**
 Requerido: **Bradesco Auto/RE CIA de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que enviei a Carta de fl., aos CORREIOS com o respectivo **AR e SENHA** que seguem em anexo, para consulta e acesso aos autos. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 06 de novembro de 2018.

GLAIRTON LIMA DA SILVA
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abri a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

DESTINATÁRIO Fua José Leome Lethia, 18, Alto do Motor Adailton Campos Uchoa 63879-000, Boa Viagem, CE		ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR RUA Desembargador Floriano Beneditos Magalhães, Edison SEJUD V - Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jur 60811-690, Fortaleza, CE	
CARTA 9912254042-0A/CE TJCE CORREIOS		TENTATIVAS DE ENTREGA	
		1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ Após 3(tres) tentativas de entrega, devolve-se o objeto.	
		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Endereço incorreto <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Faltando <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Indisponível em	
DECLARAÇÃO DE CONTUDO (OPCIONAL) 0839306-10.2014 8.08 0001-0003		ASSINATURA DO RECEBEDOR	
AUTÊNCIA 26/11/2018 (Proc. digital) RUBRICA E MATRÍCULA DC		NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR	
DATA ENTREGA 20/11/18 Nº DOC. DE IDENTIDADE 0006005364218			

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE JUNTADA DE ARProcesso nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**Classe: **Procedimento Comum**Assunto: **Seguro**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que o **Aviso de Recebimento**, foi juntado aos autos.

Fortaleza/CE, 20 de fevereiro de 2019.

*Certidão gerada de forma automática.

CORREIOS **AR** AVISO DE RECEBIMENTO

fls. 132

DESTINATÁRIO

Adailton Campos Uchôa
Rua José Leorne Leite, 18, Alto do Motor
63870-000, Boa Viagem, CE

AR51194457481



ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
SEJUD V - Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurf
Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, Edson
Queiroz
60811-690, Fortaleza, CE



140V

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª _____ h
2ª _____ h
3ª _____ h

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
0839306-10.2014.8.06.0001-0002

(Proc. digital)
DRIVE

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☒ Mudou-se
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número
- ☐ Desconhecido
- ☐ Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DC

CARTEIRA Nº 10.510-1
CAMPESINHO

ATENÇÃO

Após 3(tres) tentativas de entrega, devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE





Correios
R\$ 18,65

26.10.18 - 10:39

CARTA
AGF JOAO XXIII/CE

ACB/encarim 0839306-10.2014.8.06.0001-0002	991224044-DR/CE
DESTINATÁRIO Adailton Campos Uchoa Rua José Leorne Leitão, 18, Alto do Motor 63870-000, Boa Viagem, CE	
REMETENTE SEJUD V - Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição V Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, Edson Queiroz 60811-690, Fortaleza, CE	
 BI511944574BR	

AO REMETENTE

AO REMETENTE

fls. 133

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD V)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE JUNTADA DE ARProcesso nº: **0839306-10.2014.8.06.0001**Classe: **Procedimento Comum**Assunto: **Seguro**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que o **Aviso de Recebimento**, foi juntado aos autos.

Fortaleza/CE, 01 de abril de 2019.

*Certidão gerada de forma automática.